

Comité Central do PCP considera urgente

CLARIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA

- **Demissão do Governo**
- **Dissolução da Assembleia**
- **Eleições antecipadas**

Págs. 4 e 5

Greve vitoriosa na Grundig

Gerência novamente forçada a recuar

Saudação do CC do PCP

Pág. 10



Bragança Montanhas que sonham

Reportagem

por Henrique Custódio Centrais

Fausto Bertinoti ao «Avante!»

Pág. 15

Lutas sociais e políticas em Itália





CC do PCP: urgente a demissão do Governo

RESUMO

6
Terça-feira

Todas as juntas de freguesia de Lisboa fazem greve, protestando contra a «asfixia financeira» a que serão sujeitas pelo Orçamento de Estado de 95 ■ O juiz italiano do processo anticorrupção, Antonio Di Pietro, demite-se por não querer ser transformado em objecto de um «jogo de massacre» ■ O Partido Trabalhista da República da Irlanda abandona as negociações para a formação de Governo com o Fian-na Fail ■ A NATO e a União Europeia Ocidental chegam a acordo sobre a coordenação da sua operação marítima conjunta, na Bósnia ■ Os EUA abandonam o controlo do embargo às armas com destino à Bósnia ■ Termina em Budapeste a cimeira da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa.

7
Quarta-feira

O PCP, em conferência de imprensa, considera que a entrevista de Mário Soares ao «DN» vai ao encontro das exigências dos comunistas de demissão do Governo ■ O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia apresenta as conclusões da sua reunião em Lisboa, elegendo o combate ao desemprego como prioridade ■ Associações do ensino superior organizam uma manifestação contra a política educativa, em Lisboa ■ A Fesap e o STE assinam separadamente com o Governo protocolos de acordo salarial para 95, «actualizando os vencimentos e pensões de reforma em cinco por cento» ■ Na Comissão Parlamentar de Defesa, o director do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica contraria as informações dadas por Fernando Nogueira sobre o afundamento do S. Miguel ■ O PSD acusa o Presidente da República de ter perdido «toda a isenção» e de ter deixado de ser o «presidente de todos os portugueses» ■ A resistência timorense realiza uma manifestação junto à embaixada dos EUA em Lisboa, assinalando o aniversário da invasão de Timor.

8
Quinta-feira

Em Moçambique, é eleito o presidente da Assembleia da República ■ Um comboio de reabastecimentos da Forprou entra no enclave muçulmano de Bihac, na Bósnia ■ As forças de segurança argelinas matam, em 72 horas, 18 islamitas armados em Argel ■ Inicia-se o julgamento de Collor de Mello, acusado de corrupção passiva ■ O antigo primeiro-ministro japonês Toshiki Kaifu torna-se presidente de uma nova formação política, o Shinshintō ■ É confirmado, em Genebra, o arranque da Organização Mundial do Comércio, a 1 de Janeiro de 95.

9
Sexta-feira

Realiza-se uma greve dos trabalhadores da administração local e professores da grande Lisboa ■ A CDU discute estratégias para as próximas eleições legislativas ■ José Augusto Seabra, antigo ministro da Educação, abandona o PSD por considerá-lo «totalmente descaracterizado» ■ Joaquim Chissano toma posse como Presidente da República de Moçambique ■ Realiza-se, na Irlanda do Norte, o primeiro encontro oficial entre o Governo Britânico e o Sinn Féin ■ Inicia-se, na Alemanha, a reunião do Conselho Europeu ■ Boris

Ieltsin assina um decreto para levar a paz à Tchetchénia ■ Começa a Cimeira das Américas, em Miami.

10
Sábado

Carlos Carvalhas desloca-se a Aveiro ■ A CDU de Cascais protesta contra uma proposta que visa criar uma tarifa para resíduos sólidos urbanos ■ A CGTP acusa a UGT de «aceitar aplicar a lei dos disponíveis» ■ Realiza-se uma greve na fábrica da Portucel de Viana do Castelo com adesão quase total ■ Aviões russos sobrevoam diversas vezes Grozny, na Tchetchénia ■ Inicia-se, no Bangladesh, o julgamento da escritora Taslima Nasrin acusada de ter «insultado o Islão e ferido os sentimentos dos muçulmanos».

11
Domingo

Carlos Carvalhas, em Trás-os-Montes, desafia o Governo e o Presidente da República para que clarifiquem o «conflito institucional» ■ O Movimento Alentejano pela Regionalização defende que «a regionalização é necessária e urgente» ■ O exército russo invade a Tchetchénia ■ Na Hungria, os ex-comunistas do MSZP saem vitoriosos nas eleições municipais ■ Jacques Delors afirma numa entrevista à televisão francesa que não se candidatará às eleições presidenciais de 95 ■ O Conselho Europeu reconhece que o combate ao desemprego permanece atrasado ■ A Organização da Conferência Islâmica decide, numa reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros, apoiar os muçulmanos bósnios.

12
Segunda-feira

O Comité Central do PCP reúne-se ■ Manuela Ferreira Leite ouve fortes críticas na abertura solene do ano lectivo no Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa ■ Na AR, inicia-se a votação final global da proposta de Orçamento de Estado para 95 ■ O líder parlamentar do PSD, Duarte Lima, anuncia a sua auto-suspensão ■ Tropas russas e forças separatistas da Tchetchénia travam combates. Decorrem conversações para acabar com o conflito ■ Collor de Mello é ilibado pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil.

13
Terça-feira

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, divulga em conferência de imprensa que o CC exige a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas, como solução para a clarificação da situação política actual ■ Sob a presidência de Cunha Rodrigues, reúnem-se na Procuradoria-Geral da República diversas entidades policiais e judiciais encarregadas do combate à corrupção ■ Apenas com os votos favoráveis do PSD e a oposição dos restantes grupos parlamentares, é aprovado na AR o Orçamento Geral do Estado ■ Silvio Berlusconi comparece pela primeira vez perante os juizes do processo «mãos limpas», em Itália, tendo sido ouvido durante sete horas ■ Michel Rocard garante que não será candidato ao Eliseu ■ Realiza-se a Cimeira da Organização da Conferência Islâmica, em Marrocos.

Impulso no reforço partidário

A reunião do Comité Central, de segunda e terça-feira passadas, combinou a apreciação da situação política com a atenção dedicada aos problemas da organização partidária, na sequência da Conferência

Nacional e visando contribuir para a concretização da Resolução nela aprovada.

Assim, ao mesmo tempo que em relação à situação política, o Comité Central se pronunciou por uma clarificação que compreende a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia e a antecipação das eleições legislativas; no tocante aos problemas de organização, apreciou um conjunto de orientações, medidas e experiências que visam traduzir-se «num significativo impulso ao reforço geral do Partido e da sua intervenção na sociedade portuguesa».

A estruturação de novos organismos; a responsabilização e formação de novos quadros; o melhor enquadramento dos membros do Partido; o recrutamento de novos membros; a maior participação de jovens e mulheres nos organismos; a continuação dos esforços para a realização regular de assembleias das diversas organizações; o alargamento da difusão do «Avante!» e de «O Militante»; a Campanha Nacional de Fundos, a lançar, em Fevereiro, do próximo ano, para a obtenção de 150 mil contos até Dezembro — tais foram algumas das principais questões que, na vertente organizativa, estiveram no centro das atenções do Comité Central.

Sem menosprezar as dificuldades, o debate do Comité Central confirmou a existência de uma situação muito favorável a que o Partido progrida no reforço e na renovação da sua base orgânica.

Destaca-se nesta situação favorável ao progresso orgânico do Partido: a grande sensibilização, já conseguida, do conjunto dos militantes para os problemas de organização; a existência de um valioso património de quadros experientes e amadurecidos que assumem as suas tarefas; a renovada atracção em relação à juventude, especialmente, trabalhadora.

A ideia resultante da discussão é a de que com um atento acompanhamento por parte dos Organismos Executivos e do Comité Central, o Partido está em condições de dar um salto em frente na sua estrutura orgânica.

A tarefa vital do reforço orgânico do Partido tem que ser desenvolvida com os olhos postos nas grandes bata-

lhas políticas de 1995 e em articulação com os esforços nelas investidos.

O prosseguimento e o aprofundamento da luta social em torno de objectivos concretos e na resistência à ofensiva do grande patronato e do Governo constitui uma frente prioritária da atenção dos comunistas, tanto porque aí se decide o avanço ou o recuo nas condições de vida dos trabalhadores e de toda a população laboriosa, como porque o seu desenvolvimento representa uma condição determinante da viabilização da alternativa democrática.

As eleições para a Assembleia da República revestem uma «extraordinária importância», como sublinhou o Comité Central, e são sem dúvida, a grande tarefa do próximo ano.

Por isso mesmo, da reunião ressalta «a necessidade de todo o colectivo partidário dedicar crescente atenção às tarefas de preparação da intervenção eleitoral do Partido.»

A ideia resultante da discussão é a de que com um atento acompanhamento por parte dos Organismos Executivos e do Comité Central, o Partido está em condições de dar um salto em frente na sua estrutura orgânica.

Por isso mesmo também, o Comité Central já adiantou os «objectivos fundamentais e indissociáveis do PCP nas próximas eleições legislativas» e que são: «a derrota do PSD, a colocação do PSD e do CDS em minoria na Assembleia da República e o reforço da votação e da representação parlamentar do PCP, como factor decisivo para a derrota da direita e para a construção de uma alternativa»

Por isso mesmo, ainda, o comunicado aprovado na reunião desenvolve com algum detalhe as ideias e as orientações básicas para a batalha política que vai seguir-se até às eleições.

Merece uma especial chamada de atenção, o forte sublinhado que o Comité Central coloca na «necessidade da profunda articulação e interligação» da batalha política em torno das eleições legislativas, «principal tarefa em 1995», com os esforços com vista ao reforço orgânico do Partido, as iniciativas do

«Debate com o País», a dinamização da luta de massas e dos trabalhadores e a dinâmica intervenção do PCP e das suas organizações em todas as questões e problemas mais vivos do país.

Esta reunião do Comité Central realizou-se numa situação em que se acumulam os sinais de aguda crise política e de crescente tensão e conflito entre órgãos de soberania, que vem confirmar, aliás, em larga medida, as apreciações que o PCP tem feito sobre a desastrosa governação do PSD e as suas perversas consequências na evolução da situação nacional.

O PCP responde com completa frontalidade à crise presente baseando-se coerentemente nessa linha de apreciação que o levou há muito a considerar um verdadeiro imperativo nacional a interrupção da governação da direita e a utilização dos dispositivos constitucionais que abram caminho à sua substituição.

É por isso que sem hesitações o PCP se pronuncia pela «urgência e a vantagem de se promover uma clarificação política, mediante o recurso à demissão do Governo, à dissolução da Assembleia da República e à correspondente antecipação das eleições legislativas», sublinhando também a necessidade destas serem «conduzidas por um governo democrático que garanta condições de efectiva democraticidade».

Avançando com esta firmeza e frontalidade e batendo-se pelos objectivos que preconizam, os comunistas alertam também para a necessidade de contrariar quaisquer atitudes expectantes e para a imperiosidade de se intensificar a luta em todas as frentes contra a governação do PSD, que mostra crescentes sintomas de fragilização e já alguns de divisão.

É ao mesmo tempo essencial pôr em evidência as ambiguidades que o PS revela, mesmo numa situação como a presente, incapaz de pôr abertamente em causa a permanência do Governo de Cavaco Silva e refugiando-se atrás do Presidente da República para fugir a uma clara posição sobre o uso dos dispositivos constitucionais de demissão e dissolução.

A conjuntura presente revela mais uma vez que é com os comunistas que o povo português pode contar para se livrar daqueles que o conduzem pelo caminho de desastre, como é com os comunistas que pode contar para uma nova política ao serviço do País.

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 930\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de corréio.

O peso das palavras

A retumbância das afirmações feitas por Mário Soares, na entrevista ao "Diário de Notícias", sobre a actuação do Governo e da maioria laranja e sobre a perversão do regime, não resulta naturalmente da novidade das mesmas.

O peso das palavras do Presidente da República é-lhe especialmente conferido por serem proferidas por quem tem poderes para demitir o Governo, «quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas», dissolver a Assembleia da República e antecipar as eleições legislativas, segundo o seu próprio juízo dos interesses do regime e do interesse nacional.

Ora as afirmações mais contundentes da entrevista ao «Diário de Notícias» relacionam-se precisamente com o funcionamento das instituições e a salvaguarda do regime democrático.

Com efeito, Mário Soares voltou a apontar a desfiguração do papel fiscalizador do Parlamento que passou a ser «uma caixa de ressonância do Governo»; alertou para «uma concentração excessiva de poderes nas mãos de um único homem»; sublinhou «a confusão entre o partido, o Governo e o Estado»; observou que «maioria não significa necessariamente estabilidade».

A culminar este exacto requisito ainda expressou a mais grave preocupação: «temo que se generalize a percepção no País, e principalmente entre a juventude, que se caminha para uma forma larvar de "ditadura da maioria", descaracterizadora do nosso sistema político-constitucional».

Nada disto se escreve de novo nas páginas do «Avante!», são acusações muitas vezes já feitas e fundamentadas pelo PCP.

Entretanto, uma vez que são reconhecidas e assumidas pelo Presidente da República é muito complicado que possam ficar sem consequências materiais.

Até porque há que ter em conta também o peso das palavras do Governo e do partido do Governo.

Estes depressa responderam ao «sinal de alarme» e aos «apelos à autocritica» lançados na entrevista, acusando: «o Presidente da República assumiu que não é o árbitro, mas parte, deixou de ser o Presidente de todos os portugueses, para passar a ser um Presidente contra o PSD.»

Não hesitaram também em lhe atribuir o objectivo de «condicionar os resultados eleitorais de 1995» e de assim «em vez de unir a comunidade nacional» optar «por dividi-la».

Entretanto, nos arraiais do partido laranja vários comentadores lançam ao Presidente da República desafios que o Governo e a direcção do PSD não querem ainda subscriver.

Chegados a este ponto, há que dizer que será muito negativo que as severas e exactas palavras de Mário Soares sobre a adulteração do funcionamento das instituições, por parte do Governo e da maioria parlamentar do PSD, não venham a ter a adequada sequência lógica no exercício dos poderes constitucionais do Presidente da República.

O risco é que se generalize na opinião pública a ideia de que é tudo conversa e espectáculo, como naqueles «combates» de luta livre americana que a RTP 1 costuma transmitir aos domingos de manhã.

Não se percebem, a propósito, as evasivas com que o PS foge a assumir uma posição clara nesta magna questão institucional.

O PCP é que vê já largamente confirmada a justeza da sua luta pela interrupção da governação autoritária, desastrosa e corrupta da direita.

■ Carlos Brito

Cá dentro e lá fora

É próprio do tempo que vivemos que coisas muito significativas, muito relevantes e muito esclarecedoras possam acabar por passar despercebidas na vertigem mediática dos grandes temas do dia ou da semana, qual espuma das ondas a fazer esquecer o movimento profundo dos oceanos.

Vem esta tirada algo melancólica, marítima e pretensiosa a propósito de três simples linhas com dezoito palavras, encontradas numa notícia do «Público» do passado dia 9 referente à conferência de líderes socialistas europeus, realizada em Essen, na véspera do Conselho Europeu.

Nessa notícia, podia ler-se que os líderes dos partidos socialistas e social-democratas, entre os quais se encontrava o secretário-geral do PS, tinham discutido o combate ao desemprego, que até declaram ser «o problema económico e social mais sério da Europa», e que, nesse contexto, tinham «reafirmado o apoio ao Livro Branco para o emprego elaborado para a Cimeira de Corfu por Jacques Delors».

Ficamos assim a saber que o eng. António Guterres, que em Portugal já debitou seguramente milhares de palavras sobre o problema do desemprego, e muitas delas de justa condenação da política seguida pelo Governo de Cavaco Silva nesta e noutras matérias sociais, se associou ao apoio a um documento que por sinal Cavaco Silva também apoia e que, descontados certos malabarismos semânticos, veio consagrar as teses do grande patronato europeu de que a perda da competitividade da economia europeia seria provocada por custos excessivos com o trabalho e por uma grande rigidez do mercado de emprego e, consequentemente, caucionar e aconselhar as políticas de

«moderação salarial», de «flexibilização» das legislações laborais e de restrição de direitos sociais.

Em Essen, na reunião dos líderes socialistas, estiveram pois sentados à mesma mesa a reafirmar o mesmo apoio ao «Livro Branco» — elaborado pelo sumo pontífice maastrichiano e grande figura do «socialismo europeu» que se dá pelo nome de Jacques Delors — os senhores Gonzalez e Papandreou que, nos respectivos países, desenvolvem uma revolvante ofensiva contra o emprego, os salários e os direitos dos trabalhadores e o eng. António Guterres que desenvolve em Portugal uma vibrante cruzada verbal contra o desemprego, embora seja verdade que nunca tem uma palavra que possa cair mal nos círculos patronais.

Se, em matéria de actualizações salariais, é caso para dizer que a verdadeira política do PS está não tanto nas suas palavras mas mais exactamente nos péssimos acordos que Sindicatos integrados na UGT servilmente assinaram na banca e na função pública, então em matéria de emprego e direitos dos trabalhadores é caso para dizer que a sua verdadeira política está não nas palavras que diz cá dentro mas nos apoios que concede lá fora.

A fórmula já foi usada muitas vezes mas, infelizmente, continua inteiramente válida. E, por isso, aqui se repete sem ânsias de inovar por inovar: no edificante terreno de ser grande cúmplice das causas e inflamado crítico das consequências, ninguém bate o PS.

■ Vítor Dias

Dilatar a fé e o império

O jantar de recepção a 500 novos «militantes» do PSD na Guarda, que o «Público» noticiou no domingo, esteve à altura do partido do Governo e do momento áureo que actualmente atravessa.

Num distrito em que o partido laranja evoca histórias sertanejas a que não faltam sequer chapeladas eleitorais e tocaias para derimir conflitos, não surpreende afinal o facto de que estando o «coronel» Raimundo na prisão, logo o

concorrente «coronel». Amaro tenha partido a arregimentar mais capangas para reforçar posições.

O discurso de Fernando Nogueira não desmereceu, também, das circunstâncias: começando por atacar «a fúria opinativa, a maledicência e o pessimismo», dos «detractores» do PSD, acabou por concluir, genial, que «quanto mais mal dizem de Cavaco Silva, mais ele se ergue como um vulto na história de Portugal».

Mas o sublime ainda estaria para vir com o «Pavarotti» dos satélites, recontado mais uma vez nas adesões, quando usou da palavra para afirmar que «neste final de século o poder e o dinheiro foram os dois substitutos técnicos que arranjámos para Deus».

A partir desta revelação fundamental, nada será mais como dantes. E a história do PSD e das personagens que vorazmente disputam entre si o pros-cénio político carece de ser

revista da primeira à última linha.

Onde Costa Freire, Zézé Beleza e outros destacados «laranjas» são mencionados por terem usado o poder para benefício económico pessoal; ou onde se registam colecionadores de imóveis como a super-estrela mais recente; terá que ser reescrito que apenas foram movidos por um desígnio divino: prosseguir a gesta da raça, dilatar a fé e o império!

■ Edgar Correia

ALEMANHA Que democracia!

Durante uma semana, Lothar Bisky, presidente do Partido do Socialismo Democrático, da Alemanha, Gregor Gysi, presidente do grupo parlamentar, e outros 28 destacados militantes do PDS, permaneceram em greve da fome, em decidido protesto contra a dimensão e gravidade do ataque de que o seu Partido era alvo por parte do Governo Federal. Luta que teve apoio de massas, através de duas manifestações de 10 e 30 mil pessoas, mas que a comunicação social portuguesa praticamente silenciou.

O governo alemão pretendeu levar o PDS à falência financeira, exigindo-lhe «na qualidade de herdeiro do PSUA», o pagamento de 67,4 milhões de marcos (6,9 milhões de contos) de impostos relativamente à venda de imobiliário no 1º semestre de 1990. O objectivo era o de aniquilar o PDS, o que iniciativas anteriores não haviam logrado.

Nem a reforma constitucional, estudada para eliminar a representação parlamentar do PDS, foi capaz de evitar que nas eleições legislativas de Outubro obtivesse 30 lugares no Bundestag. Nem a confiscação de bens, o congelamento das contas bancárias, os despejos de edifícios, os processos judiciais, o recurso a campanhas de calúnias, ou ao fantasma da STASI, nem as pressões financeiras e outras sobre o jornal «Neues Deutschland» — nenhuma violação dos direitos democráticos a que têm recorrido as autoridades alemãs foi capaz de silenciar ou liquidar o PDS que, nas recentes eleições para o Bundestag, obteve 20% no Leste da Alemanha e em Berlim.

A luta e o apoio popular levaram o Tribunal Administrativo de Berlim a considerar ilegítimas as exigências do governo. O PDS alcançou assim uma importante vitória.

O PDS tem sido a força política que tem apoiado e mobilizado diferentes classes e camadas sociais, face às dramáticas consequências do processo de anexação da RDA. Daí toda a sanha persecutória. O espírito de vingança atinge qualquer cidadão que tenha tido ligações ao regime socialista: 600 mil funcionários públicos da RDA foram para o desemprego; dezenas de milhar de reformados, por razões políticas, ficaram sem pensões; a política de «interdição profissional» alarga-se; anómalos processos judiciais sucedem-se. Tudo isto traduz a avidez revanchista do capitalismo alemão.

As tão anunciadas vantagens que a unificação traria ao povo da RDA, com o acesso à «economia de mercado», a níveis de vida superiores, à liberdade de viajar, caíram por terra. E perderam-se importantes regalias sociais. A frustração substituiu a esperança, a desilusão instalou-se, surgem as lutas. O desemprego em massa, a desindustrialização, a destruição das cooperativas agrícolas, a liquidação do património científico e cultural, a marginalização da juventude e a desigualdade que atinge as mulheres, a culpabilização colectiva, dão origem a complexos conflitos sociais.

Os efeitos de tão brutal processo de anexação generalizaram-se a toda a Alemanha, introduzindo factores de conflito favorecendo o crescimento de aspirações de grande potência.

Éra pois necessário eliminar a força política, com influência de massas, que combate o capitalismo. O PDS não se conforma com os abusos, as ilegalidades, as perseguições. Alerta contra os perigos do avanço da direita e da actividade das organizações neo-nazis, luta contra as injustiças sociais, o racismo e a xenofobia.

A luta do PDS merece e exige a solidariedade internacional. O seu êxito constituirá uma vitória da democracia no País que hegemoniza a União Europeia.

■ Manuela Bernardino

Comunicado do Comité Central



Dar a palavra ao povo

“O Comité Central do PCP salienta que há toda a urgência e vantagem em se promover uma clarificação política”, afirmou Carlos Carvalhas em conferência de imprensa, apresentando aos jornalistas as principais conclusões da reunião do CC. **“Tal clarificação passa pela demissão do Governo, pela dissolução da Assembleia da República e pela realização de eleições antecipadas.”**

O Secretário Geral do Partido, que se encontrava acompanhado de António Andrez, do Conselho Nacional, de Conceição Morais, do CC, e de Luís Corceiro explicou assim o “legítimo recurso a tais mecanismos constitucionais”:

“1º para impedir o prosseguimento de uma política de agressão aos direitos, condições de vida e interesses da população;

“2º para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas (governamentalização do Estado, SIS sem fiscalização...);

“3º para garantir que as próximas eleições legislativas possam ser conduzidas por uma política democrática que garanta condições de efectiva democraticidade, que a permanência do PSD no Governo manifestamente comprometeria.”

O Secretário Geral do Partido recordou que “o PCP de há muito inscreveu entre os grandes objectivos da luta democrática o afastamento, tão cedo quanto possível, da direita do Governo” e que “é oportuno recordar que, em diversas ocasiões favoráveis à concretização desse objectivo (como a seguir às eleições autárquicas e às eleições para o Parlamento Europeu), a grande preocupação do PS foi sempre a de proclamar publicamente que o PSD deveria cumprir integralmente o mandato político iniciado em 1991.

“A demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas são obviamente exclusivas competências constitucionais do Presidente da República, a quem cumpre avaliar soberanamente das condições para o exercício de tais competências.

“Mas tal facto não pode porém continuar a servir de pretexto, como acontece designadamente com o PS, para que forças políticas se refugiem numa ambiguidade que, no essencial, não se distancia das anteriores atitudes de defesa da permanência do PSD no Governo.

“O PCP, pela sua parte, não só declara estar pronto para disputar eleições legislativas em qualquer momento, como se declara abertamente a favor de iniciativas de carácter institucional visando uma imediata clarificação da situação política que conduza à expressão da vontade popular quanto aos rumos a imprimir à política nacional. Clarificar a situação dando a palavra ao povo.”

Após ter-se referido ao conjunto de análises levado a cabo pela reunião do Comité Central, Carlos Carvalhas afirmou ainda: “O Comité Central pronuncia-se favoravelmente a que o PCP concorra às próximas eleições legislativas no quadro da CDU, fixando como objectivos fundamentais e indissociáveis do PCP, nas próximas eleições legislativas, a colocação do PSD e do CDS em minoria na Assembleia da República e o reforço da votação e representação parlamentar do PCP, como factor essencial para a derrota da direita e para a construção de uma alternativa.

“O voto no PCP contribui sempre para a derrota da direita e, uma vez que o PS defende uma política semelhante em aspectos decisivos à do PSD, é o reforço da votação e representação parlamentar do PCP que é decisivo para uma nova política e para uma verdadeira alternativa.”

O Comité Central, em reunião plenária realizada nos dias 12 e 13 de Dezembro, analisou a situação política nacional e as tarefas do Partido, tendo aprovado o seguinte comunicado

I

Por uma imediata clarificação política

1. O Comité Central sublinha que as manifestações de crise política e as expressões públicas de uma crescente tensão e conflito entre órgãos de soberania são inseparáveis da crescente tomada de consciência do fracasso da política do Governo do PSD e das suas graves consequências no plano social, económico e da vida democrática do país, do amplo descontentamento que suscitam na sociedade portuguesa e do vasto movimento de resistência, protesto e luta popular que se vem desenvolvendo contra a política de direita.

2. O Comité Central salienta a urgência e a vantagem de se promover uma clarificação da situação política, mediante o recurso à demissão do Governo, à dissolução da Assembleia da República e à correspondente antecipação das eleições legislativas previstas para Outubro de 1995.

O legítimo recurso a tais mecanismos constitucionais apresenta-se como inteiramente justificado quer para travar o prosseguimento de uma política de ataque e agressão aos direitos, condições de vida e interesses da população e agravamento dos principais problemas de fundo da sociedade portuguesa, quer para assegurar um regular funcionamento das instituições democráticas que hoje se encontra ostensivamente afectado por múltiplas orientações, decisões e atitudes do governo do PSD, quer ainda para garantir que as próximas eleições legislativas possam ser conduzidas por um governo democrático que garanta condições de efectiva democraticidade que a permanência do PSD no Governo manifestamente comprometeria.

3. Recordando que o PCP de há muito inscreveu entre os grandes objectivos da luta democrática o afastamento, tão cedo quanto possível, da direita do Governo, o Comité Central considera oportuno assinalar que, em diversas ocasiões favoráveis à concretização desse objectivo (como a seguir às eleições autárquicas e às eleições para o Parlamento Europeu), a grande preocupação do PS foi sempre a de proclamar publicamente que o PSD deveria cumprir integralmente o mandato político iniciado em 1991.

4. A demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas são obviamente exclusivas competências constitucionais do Presidente da República, a quem cumpre avaliar soberanamente das condições para o exercício de tais competências.

Este facto não pode porém continuar a servir de pretexto, como acontece designadamente com o PS, para que forças políticas se refugiem numa ambiguidade que, no essencial, não se distancia das anteriores atitudes de defesa da permanência do PSD no Governo.

O PCP, pela sua parte, não só declara estar pronto para disputar eleições legislativas em qualquer momento, como se pronuncia abertamente a favor de iniciativas de carácter institucional visando uma imediata clarificação da situação política que conduza à expressão da vontade popular quanto aos rumos a imprimir à política nacional.

5. Contrariando quaisquer atitudes de expectativa e passividade, o Comité Central salienta entretanto a imperiosa necessidade de intensificação da luta popular e democrática contra a política do Governo do PSD como factor determinante para uma derrota eleitoral da direita e para a conquista de uma alternativa democrática.

II

Desenvolver a luta de massas

1. A instabilidade da situação política e os seus possíveis desenvolvimentos não devem deslocar a atenção da gravidade da situação social e do prosseguimento da ofensiva do Governo, conjugada com o grande capital, contra os direitos e interesses dos trabalhadores e de outros sectores da população.

2. O Comité Central sublinha em particular os seguintes aspectos, nessa ofensiva do Governo no plano social:

– o desrespeito cada vez maior pelos direitos dos trabalhadores e a tentativa de introduzir graves alterações à legislação laboral e à própria Constituição, que, a serem concretizadas representariam, em importantes aspectos, o recuo para antes do 25 de Abril;

– a quebra dos salários reais, tendo como consequência uma diferença cada vez maior entre o preço-hora do trabalho em Portugal e o praticado nos outros países da União Europeia;

– o agravamento do desemprego (que pela primeira vez foi oficialmente reconhecido ter ultrapassado os 400 mil trabalhadores), o alastramento da precarização do trabalho, o crescimento em flecha das pré-reformas, a flexibilização laboral e o corte de benefícios sociais;

– o ataque à segurança social: permitindo ao patronato a acumulação de dívidas de centenas de milhões de contos, o roubo de contribuições dos trabalhadores e a evasão generalizada nas contribuições; não transferindo do Estado para o seu orçamento, como é seu dever legal, as verbas relativas aos regimes não contributivos; ao mesmo tempo que são retirados direitos adquiridos e mantidas a nível de miséria as prestações sociais (pensões de velhice e de invalidez, abono de família, entre outras).

3. O Comité Central sublinha que os trabalhadores – e a sua luta por direitos, melhores salários e condições de vida, emprego, segurança social – constituem uma decisiva frente de intervenção e de mobilização social e política para uma alternativa democrática. À sua mobilização e ao desenvolvimento das suas lutas nos próximos meses, importa que o Partido preste uma particular atenção e apoio. E sublinha igualmente, pela importância social e política que assumem, da necessidade do reforço da intervenção dos agricultores e dos pescadores, da mobilização da juventude, dos reformados, das mulheres, dos pequenos empresários e das lutas das populações.

4. O Comité Central do PCP salienta vivamente que o prosseguimento e o aprofundamento da luta social em torno de objectivos concretos e da resistência à política do Governo, e a sua convergência numa vasta dinâmica social e política de massas que exprima a aspiração e o apoio populares à mudança democrática constitui uma condição determinante para a alternativa.

III

Um Partido mais forte para as batalhas de 1995

1. O Comité Central avaliou a Conferência Nacional «Reforçar e renovar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores» e sublinha que, no seguimento de medidas anteriores levadas à prática em Organizações Regionais, a sua realização



do Partido Comunista Português

constituiu um importante êxito, pelo envolvimento dos quadros e organizações partidárias e aprofundamento dos temas tratados, pelas medidas de direcção e organização decididas e concretizadas antes e durante o debate preparatório, pela sensibilização do Partido e conclusões a que chegou. O que globalmente se traduzirá num significativo impulso ao reforço geral do Partido e da sua intervenção na sociedade portuguesa. Salientando as profundas consequências negativas para o desenvolvimento das organizações de base do Partido nos locais de trabalho e de sectores profissionais decorrentes de factores objectivos conhecidos (alterações ainda em curso nas estruturas económicas e sociais, mutações na condição e situação dos trabalhadores e outras), a Conferência abriu caminho para as respostas e soluções necessárias à renovação e ao reforço da organização partidária. A Conferência mostrou um Partido vivo, actuando, com real influência no seio da classe operária e dos trabalhadores portugueses, firmemente voltado para que essa influência se mantenha e reforce.

O Comité Central considera que é tarefa essencial de todo o Partido dar persistente continuidade ao trabalho de reforço geral da organização partidária, dando uma particular atenção à concretização da Resolução da Conferência. Ao nível das diversas organizações partidárias deverão ser tomadas medidas de direcção e organização e estabelecidas metas e objectivos que permitam alcançar o reforço e a renovação do Partido, de que se salientam as seguintes linhas de trabalho: estruturação de novos organismos de modo quantificado e orientado para os sectores mais importantes em cada organização, designadamente células de empresas e sectores profissionais; responsabilização e formação de novos quadros; enquadramento mais amplo dos membros do Partido, com particular atenção para os que têm actividade em organizações e movimentos de massas; recrutamento de novos membros, condição essencial para a renovação dos efectivos partidários; maior participação de jovens e mulheres nos organismos; continuação dos esforços para a convocação regular das Assembleias das diversas organizações; elevação significativa da divulgação do «Avante!» e de «O Militante», por assinaturas e venda directa.

2. O Comité Central aprova o lançamento de uma Campanha Nacional de Fundos, de Fevereiro a Dezembro de 1995, tendo como objectivos a recolha extraordinária de 150 mil contos, através de contribuições e outras iniciativas, destinadas a apoiar uma forte e mobilizadora campanha eleitoral do PCP e da CDU, e contribuir para o reforço orgânico do PCP pela definição e concretização de metas de crescimento quanto às quotizações dos militantes.

O Comité Central sublinha a particular importância desta campanha de fundos de suporte popular à intervenção eleitoral do PCP, tendo em conta a desproporção de recursos nas disputas eleitorais que tem sido criada pelos maciços financiamentos do grande capital aos outros principais partidos.

3. O Comité Central analisou o andamento do «Debate com o País para uma nova política», iniciado há dois meses, considerando que, apesar do injusto silenciamento de que tem sido alvo na comunicação social, esta iniciativa tem representado, e deverá continuar a representar nos próximos meses, uma valiosa linha de intervenção do PCP na presente situação política.

Em relação a esta iniciativa, o Comité Central considera serem de sublinhar:

– a realização, até ao momento, de mais de meia centena de iniciativas, promovidas por diversas Áreas de Trabalho e Direcções das Organizações Regionais, e a programação, para o primeiro trimestre do próximo ano, de cerca de uma centena de debates;

– a concretização de mais um espaço de diálogo do PCP com a sociedade portuguesa, aberto a quantos partilham com os comunistas das preocupações com a situação e com o futuro do País;

– os valiosos contributos, reflexões e propostas que tem sido possível recolher em relação a importantes problemas e áreas da vida nacional;

– e a dinamização da intervenção política e partidária, aberta para os problemas dos trabalhadores, do povo e do País, mobilizadora de ideias e vontades para a construção de uma inovadora resposta de esquerda aos problemas com que a sociedade portuguesa está confrontada.

4. Tendo como principal tarefa em 1995 as eleições legislativas, com a obtenção do reforço eleitoral do PCP e o afastamento da direita do Governo, o Comité Central sublinha a necessidade da profunda articulação e interligação destes objectivos com as linhas de reforço e renovação orgânicas, com o desenvolvimento das iniciativas do «Debate com o País para uma nova política», com a dinamização da luta de massas e dos trabalhadores contra a ofensiva do grande patronato e do Governo, com uma dinâmica intervenção do PCP e das suas organizações em todas as esferas da vida nacional e, designadamente, em torno dos problemas mais vivos do povo e do País.

Entre outras importantes iniciativas a realizar em 1995 são de destacar, desde já, a comemoração do 74º aniversário do PCP e a realização, a 1, 2 e 3 de Setembro, da Festa do «Avante!».

A realização com êxito deste conjunto de tarefas, colocadas à militância, energia e inteligência dos comunistas; abrirá perspectivas para que 1995 se transforme para o nosso País no ano da viragem democrática.

IV

PCP – o Partido da alternativa nas eleições legislativas

1. Sublinhando a extraordinária importância das próximas eleições para a Assembleia da República e as profundas consequências dos seus resultados na futura evolução da vida nacional, o Comité Central salienta a necessidade de todo o colectivo partidário dedicar crescente atenção e esforço às tarefas de preparação da intervenção eleitoral do Partido.

2. As próximas eleições legislativas representam uma crucial oportunidade para pôr termo a dez anos de política de direita conduzida pelos governos do PSD/Cavaco Silva e impulsionar uma viragem democrática que permita uma nova política, ao serviço do povo e do país.

Representam uma crucial oportunidade para uma expressiva condenação pela maioria do povo português de uma política apostada na reconstituição do poder do grande capital, comprovadamente incapaz de assegurar um efectivo desenvolvimento e modernização do País, cruelmente empenhada no reforço da exploração dos trabalhadores e no ataque aos direitos sociais. Representam uma crucial oportunidade para pôr termo a uma política de arrogância, prepotência e autoritarismo, de governamentalização e partidarização do Estado, de perversão e adulteração do regime democrático, de escandaloso saque dos bens do Estado, de estímulo e protecção da corrupção e do clientelismo. Representam uma crucial oportunidade para condenar uma política profundamente lesiva da soberania e da independência nacionais e em guerra aberta com os valores e ideais da Revolução de Abril.

3. O Comité Central pronuncia-se favoravelmente a que o PCP concorra às próximas eleições legislativas no quadro da CDU e mandata os seus organismos executivos para, na sequência dos contactos já iniciados, concretizarem com o Partido «Os Verdes» e a Intervenção Democrática a reconstituição da CDU - Coligação

Democrática Unitária – amplo espaço unitário democrático que integra também milhares de democratas independentes.

4. Fixando como objectivos fundamentais e indissociáveis do PCP nas próximas eleições legislativas a derrota do PSD, a colocação do PSD e do CDS em minoria na Assembleia da República e o reforço da votação e representação parlamentar do PCP como factor decisivo para a derrota da direita e para a construção de uma alternativa, o Comité Central destaca desde já que para a realização destes grandes objectivos são particularmente importantes:

– uma perseverante denúncia dos resultados da governação do PSD e um activo desmascaramento das múltiplas operações de desresponsabilização, demagogia eleitoralista, mistificação e «dramatização» eleitoral a que o PSD seguramente recorrerá, bem como da demagogia populista com que o CDS procura esconder as suas posições profundamente reaccionárias;

– um firme combate contra a instrumentalização pelo PSD do aparelho e dos recursos do Estado em favor dos seus objectivos eleitorais e designadamente contra a já patente transformação do Governo em comissão eleitoral do PSD;

– um decidido e constante desmascaramento das manobras e operações para «bipolarizar» artificialmente a vida política entre o PSD e o PS e discriminar o PCP, silenciar as suas iniciativas, deturpar as suas posições e desvalorizar o seu papel que mais não visam do que favorecer a eternização da política de direita;

– um empenho constante na ampliação de um forte movimento de opinião popular que coloque a exigência de uma nova política como eixo central da luta por uma alternativa democrática e como elemento fundamental da motivação de voto nas próximas eleições;

– uma sistemática desmontagem das mistificações veiculadas quer pelo PSD quer pelo PS sobre os critérios de avaliação dos resultados das eleições e das suas consequências, nomeadamente promovendo um persistente esclarecimento de que não há «eleições para Primeiro-Ministro» mas sim para deputados à AR e de que o que decide, no plano numérico e institucional, da possibilidade de uma alternativa não é o PS ser mais votado que o PSD mas sim a conquista de uma maioria parlamentar democrática, o que só é possível com o PCP;

– uma sistemática afirmação de que o voto no PCP contribui sempre para a derrota da direita e que, uma vez que o PS defende uma política semelhante em aspectos fundamentais à do PSD, é o reforço da votação e representação parlamentar do PCP que é decisivo para uma nova política e para uma verdadeira alternativa;

– uma audaciosa afirmação e valorização da acção do PCP em defesa dos interesses populares, das suas propostas para a solução dos problemas do povo e do país e do seu valioso projecto democrático de liberdade, desenvolvimento, justiça, progresso social e independência nacional.

5. O Comité Central sublinha que, actuando com dinamismo e confiança, existem condições favoráveis ao alargamento da influência política e eleitoral do PCP e para que um cada vez maior número de portuguesas e portugueses reconheçam no PCP a força mais firme, activa e solidária na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e de outras camadas da população e, simultaneamente, a que melhor pode representar politicamente os seus interesses e aspirações; o partido que tem sido a mais forte e consequente força de oposição à política e aos governos de direita e, simultaneamente, um partido apto a participar no governo do país e a exercer as mais altas responsabilidades institucionais; o grande partido da esquerda e o partido da alternativa democrática nas eleições legislativas de 1995.

13 de Dezembro de 1994

O Comité Central do Partido Comunista Português





Direitos e liberdades em Riba d'Ave

Integrado no «Debate com o País para uma nova política» decorreu no passado sábado, em Riba d'Ave, uma sessão pública subordinada ao tema Direitos, Liberdades e Garantias dos Trabalhadores que contou com a presença de Luís Sá, da Comissão Política do PCP, e Manuel Barbosa da Silva, membro da Assembleia Municipal.

Durante o debate, promovido pela Concelhia de Famalicão, Luís Sá sublinhou que «os direitos dos trabalhadores na Constituição Portuguesa são tão importantes como os outros direitos. Na Constituição, no direito constitucional português e na vida política portuguesa não há direitos, liberdades e garantias de primeira e de segunda». Por outro lado, referiu, «as revisões constitucionais realizadas pretenderam liquidar direitos dos trabalhadores», sendo que é objectivo actual do PSD acabar com as comissões de trabalhadores, cujos direitos estão consagrados na Constituição, e, com o acordo do PS, limitar o direito à greve. Considerando que a Constituição é «uma bandeira que os trabalhadores, o movimento sindical e o PCP defendem», Luís Sá concluiu que «todos os direitos são importantes, mas o direito ao trabalho é fundamental, sem este não existem outros direitos».

5ª Assembleia de Fafe

Teve lugar, no passado domingo, a 5ª Assembleia da Organização Concelhia de Fafe do PCP, que analisou o trabalho realizado e perspectivou as principais tarefas dos comunistas para o próximo ano.

Os delegados presentes elegeram a nova Comissão Concelhia, composta por uma dezena de camaradas, e decidiram empenhar-se na preparação da 3ª Assembleia da Organização Regional de Braga, marcada para 29 de Janeiro, em Vila Nova de Famalicão, tendo no horizonte próximo as eleições para a Assembleia da República.



Visita a Oliveira do Douro

Luís Sá, da Comissão Política, Honório Novo, deputado no PE, e Antero Pires, vereador na CM de Gaia, acompanhados de outros autarcas locais, visitaram, no passado sábado, Oliveira do Douro. Na zona da Formigosa foram ouvidas as populações afectadas pela construção da Ponte do Freixo, onde se constatou que não estão a ser respeitadas as recomendações de impacto ambiental. No Areinho, os moradores sofrem o corte dos acessos devido a obras de saneamento e deparam-se com valas abertas sem qualquer sinalização. Em Quebrantões, vastas áreas permanecem juncadas de detritos e restos de materiais ali abandonados no decurso das obras da ponte ferroviária, há muito terminada.

Freguesias de Évora condenam Governo

O plenário distrital de eleitos CDU nas juntas e assembleias de freguesia, realizado no passado dia 3, responsabiliza o Governo de Cavaco Silva pela grave situação social que se vive no distrito de Évora.

Os eleitos exigem uma «rápida mudança de atitude» e chamam a atenção para o reduzido investimento previsto para o Alentejo, no âmbito do 2º Quadro Comunitário de Apoio — «apenas 8,3 por cento do total dos fundos». Acresce que da verba prevista para o Programa Operacional do Alentejo — PORA — «uma parte significativa é desviada para obras de responsabilidade do Governo». O Plenário constata, por outro lado, que o Interreg II prevê pouco mais de três milhões de contos para o Alentejo, «a serem utilizados quase exclusivamente segundo critérios definidos pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, que globalmente não serve as mais profundas aspirações da população». Por último, no que respeita aos fundos de coesão, dos 497,4 milhões de euros que virão para Portugal, apenas 8,35 milhões se destinam ao Alentejo, o que representa apenas 1,7 por cento do total.

PSD e PS chumbam propostas para Torres Vedras

O Organismo de Autarquias da Zona Oeste da ORL considera inaceitável a posição assumida pelos «deputados do PS, PSD e CDS, em especial do distrito de Lisboa» que conduziu à reprovação de duas propostas de alteração do Orçamento do Estado, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, com os votos contrários do PSD e CDS e a abstenção do PS. Os deputados do PCP preconizavam a inscrição de uma verba de 50 mil contos para a Escola Preparatória e Secundária na Zona Norte da cidade de Torres Vedras, e um montante de 75 mil contos para a construção da circular de Torres Vedras de ligação da EN 8 à EN 9. Caso fossem aprovadas, estas alterações «vinham certamente minorar aos problemas que hoje se colocam» nas acessibilidades e tráfego e na falta de instalações escolares, afirmam os comunistas.

Porto

Comunistas rejeitam Orçamento da Câmara

Em conferência de imprensa promovida na passada sexta-feira, que contou com a presença da vereadora Ilda Figueiredo, Lusitano Correia, eleito na AM, Teresa Duarte, da DOCP, e Vítor Vieira, da AF de Miragaia, a Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP divulgou a sua posição sobre o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal do Porto para 1995. Salientando que o acesso à informação sobre os documentos em causa só foi possível na véspera do debate, e que os dados sobre o pelouro da Habitação e Desporto, que detém no conjunto a maior percentagem de investimentos, não chegaram a ser facultados devido à ausência do vereador, os comunistas explicam as razões do voto contra da CDU, apontando designadamente:

«a manutenção de uma visão sobre a cidade que insiste num agravamento das desigualdades e desequilíbrios, pela defesa que faz de um crescimento a duas velocidades: por um lado, mais túneis, alargamento e melhoria de vias e alguns equipamentos megalómanos em certas zonas nobres e restritas da cidade, enquanto, por outro lado, a maioria da zona antiga, dos bairros municipais, das áreas degradadas, é praticamente esquecida, e, mesmo quando fala de problemas centrais, como a habitação, ou da necessidade da «cidade solidária», fica-se pelas palavras e não se apresenta um projecto global de intenções, que, aliás, com excepção dos projectos de habitação co-financiados pela Administração Central (em número reduzido face às necessidades da cidade) também não têm expressão no orçamento;

• a manutenção de inscrição de verbas escassas em áreas fundamentais para a criação da tal «cidade solidária», de que são exemplo a quase nula inscrição para a construção de creches, infantários e escolas do ensino pré-escolar, apesar das enormes carências do Porto, os refeitórios nas escolas do 1.º ciclo que, ou

não existem, ou não funcionam, com excepção de dez, nas sessenta escolas da cidade, o que é tanto mais grave quanto se sabe que se vive muito mal em zonas importantes e muito populosas;

• as verbas diminutas para recuperação de bairros muito degradados, que se arrastam em cada vez maior degradação, tal como acontece com as verbas previstas para o RECREIA, instrumento importante para a recuperação das zonas antigas onde há cada vez mais casas em ruínas;

• o sistemático esquecimento da construção de equipamentos sociais, desportivos e culturais para os bairros e zonas carenciadas;

• o sucessivo adiamento de obras previstas em planos anteriores, e profusamente prometidas na campanha eleitoral, de que são exemplo o arranjo de mercados actuais como o Bolhão e o mercado de S. Sebastião, ou as promessas de construção de novos, como nos bairros do Cerco, da Moura e Ramalde, para já não falar dos tão badalados arranjos urbanísticos das escarpas e margens do Douro, das pontes ou do Metro.

«Merece também a oposição da CDU a insistência na inflação do orçamento municipal, designada-

mente, através da previsão de 5 a 6 milhões de contos de receitas pela via da venda do património municipal (embora este ano de forma mais contida), o que está a criar graves problemas financeiros, como é conhecido, e pode conduzir, a curto prazo, a um endividamento preocupante do município.

«Se é certo que o Governo está a prejudicar seriamente as autarquias locais pela não aplicação sistemática da Lei das Finanças Locais, como temos vindo a denunciar, também é verdade que na Câmara Municipal do Porto se exagerou no lançamento de obras não prioritárias para a cidade, e de discutível responsabilidade municipal, que se estão a revelar um autêntico sorvedouro de fundos municipais, como é o caso do nó de Ciriaco Cardoso.

«Cabe ainda uma referência à forma como foi tratado o pelouro de Saúde e Sanidade, da responsabilidade da CDU, cuja verba global foi diminuída para apenas 40 500 contos, o que é manifestamente insuficiente para dar continuidade aos projectos que estão já no terreno, ou em vias de implementação, tendo em conta que o pelouro só tem alguns meses de vida, e que o seu desenvolvimento está agora a iniciar-se. A inscrição de verba tão diminuta é ainda mais chocante quando se compara com os 86 mil contos previstos para publicidade e propaganda, ou os cerca de 120 mil contos para viagens ao estrangeiro, ou mesmo a obscura dotação provisional para despesas de capital de 70 mil contos.

«Foi neste quadro que a CDU apresentou um conjunto de pro-

postas realistas visando atenuar alguns dos aspectos mais negativos do Plano de Actividades e Orçamento para 1995, designadamente:

• Reforço das verbas para recuperação dos bairros municipais — 500 mil contos;

• Reforço da verba para construção e reparação de equipamentos sociais, culturais e desportivos — 150 mil contos;

• Reforço do RECREIA — 500 mil contos;

• Reforço da verba para creches e infantários, educação pré-escolar e refeitórios das escolas do 1.º ciclo — 100 mil contos;

• Transferência para os SMAS, para investir na construção da rede de esgotos e na criação de incentivos de forma a acelerar o processo de ligação das habitações à rede municipal de esgotos — 100 mil contos (é preciso recordar que só metade da população da cidade tem acesso à rede municipal de esgotos);

• Reforço em 30% da verba global do pelouro de Saúde e Sanidade.

«A cobertura orçamental destas inscrições seria assegurada pela dotação provisional em despesas de capital e pela diminuição de verbas previstas para o nó de Ciriaco Cardoso, cuja conclusão devia ser exigida ao Governo, do complexo do Monte Aventino e dos projectos para os túneis. Pensamos que a importância destas obras (algumas muito polémicas e provavelmente nunca realizadas, como os anunciados túneis na zona histórica da cidade) é secundária face às enormes carências que referenciamos.

«Lamentamos que o PS tenha recusado todas estas propostas, mas estamos certos que, mais cedo que tarde, o bom senso tornará imprescindível a sua concretização. É com essa confiança que continuaremos a trabalhar de forma empenhada e responsável, quer no pelouro de Saúde e Sanidade, quer no Conselho de Administração dos SMAS, quer no colectivo municipal, no trabalho com as instituições e os moradores do Porto».

CAMARADAS FALECIDOS

António Cabrita

Faleceu recentemente, com 50 anos, António Inácio Cabrita, ex-trabalhador da Sapec, organizado nas Praias do Sado.

Fernando Coelho

Faleceu, no passado dia 7 de Dezembro, Fernando José Coelho. Contava 68 anos e militava na organização de Algueirão-Mem Martins, no concelho de Sintra.

José Fernandes

Faleceu, no passado dia 6 de Dezembro, José Estêvão Mendes Fernandes, de 58 anos, natural e residente em Stª Margarida da Coutada, concelho de Constância. Era ferroviário e militava no Partido desde 1975.

— * —

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP/Açores analisa Orçamento

Intervindo na abertura do debate do Plano e Orçamento da Região Autónoma para 1995, o deputado comunista Paulo Valadão considerou que «as propostas governamentais são, na sua essência, politicamente iguais» às dos anos anteriores e «têm cada vez menos a ver com os problemas e as necessidades objectivas da região».

O PCP/Açores afirma que «ninguém pode com seriedade insistir na ideia da retoma económica» quando o que se verifica é que «a economia regional está a viver um momento sério de crise».

Como sublinhou Paulo Valadão, «a imposição sistemática de custos de crédito que não têm em conta a insularidade, associada à desadequação do sistema fiscal, criou artificialmente um quadro de acentuação real das dificuldades económicas de muitas pequenas e médias empresas e vai, paulatina-

mente, tornando inviáveis certas actividades».

Desta forma, afirmou mais à frente, num momento em que «o sector público investe menos, compra menos e, ainda por cima, paga tarde e a más horas, não é de admirar que haja notícia de empresas a fechar portas, como a fábrica de tintas CIN, ou a Iber Agar, ou a Tunapesca, ou a Ferrotec, que anuncia para breve o seu encerramento».

Referindo o perigo da privatização do BCA, o deputado concluiu que «está em curso um processo acelerado de transformação estrutural da economia regional que afasta da Região os centros de decisão, que é conflitual com os interesses de grande parte dos seus agentes económicos, que torna a economia regional ainda mais dependente e que não dá quaisquer garantias de encarar o processo de desenvolvimento como um processo prioritariamente de interesse social».

3ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro Reforçar e dinamizar para uma nova política



Carlos Carvalhas

“É imperioso impedir que o PSD continue a levar por diante o seu projecto”

No final dos trabalhos da 3ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro, em sessão pública, interveio o Secretário Geral do PCP, Carlos Carvalhas. No seu discurso, para além de uma abordagem às matérias em debate, em particular as questões de organização, foram desenvolvidamente tratados aspectos essenciais do momento político. São sobre este último ponto os extractos que deixamos ao cuidado do leitor.

(...) O afastamento da direita do poder é de importância vital para o nosso País.

A permanência da direita no poder significa a perigosa evolução para um regime de cariz autoritário, fundado na injustiça social, na intensificação da exploração, no clientelismo e nas negociações e enfeudado aos centros de decisão externos.

No actual conflito institucional, o PSD quer fazer o papel de vítima, vestir a pele de cordeiro, quando, como se sabe, o PSD e o seu Governo têm sido os principais factores da instabilidade do país, no plano económico social e político.

A sua preocupação não se prende com a evolução do país, não é com o interesse público e com o interesse nacional, como procuram encenar. A sua grande preocupação e receio é com a diminuição da sua base social de apoio, com o descontentamento popular. É o de perderem o poder, os “tachos”, os privilégios e as mordomias.

Os trabalhadores e o povo português não entenderiam o prolongamento deste conflito institucional, sem consequências e sem uma clarificação, com a subalternização dos problemas do desenvolvimento, do desemprego, do trabalho precário, da acentuação das desigualdades, da liquidação de direitos que se continuam a agravar. O país precisa é de quem se preocupe com os seus problemas reais, com a ruína dos agricultores, com a desindustrialização, com o domínio do capital externo sobre a nossa economia, com a crescente substituição da produção nacional pela produção estrangeira, com a desertificação e envelhecimento do interior do país.

É tempo de dar a palavra ao povo.

É inadmissível que o Governo afirme, por exemplo, que não há dinheiro para aumentar os trabalhadores da Administração Pública ou os reformados e ao mesmo tempo se prepare para entregar milhões aos latifundiários, ou que tenha inscrito no Orçamento outros tantos milhões para os sacos azuis dos Srs. Ministros e Secretários de Estado.

Pela nossa parte há muito que nos batemos para que esta política seja interrompida o mais depressa possível. Em cada dia que passa pros-

segue a política da concentração da riqueza, do compadrio e do leilão do país, com a ruína da agricultura e de milhares de produtores nos diversos sectores da economia, com o alastramento da corrupção, do patrocínio do negociadismo e da especulação financeira, por sucessivos escândalos públicos envolvendo destacadas figuras do poder.

Com este Governo não só os problemas se vão continuar a agravar como não haverá quaisquer garantias de isenção na preparação das eleições.

Curiosamente o PS mantém a sua permanente ambiguidade. Diz que o PSD está a gangrenar o país, mas simultaneamente vai afirmando que o Governo deve governar até ao fim do mandato. Diz-se preocupado com o desemprego mas simultaneamente afirma estar de acordo com as políticas de Maastricht que “fabricam” cada vez mais desemprego.

E quanto ao ataque aos salários, à liquidação de direitos dos trabalhadores, aos aumentos da Função Pública e aos aumentos dos reformados, mantém um prudente e significativo silêncio.

Os tempos não estão para meias tintas. Exigem posições claras e transparentes. Cada um deve assumir as suas responsabilidades e não andar a disfarçar com grandes tiradas de oposição verbal sem consequências. Seja para dar resposta aos graves e urgentes problemas nacionais, seja para enfrentar com êxito os exigentes desafios que estão colocados ao País, é imperioso impedir que o PSD continue a levar por diante o seu projecto de desfiguração do regime democrático, a edificar uma sociedade bloqueada e fechada à mudança, à evolução e a alternativas de política e de governo.

O PCP orgulha-se de estar na primeira linha de combate a todas as orientações e medidas do governo do PSD lesivas dos interesses do povo e do país, de estimular e ser solidário, com quantos lutam pelos seus legítimos interesses e justas reivindicações, afirmando-se cada vez mais como o grande Partido da alternativa, o grande Partido da esquerda.

(...)

“Reforçar e Dinamizar para uma Nova Política” foi o lema que presidiu à 3ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro do PCP, realizada no passado sábado, dia 10, no salão cultural da Câmara Municipal daquela cidade.

Contando com participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que interveio na sessão de encerramento (ver nesta página), esta Assembleia em que estiveram presentes 110 delegados constituiu um importante momento de reflexão sobre o trabalho partidário desenvolvido no distrito neste últimos quatro anos, afirmando-se simultaneamente como um decisivo contributo no sentido do fortalecimento do PCP e do reforço da sua intervenção em todas as esferas da vida regional.

Para este impulso quanto ao trabalho futuro não será certamente alheio o modo como decorreu a Assembleia — a culminar um intenso trabalho preparatório desenvolvido em mais de dezena e meia de reuniões —, marcada ao longo do dia nas suas três sessões por um debate franco e aberto, “ao estilo de cada um” — segundo a expressão do camarada Salavessa que antecedeu no uso da palavra Carlos Carvalhas —, tendo em vista na sua globalidade apenas um objectivo: contribuir para a melhoria do trabalho do Partido.

Incidindo sobretudo nas questões de organização e nas lutas

sociais e laborais, mas também em matérias como a regionalização e a frente autárquica, as cerca de três dezenas de intervenções proferidas pelos delegados tiveram ainda como tônica comum — sem escamotear os problemas e dificuldades — o apontar de perspectivas relativamente à acção do Partido, não faltando os sinais de confiança no desenvolvimento da sua intervenção, designadamente no seio dos trabalhadores.

Clarificados ao longo dos trabalhos da Assembleia, com expressão nos próprios documentos aprovados (a resolução política e uma resolução sobre as eleições legislativas), foram tam-

bém as principais orientações e linhas de acção que nortearão a actividade das organizações e membros do PCP no distrito de Aveiro.

Neste contexto, a renovação e dinamização das organizações no sentido de uma maior intervenção dos comunistas em todas as áreas da realidade regional — alvo de profundas mutações — foi inequivocamente assumida pela Assembleia como uma tarefa prioritária, em ordem a contribuir, deste modo, para a derrota da política de direita e para a emergência de uma nova política que corresponda aos interesses dos trabalhadores e do País.

Este é, aliás, um dos objectivos inscritos na resolução política, a par da luta pela regionalização e por um desenvolvimento integrado, objectivos estes cuja concretização passa, na perspectiva dos comunistas do distrito de Aveiro, pela luta de massas, pela acção institucional e pela intervenção activa das organizações populares e das populações.

Na mesa da presidência da 3ª Assembleia, para além de Carlos Carvalhas e de Sérgio Teixeira (membro da Comissão Política), estiveram presentes os camaradas António Salavessa, Artur Ramísio, Fernando Saramago, Fátima Guimarães, Isabel Vieira, Joaquim Almeida, Luís Quintino, Manuela Silva, Manuel Rodrigues e Óscar Oliveira.

Como nota final registe-se o facto de 70 por cento dos delegados presentes (110) ter entre os 30 e os 50 anos e de a percentagem de mulheres se situar nos 17,4 por cento.

Resolução

Entre os documentos aprovados pelos delegados à 3ª Assembleia conta-se uma resolução sobre as próximas eleições legislativas na qual se exorta toda a organização e os quadros a “encararem com confiança” este acto eleitoral, no pressuposto de que a “real influência social e política do PCP no distrito de Aveiro acabará por ter a devida expressão”.

Aproximadamente a um ano da data prevista para as eleições para a Assembleia da República, este acto é encarado pelos comunistas de Aveiro como sendo de “inegável importância”, quer no contexto nacional, quer pelas suas repercussões no plano regional, razão pela qual é lançado um apelo a todas as organizações e membros para uma “atenção e empenho redobrados”.

Depois de apontar o “reforço das posições do PCP no distrito” como um objectivo prioritário, a resolução refere que na preparação “desta decisiva batalha eleitoral” importa, antes de mais, “sempre em conjugação com o apoio às lutas por melhores condições de vida e de trabalho”, intensificar a acção de propaganda e esclarecimento do Partido junto das populações.

Nesse sentido, pode ler-se no documento, “urge denunciar quem são os verdadeiros responsáveis” pela actual política anti-social (PSD), bem como aqueles que lhe são coniventes em muitos aspectos essenciais (PS e CDS), devendo nesta linha merecer particular destaque o “desmascaramento e o combate às tentativas de bipolarização e de hegemonização do PS”



Direcção renovada

Com a eleição da Direcção da Organização Regional de Aveiro, de que fazem parte 48 camaradas (número sensivelmente idêntico à anterior composição), operou-se uma importante renovação deste organismo (43 por cento), com a entrada de 21 novos membros e a saída de 20.

Constituída basicamente por quadros, por representantes das organizações concelhias e das várias áreas de intervenção do Partido, a nova Direcção tem 18 camaradas operários, 16 intelectuais e quadros técnicos, nove empregados, dois estudantes, um agricultor, um trabalhador das pescas e um aposentado das Forças Armadas.

Com uma média de idades a rondar os 43 anos, a nova Direcção conta ainda no seu seio com a presença de sete mulheres, o que representa 14 por cento do total dos seus membros.

Falências fraudulentas em Famalicão

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão denuncia em comunicado que «a pretexto da crise o patronato promove a falência e o encerramento das empresas, reabrindo-as com nova designação». Como consequência, assiste-se ao despedimento colectivo sem quaisquer indemnizações, aumenta o trabalho clandestino e a exploração de menores.

A promessa do Governo e patronato de criarem mais emprego no Vale do Ave não está a ser cumprida e o que se observa é a contínua «redução dos postos de trabalho, encerramento e falências fraudulentas de empresas para alienação dos seus bens imobiliários com proveito para o patronato e especuladores de grandes negócios». A análise da situação em algumas empresas, feita pelos comunistas de Famalicão é esclarecedora:

Sector têxtil — À falência da Fiação de Vermoim, Sotex, Lacerda & Sampaio, FTOF, Tinturaria Egara, junta-se agora a recente falência da Serves (Pedome), que provocou o despedimento de 400 trabalhadores sacrificando os seus créditos e comprometendo a sua vida económica e das suas famílias. Em vias de falir estão também a Exportex (200 trabalhadores), Estirex, J. Ferreira Braga (200). Apesar de viabilizadas outras, como as Malhas Silma, (120), continuam com as instalações encerradas, juntando-se à Tifabel, Azevedo & Ferreira, Oliveira & Torres. A Sampaio Ferreira (700), que deve mais de 3

milhões de contos à Segurança Social, pretende reduzir 350 postos de trabalho. A Oliveira Ferreira (700), a Têxteis Infante (200), cujas instalações já foram vendidas, a Fitor, com gestão controlada e a Fiação e Tecidos de Delães (220) recorreu ao processo de recuperação e protecção de credores. Na Têxtil Manuel Gonçalves (2700), Riopete (2500), Oliveira Ferreira, os patrões pressionam os trabalhadores a rescindirem por «mútuo acordo», havendo casos, como na ATMA (1100), que já despediu 100 trabalhadores, e na Têxtil Eléctrica (250) em que os trabalhadores nada recebem. Dois anos decorridos para ser reestruturada, a Carides (500) continua a ver adiado o reinício da laboração.

A Fifitex e a GAC- Confeccções mudaram de nome — JSA Têxteis e PAGI Confeccções, respectivamente — impedindo a execução de créditos dos trabalhadores, confirmados por sentença do Tribunal.

Na esmagadora maioria destes casos, há salários em atraso, subsídios de férias e de Natal por pagar, referentes ao corrente ano e anos anteriores. As dívidas à

Segurança Social crescem atingindo vários milhões de contos.

No sector da indústria química — A Continental Mabor, para justificar a meta de produção que se propôs atingir há 4 anos (18 000 pneus diários contra os então 4500), promove o trabalho intensivo com trabalhadores a laborarem 12, 16 e até 24 horas diárias, impondo o trabalho polivalente como chantagem para rescisão de contratos, e obrigando os trabalhadores com contratos a prazo a laborarem 6 dias por semana «para que possam passar a efectivos».

A Continental Mabor prepara a rescisão com cerca de 50 efectivos, dos quais algumas dezenas são quadros de chefia que a empresa quer substituir por trabalhadores que exerçam aquele cargo sem remuneração compatível com a função. Esta empresa

tem contratos de mão-de-obra «alugada» a outras empresas, sendo justa a luta dos trabalhadores «subalugados» para passarem aos quadros da Continental Mabor.

Na indústria metalúrgica e reguladora, que já encerrou a secção de madeiras e prepara o encerramento de outras (relojaria), vem rescindindo contratos de trabalho atingindo, só num ano, 137 trabalhadores. A Cegonheira, vem de há 1 ano a laborar a 50% — ao abrigo da *Lei Off* cujo prazo expirou já em Novembro passado sendo incerto o futuro da empresa e dos seus trabalhadores (62).

Na construção civil, predomina o trabalho intensivo em condições desumanas e de grande insegurança no trabalho, sendo este o sector que mais explora o trabalho de menores.

Pescadores de Olhão expulsos do «T»

Os pescadores de Olhão estão revoltados com a decisão da Direcção do Grupo Naval de proibir a permanência das suas embarcações no seu local tradicional de amarração, designado «T».

Uma nota da Concelhia do PCP recorda que estas tentativas «renovam-se ciclicamente, sempre com o pretexto de que embarcações de pesca e de recreio são incompatíveis». O PCP está ao lado dos pescadores e considera que «o grosso da massa associativa do Grupo Naval de Olhão» beneficia do convívio e da experiência dos homens do mar.

Por seu lado, os pescadores querem dialogar e recordam que, assim que lhes foi pedido, retirar

am as barracas onde guardavam os apetrechos de pesca e as redes. Contudo, para abandonar o «T», pretendem condições melhores ou pelo menos idênticas, recusando-se a serem «empurrados» ou «chutados».

Desta forma, é necessário que as entidades competentes — Capitania, JAPSA, Câmara — se empenhem na busca de uma solução que terá de passar pela construção de um porto de abrigo para as embarcações piscatórias.

Para já os pescadores contam com o apoio do PCP e do vereador eleito pela CDU, na CM de Olhão, que já fez aprovar uma moção de apoio à sua justa luta.

Torres Novas reúne assembleia

Decorreu no passado sábado, a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Torres Novas, com a participação do camarada Agostinho Lopes, membro da Comissão Política.

A Assembleia debateu o estado geral da organização no concelho e traçou as principais linhas de intervenção do Partido em que sobressaem uma campanha organizativa e de recrutamento de novos militantes, o reforço da organização junto dos trabalhadores e a afirmação do Partido na defesa dos seus direitos e interesses.

A divulgação do trabalho realizado pelos eleitos da CDU nas autarquias foi também considerada como fundamental, num concelho em que a mudança da autarquia do PSD para o PS não trouxe nova dinâmica e está a gorar as expectativas de melhor qualidade de vida para a população.

A 4.ª Assembleia aprovou também algumas iniciativas com vista à preparação das eleições legislativas de 1995 e elegeu a nova Comissão Concelhia com 12 camaradas que por sua vez assumiu a realização da 5.ª Assembleia da Organização dentro de dois anos.

Foi ainda caracterizada a situação social no concelho que atravessa a maior crise de sempre, com empresas a encerrar, despedimentos, reformas antecipadas, com reflexos negativos para numerosas famílias. Foi dado particular destaque à Metalúrgica Costa Néry, onde para além de se manterem os salários em atraso, continua incerto o futuro da empresa e dos seus cerca de 250 trabalhadores.

Teve igualmente referência negativa a Fábrica de Papel do Almonda — Renova, cuja Administração após ter informado os trabalhadores que ultrapassou todos os seus níveis de produção no ano transacto «brindou-os» com um mísero aumento de 0,75%.

Na intervenção de encerramento o camarada Agostinho Lopes realçou a importância da Assembleia para a vida democrática do Partido e as medidas organizativas dela decorrentes. Caracterizou a actual situação política protagonizada pelo Governo PSD como de grande complexidade em que sobressaem a profunda crise económica, o compadrio e a corrupção, mas também a cumplicidade do PS nas situações mais gravosas da vida nacional bem como a sua ambiguidade na necessária alternativa a este Governo e a esta política.

Mesa-Redonda Internacional em Larnaka

De 9 a 11 de Dezembro realizou-se em Larnaka (Chipre) uma Mesa-Redonda Internacional em que participaram 28 partidos comunistas e outras forças patrióticas e progressistas da região do Mediterrâneo, Balcãs e Médio Oriente.

O Partido Comunista Português esteve representado pelo camarada Albano Nunes, membro do Secretariado do CC e responsável pela Secção Internacional.

Esta iniciativa, promovida conjuntamente pelo AKEL e pelo Partido Comunista da Grécia, teve como tema «A necessidade de acção comum das forças de esquerda, progressistas e patrióticas para fazer frente à nova situação internacional».

A Mesa-Redonda possibilitou uma ampla troca de experiências de luta nos diferentes países e uma útil troca de opiniões em torno de aspectos fundamentais do desenvolvimento da situação internacional.

Foram numerosos os testemunhos sobre expressões concretas da política exploradora, opressora e agressiva do imperialismo e das suas tentativas para impor ao mundo uma «nova ordem» ao serviço das multinacionais e das grandes potências.

Num clima de confiança nos valores e ideais do socialismo e na possibilidade de, pela intensificação da luta dos trabalhadores e dos povos, inverter as perigosas tendências actuais da situação internacional, foi sublinhada a necessidade de estreitar a solidariedade e a cooperação dos comunistas e de todas as forças patrióticas e progressistas.

No quadro da Mesa-Redonda foi realizada uma sessão especial sobre o problema de Chipre (que há 20 anos tem uma parte do país ocupada pelas tropas turcas) durante a qual o camarada Demetris Christofias secretário-geral do AKEL, deu uma ampla informação e foi expressa pelos participantes a sua solidariedade com o povo cipriota.

PCP saúda Assembleia Federal da Esquerda Unida

Por ocasião da IV Assembleia Federal da Esquerda Unida, que decorreu entre 9 e 11 de Dezembro em Madrid, e em que o PCP esteve representado por Carlos Aboim Inglez, do Comité Central, a direcção do Partido Comunista Português enviou à Presidência Federal da Esquerda Unida a mensagem que transcrevemos.

O Comité Central do Partido Comunista Português transmite-vos, e por vosso intermédio aos delegados da IV Assembleia Federal da Esquerda Unida, as calorosas saudações dos comunistas portugueses.

A Esquerda Unida, cujos importantes sucessos eleitorais recentes muito valorizamos, afirma-se no plano político e institucional como a única grande força consequente de esquerda, vinculada com os interesses dos trabalhadores e dos povos de Espanha. Fazemos sinceros votos para que dos trabalhos da vossa IV Assembleia Federal resulte a ulterior ampliação e aprofundamento da sua influência de massas que, numa perspectiva anticapitalista, será a melhor garantia de uma verdadeira alternativa à política neoliberal do governo do PSOE, que vem impondo enormes sacrifícios aos trabalhadores e mais largas camadas populares de Espanha.

Em Portugal, o Partido Comunista Português é a força mais activa na luta pela ampliação da frente social de luta e pela convergência de todas as forças democráticas, para criar uma alternativa real à política e ao governo da Direita no poder. É por isso que considera imprescindível a afirmação da sua identidade e independência ideológica, política e orgânica, a ampliação e aprofundamento da sua estreita ligação aos trabalhadores e às massas populares.

O PCP defende com empenho o relacionamento e cooperação de todas as forças progressistas na Europa e no Mundo, que consideramos indispensável para fazer frente com êxito à ofensiva das transnacionais e do imperialismo. Por isso valorizamos altamente a colaboração estabelecida entre forças comunistas, de esquerda e progressistas na constituição do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, no Parlamento Europeu, e empenhamo-nos no desenvolvimento de uma frutuosa cooperação no interesse dos trabalhadores e dos povos da Europa, para combater os critérios e orientações de Maastricht, por uma outra Europa de paz, progresso e cooperação.

Renovando os nossos melhores votos e futuros sucessos, aceitem, queridos companheiros, as nossas saudações fraternais.

Castelo Branco Ministros em campanha

Três ministros foram recentemente ao distrito de Castelo Branco anunciar a construção da Barragem do Sabugal, sem a qual não há regadio da Cova da Beira. Para a Regional de Castelo Branco do PCP, estas deslocações «estão a tornar-se em verdadeiras campanhas eleitorais, com elevados custos para o erário público».

De facto, como recorda a DORCB, «várias vezes anunciada em vésperas de actos eleitorais e outras tantas vezes adiada», a Barragem do Sabugal «é mais uma promessa de que muitos justamente duvidam» e nestes casos o melhor «é ver para crer».

A DORCB comenta ainda o fracasso do Congresso dos Empresários, no qual o Primeiro-Ministro se recusou participar. Os comunistas recordam que metade dos congressistas abandonaram a sala «depois do ministro Catroga ter despejado o balde de água fria sobre os empresários. O mal-estar foi também patente quando os empresários se aperceberam que

os vários ministros presentes se passeavam entre o seu congresso e o dos autarcas social-democratas, oportunamente marcado para a mesma cidade, mesmo dia e hora».

Frustrado foi ainda «o passeio pré-eleitoral no distrito» do ministro da Saúde que cancelou a sua presença numa reunião de dadores de sangue na Covilhã, quando soube que os reformados e pensionistas estavam reunidos em plenário para discutirem a participação no pagamento dos medicamentos, regalia retirada ilegalmente pelo Governo.

O comunicado da DORCB conclui que «enquanto o Governo PSD desenvolve descaradamente a sua propaganda já num clima eleitoralista, a situação económica e social no distrito continua a agravar-se, como são exemplos as dificuldades que atravessam diversas empresas de lanifícios, vestuário, o comércio e outros sectores, bem como a subida do número de desempregados na região».

Estudantes manifestam-se fazem greves e criticam Governo

Alunos universitários de Lisboa realizaram a semana passada mais uma manifestação de protesto contra a política de educação do actual Governo, concentrando-se frente ao Ministério da Educação numa acção a que se juntaram muitos estudantes do ensino secundário de Lisboa. Sob o lema «este Governo não tem Educação», esta forma de protesto constituiu mais uma etapa da contestação generalizada que existe nas universidades portuguesas.

A manifestação realizou-se depois de ter sido aprovada pelo Senado uma proposta dos estudantes da Universidade Clássica de Lisboa, que prevê a devolução do valor das propinas das cadeiras em que os estudantes obtenham aproveitamento.

O reitor da Universidade, Meira Soares, votou contra a proposta, que será agora analisada pela Procuradoria-Geral da República, a quem foi feito um pedido, com carácter de urgência, para que se pronuncie sobre a sua legalidade.

Entretanto, alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) iniciaram uma greve às aulas em protesto contra a falta de verbas para equipamento do novo edifício do estabelecimento.

De acordo com a direcção da Associação de Estudantes, em causa está o “misterioso” desaparecimento de 300 mil dos 400 mil contos “disponibilizados” pelo Ministério da Educação para o mobiliário e equipamento da faculdade, conforme



publicado em Diário da República.

O vice-reitor da Universidade do Porto, Novais Barbosa, confirmou que “houve uma primeira promessa de 300 mil contos”, e que actualmente está garantido apenas um valor de 100 mil contos.

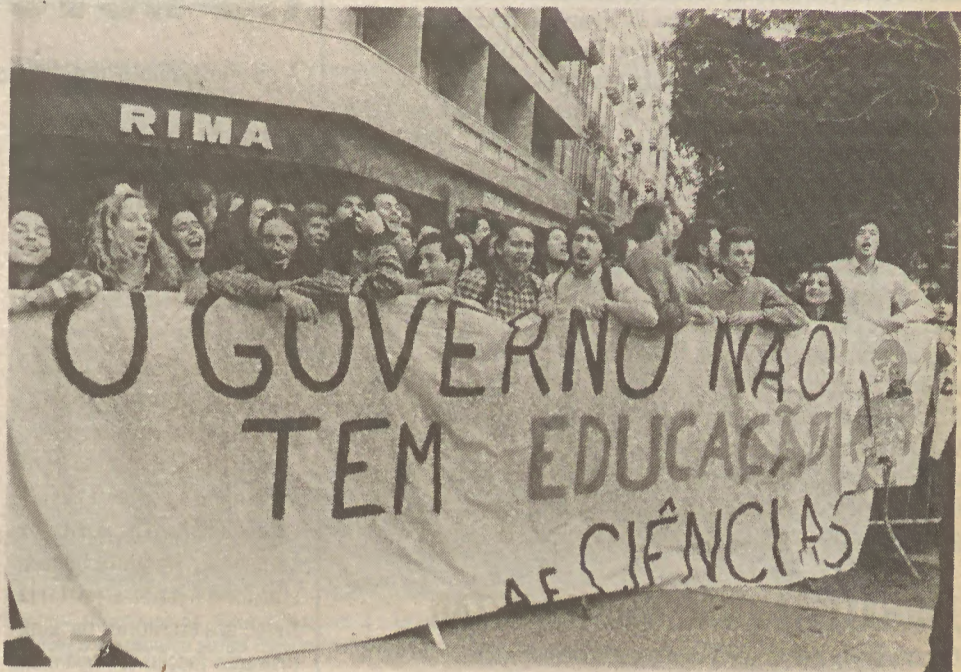
“O Ministério da Educação tem valores para todas as universidades de 10 mil escudos por metro quadrado, o que dá mais 60 mil contos”, referiu Novais Barbosa, acrescentando que é esperado para o equipamento um valor total de 160 mil contos.

Sessão solene em Coimbra sem Cavaco Silva

As aulas na Universidade de Coimbra tiveram entretanto a sua abertura solene, realizada na quinta-feira na Sala dos Capelos, com o reitor e o presidente da Associação Académica a lamentarem a ausência do primeiro-ministro.

A cerimónia, inicialmente prevista para 19 de Outubro e depois adiada para 26, antes de ser marcada para o feriado da semana passada, deveria ser precedida pela visita inaugural aos Pólos II e III, com a presença de Cavaco Silva e membros do Governo.

Todavia, o cancelamento da vinda do chefe do Governo a 26, atribuída oficialmente a “posições de intolerância de grupos minoritários” da academia, ou seja, pelo receio de uma acção de contestação realizada com a presença de Cavaco Silva, levaria o reitor,



A luta dos estudantes marca o final de período lectivo

Rui Alarcão, a suspender a abertura das aulas e as inaugurações dos novos Pólos e a convocar extraordinariamente o Senado.

A decisão final, tomada a 28, viria a apontar para a separação dos dois actos, com a realização da abertura solene no mais curto prazo possível e a visita inaugural aos Pólos transferida para “data oportuna”.

Na sua alocução, Rui Alarcão referiu que, em 26 de Outubro, se comemorariam “anos de ideação, programação e execução de um projecto que muda a face da nossa Universidade” e que representa um investimento de cerca de 6,8 milhões de contos.

Muito crítica em relação ao Governo foi a intervenção de Tiago Magalhães, presidente da direcção-geral da AAC, que considerou “uma atitude pouco elegante” o cancelamento da visita de Cavaco Silva.

“O primeiro-ministro, que o é porque a população portuguesa (e nos também) o elegeu, tem de ter o “encaixe democrático” para ouvir opiniões contrárias, por muito contrárias que elas sejam”, disse o dirigente estudantil.

Ao nível das acções, voltou a garantir Tiago Magalhães, “nada ofenderia a dignidade e a integridade física do primeiro-ministro”, numa academia “que tem por princípio respeitar plenamente os representantes da democracia”.

Aludindo a política do Ministério da Educação, o presidente da AAC disse que o Ensino Superior é fulcral “para termos Portugal desenvolvido... é a via para servir a estrutura económico-social”.

Mas “o ensino, na prática, não esta a ser uma prioridade”, comentou. “As opções não estão a ser feitas conscientemente, procurando o melhor. Estão a ser feitas pela omissão, esperando que as coisas se vão fazendo por si”.

“O Estado não respondeu ao enorme aumento da procura de um mais elevado nível de formação em Portugal”, acrescentou. “Deixou que o custo dessa formação fosse suportado por cada família portuguesa”.

Tiago Magalhães aproveitou a oportunidade para voltar a criticar a Lei das Propinas, dizendo que os estudantes a combatem há mais de dois

anos por a considerarem “profundamente injusta e desadequada”.

A concluir, disse que a contestação actual “amadureceu e fez aumentar o grau de conhecimento dos problemas da educação” e desafiou a Universidade mais antiga a assumir o seu papel de símbolo do ensino em Portugal e “exigir um ensino melhor de uma forma mais activa”.

Grave situação financeira CDU denuncia gestão da Câmara de Setúbal

A vereadora comunista na Câmara de Setúbal, Regina Marques, considerou segunda-feira, em conferência de imprensa, que a autarquia tem uma situação financeira altamente crítica. A afirmação resulta da análise feita pela CDU-Coligação Democrática Unitária, do relatório e contas de gerência de 1993 e dos planos de orçamento municipal e de actividades de 94 e 95.

Na reunião com a comunicação social, onde também estavam os eleitos na Assembleia Municipal, Jerónimo Lopes, Hélio Bexiga e Fernando Pinho, referiu-se a descida em mais de 60 por cento dos investimentos municipais previstos para 95, apesar dos dinheiros comunitários recebidos. Estão

comprometidos projectos como a anunciada construção de uma ETAR. Particularmente afectadas estão as áreas do desporto e cultura.

A vereadora disse que tal situação é “fruto de uma gestão perdulária e de altivo novo-riquismo” e que o total das dívidas da autarquia “ascende a mais de cinco milhões de contos”.

A Câmara de Setúbal, de maioria socialista é presidida por Mata Cáceres que segundo a CDU “mais não faz do que plagiar o discurso da “retoma” de Cavaco Silva, tentando assim o branqueamento da política do PSD”.

Aumento do desemprego e fuga de projectos de grandes empresas (como a Ford-Volkswagen) para outras regiões, por não encontrarem condições no concelho que a Câmara poderia proporcionar, são alguns dos exemplos apontados. A CDU acusa a gestão PS de cometer «arbitrariedades» e ser «prepotente», sendo evidente a falta de capacidade de entendimento com instituições oficiais que operam no concelho (como a JAE ou a APSS), o descontentamento generalizado de amplos sectores da população ou de entidades como a Companhia de Dança Contemporânea, TAS e muitas escolas.



Regina Marques, vereadora, Jerónimo Lopes e Hélio Bexiga, eleitos da AM de Setúbal durante a conferência de imprensa



Encontro do PCP com «Verdes» e ID

Para discussão da actual situação política e social, foram recebidas por uma delegação do PCP na passada sexta-feira na sede do Partido na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, delegações do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Intervenção Democrática (ID).

Em representação do PCP estiveram o seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, e os membros da Comissão Política, Carlos Brito e José Casanova.

A delegação de «Os Verdes» incluía a deputada Isabel Castro e os dirigentes, Manuela Cunha e Álvaro Saraiva.

Pela ID esteve o seu presidente, Blasco Hugo Fernandes, e os membros da Direcção, Duarte Ferreira e Lindim Ramos.

PROSSEGUIR NA PORTUCEL

Reúne amanhã em Lisboa o encontro nacional de ORTs do Grupo Portucel, com o objectivo de «analisar a situação decorrente das greves já efectuadas e ajustar o prosseguimento das acções». «As empresas não podem continuar a proceder como o vinham fazendo, devem demonstrar a sua disponibilidade para o encontro de soluções que possibilitem a acalmia social nas mesmas, tal como os trabalhadores vinham a defender ao longo das negociações» — afirmam as federações sindicais da Química e Farmacêutica e da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, num comunicado conjunto que divulgaram segunda-feira.

Valorizando os índices de adesão e os efeitos na produção, as federações sublinham que, com as greves de dia 9 em Leiria, Albarraque, Guilhabreu e Cacia, de dias 9 e 10 em Viana do Castelo e, no fim de Novembro, em Setúbal, Vila Velha de Ródão e Mourão, foi demonstrado que são justas as posições defendidas pelos trabalhadores e que estes «estão determinados a prosseguir com as acções para atingirem os seus objectivos». Esta greve destina-se a exigir a reabertura das negociações salariais com a administração que, em Novembro, decidiu dá-las por encerradas depois de chegar a um acordo com os sindicatos afectos à UGT, que aceitaram aumentos de 3,8 por cento. Os sindicatos da CGTP continuam a exigir aumentos de 7,5 por cento, por considerarem que só assim será reposto o poder de compra perdido. Os trabalhadores da fábrica de Viana do Castelo decidiram voltar à greve por mais 4 dias, escalonados até à véspera de Natal.

JORNALISTAS VÃO MESMO VOTAR

Contrariando o decreto-lei com que o Governo pretende entregar ao Gabinete de Apoio à Imprensa a escolha dos jornalistas que vão integrar a Comissão da Carteira Profissional, o SJ marcou eleições para dia 22. O Sindicato dos Jornalistas considera que este é «o único caminho para evitar a governamentalização de uma classe que terá sempre de afirmar-se pela sua independência» e sublinha, no último número do seu boletim, que «rejeitar uma eleição tutelada pelo GAI é um imperativo ético dos jornalistas».

Um acórdão do Tribunal Constitucional criou, desde há mais de um ano, um vazio na atribuição e renovação das carteiras profissionais dos jornalistas, ao retirar esta competência do SJ. A criação da Comissão (com um magistrado e representantes dos jornalistas e das empresas) mereceu o consenso das partes envolvidas em Janeiro, mas o decreto só foi aprovado em Julho e remetido ao PR em Outubro. Mas, a 16 de Novembro, o Governo fez publicar um diploma que contraria o texto acordado com o SJ e as associações patronais: mereceu consenso que a primeira eleição dos representantes dos jornalistas seria organizada pelo SJ, sendo as seguintes eleições da responsabilidade da Comissão; mas o Executivo acabou por atribuir ao GAI — «o aparelho de propaganda oficial do Governo», como o classifica o sindicato — a convocação e organização de todas as eleições.

O decreto publicado exige ainda que o SJ entregue ao GAI os elementos necessários à elaboração dos cadernos eleitorais, ou seja, os seus ficheiros. Declarando que o fornecimento dos ficheiros a um departamento do Estado «nunca acontecerá», o SJ considera que este é um ponto «inaceitável para os jornalistas portugueses, para o seu sindicato, ou para qualquer sindicato ou organização independente, de um Estado democrático».

RST PARALISOU

Um plenário dos trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo paralisou segunda-feira de manhã os transportes na zona de Almada e afectou em 50 por cento a circulação dos autocarros no Barreiro. Segundo fonte da empresa citada pela Lusa, nas zonas do Montijo e de Sesimbra a circulação de autocarros não sofreu qualquer perturbação.

O plenário foi convocado a debater a resposta a dar às contrapropostas apresentadas pela administração na fase de conciliação a decorrer sob os auspícios do Ministério do Emprego. O conflito laboral na RST começou quando, em Julho, as negociações salariais chegaram a um impasse e a empresa decidiu, unilateralmente, processar um aumento de 2,5 por cento, contra os 5,2 por cento exigidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Sul.

IPSS

Para exigir salários justos, o direito à negociação colectiva, um horário máximo de 40 horas semanais e uma convenção de trabalho «digna e gratificante», sindicalistas e trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social concentraram-se dia 7 junto ao Ministério do Emprego, em Lisboa.

INSTITUTO DA CAP?

O Instituto da Vinha e do Vinho, que recentemente disponibilizou mais de 100 funcionários administrativos e operários, mantém e actualizou os contratos a recibo verde de cerca de 40 técnicos superiores que estão a desempenhar funções administrativas. «Não só estamos perante uma afronta aos direitos e dignidade dos trabalhadores, como, e mais uma vez, perante mais um caso na Administração Pública de serventia de clientelas político-partidárias, visto que os contratados são arregimentados por um técnico ligado à Confederação dos Agricultores Portugueses» — comenta o sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

Após quase uma semana de greve Grundig forçada a recuar no novo despedimento

A gerência comprometeu-se ainda a não voltar a recorrer a despedimentos colectivos.

Quando tiveram conhecimento de que a administração do complexo Grundig/Blaupunkt, de Braga, pretendia despedir 19 trabalhadores a partir de 7 de Dezembro, as CTs e comissões sindicais apelaram à greve, com ocupação dos postos de trabalho e por tempo indeterminado.

A paralisação iniciou-se dia 6 e prolongou-se até à passada segunda-feira. No dia 9 os trabalhadores em greve concentraram-se junto à portaria, frente aos escritórios da administração (acção acompanhada por polícias fardados e à paisana e por carros civis suspeitos — denunciou a União dos Sindicatos de Braga).

Recentemente condenada por um processo semelhante, a Grundig reincidiu na tentativa de despedimento colectivo, como se os alegados problemas daquele complexo

industrial, onde trabalham cerca de 4 mil pessoas, pudessem ser resolvidos com o despedimento de 19.

Respondendo a um comunicado que a gerência fez distribuir ao fim do primeiro dia de greve, as organizações representativas dos trabalhadores contestaram veementemente os argumentos patronais, considerando «lamentável» que se procure justificar o despedimento «invocando a profunda reestruturação da empresa e a necessidade de reduzir os custos de produção».

A USB revelou que, já depois de iniciada aquela reestruturação, a Grundig aumentou os salários de alguns quadros para o dobro (de 400 para 800 contos) e adquiriu um carro de quase 9 mil contos para um gerente, enquanto mantém várias

empresas exteriores a prestar serviços ao complexo e continua a admitir trabalhadores a prazo.

As comissões sindicais do STIEN e as comissões de trabalhadores das empresas do complexo Grundig/Blaupunkt acusam a gerência de, com estas tentativas de despedimento colectivo, prejudicar o bom nome da empresa. E sublinharam, desde o início, que «esta acção de luta não se prende apenas com a defesa dos postos de trabalho daqueles 19 trabalhadores, prende-se também com a necessidade de fechar, de uma vez por todas, esta porta que está aberta há 2 anos e que se chama despedimento colectivo».

Anteontem as ORTs congratulavam-se, em comunicado intitulado «Valeu a pena lutar!», pelo êxito da greve,

realçando que «foi a unidade, sem dúvida, o elemento preponderante que levou à concretização daqueles que eram os objectivos dos trabalhadores, presuadindo a gerência para um diálogo concertado no sentido de encontrar soluções». Para a quase totalidade dos 19 trabalhadores, a solução passou por «uma valorização substancial das propostas de rescisão por mútuo acordo», enquanto vão ser reintegrados nas empresas do complexo «um ou outro trabalhador, cuja situação não permite aceitar a rescisão».

«A gerência assumiu ainda o compromisso, quanto ao futuro, de se empenhar activamente no sentido de evitar mais despedimentos colectivos, adiantando que não vislumbra, num futuro previsível, a hipótese de a empresa recorrer novamente àquela medida» — informa ainda o comunicado das ORTs.

Saudação do Comité Central do PCP

No segundo dia da sua reunião plenária, o Comité Central do PCP aprovou uma mensagem de saudação que enviou ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, às estruturas representativas dos trabalhadores do complexo Grundig/Blaupunkt e à União dos Sindicatos de Braga.

Na moção, o CC manifesta aos trabalhadores da Grundig «a firme solidariedade dos comunistas portugueses com a luta determinada, corajosa, unida e solidária que estão a travar pelos seus direitos e contra os despedimentos».

USB

A Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Braga/CGTP-IN, reunida no dia em que os trabalhadores da Grundig entraram em greve, manifestou-lhes «total solidaria-

de» e repudiou o comportamento dos responsáveis do complexo, voltando a acusá-los de afrontamento às leis portuguesas.

Comentando a recente morte de um jovem, em Amares, por falta de segurança no trabalho, a executiva da USB recorda que «só este ano, no distrito, são já vários os acidentes, e alguns deles mortais, sem que quaisquer medidas de acção e fiscalização sejam tomadas, apesar das imensas queixas feitas pelos sindicatos à Inspeção Geral do Trabalho, que normalmente só actua após o acidente».

Na informação divulgada após a reunião, a USB refere ainda o aumento do desemprego no distrito, o aparecimento de novos pobres e o registo de diversos casos de violação de direitos. A executiva esclarece ainda que, ao contrário do que por vezes tem sido noticiado, Carlos Amado «apenas e só se representou a si mesmo» nos «Estados Gerais», e não participou na iniciativa em nome da USB.

EDP está pior depois da cisão

«Mais pressões, mais ilegalidades, piores relações laborais — eis os resultados concretos da cisão da EDP, que hoje os trabalhadores sentem e repudiam» — denuncia em comunicado a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas. A causa está, para a FSTIEP, na «continuação, a um ritmo mais acelerado e com métodos mais agressivos, da política errada definida para a EDP pelo Governo de Cavaco Silva e zelosamente aplicada pelos administradores por ele nomeados».

Apesar de liquidados «muitos mais» postos de trabalho do que os 6 mil inicialmente apontados pela administração, continuam os convites para que mais trabalhadores aceitem a rescisão dos contratos ou a antecipação das reformas, protesta a federação, acrescentando que «neste momento a grande novidade é que esses convites estão a ser acompanhados de pressões inqualificáveis»: «Como se não bastassem as torpes insinuações e ameaças de algumas chefias (do tipo *ou aceitas agora a rescisão, ou mais tarde vais pura e simplesmente para a rua*), estão a verificar-se casos em que a proposta é feita a todos os trabalhadores de um local de trabalho».

Isto sucedeu, por exemplo, em Alvaiázere e na Costa de Caparica. Aqui, depois de a única trabalhadora ter aceite a pré-reforma, a empresa encerrou o posto de atendimento explicando, com um aviso ali colocado há 5 meses, que tal sucede «por motivo de férias» — por menoriza a federação.

No comunicado são denunciadas ainda tentativas de redução de pessoal nos turnos, o desrespeito pelo AE no recurso a transferências de local de trabalho e o aumento do volume de trabalho entregue a empreiteiros.

Convívio na Marinha Grande reuniu 1200 reformados

A Associação Sindical Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande realizou no passado domingo o seu almoço-convívio anual, em que participaram cerca de 1200 pessoas e 20 delegações de associações de reformados de todo o País.

A Asurpi convidou Lino de Carvalho a proferir a intervenção de encerramento da iniciativa. Aque-

le deputado comunista abordou as questões mais relevantes da situação política e social, bem como muitos dos problemas específicos que dizem respeito aos reformados, pensionistas e idosos, chamando a atenção para o peso desta camada social e a importância que pode assumir, com o seu voto, para derrotar esta política e este Governo e proporcionar uma verdadeira alternativa democrática.

Recusando nova perda do poder de compra Administração Pública amanhã à porta de Cavaco Silva

Com o acordo Governo/UGT, até há diminuição do valor líquido dos salários — denuncia a CNS, que apela à luta para exigir a continuação das negociações.

A comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública repudiou energeticamente o acordo que o Governo assinou na semana passada — em vésperas de greve dos trabalhadores da administração local e dos professores do Sul e da Grande Lisboa — com os sindicatos da Fesap/UGT e dos Quadros Técnicos do Estado (STE).

Numa nota de imprensa divulgada dia 7, a CNS afirma que a proposta do Governo de aumentar os salários em 1 por cento, desde Outubro passado, e em 4 por cento, a partir de Janeiro de 1995, significa:

— não recuperação do poder de compra perdido em 1994;

— nova perda de poder de compra em 1995 (mesmo o anunciado desagrevamento dos escalões do IRS não evitam que, em muitos casos, o aumento salarial seja inferior a 3 por cento).

«O próprio aumento de 1 por cento no corrente ano proporciona, por força do agravamento das tabelas de retenção

do IRS na fonte, que o novo salário, apesar do aumento, seja, em termos líquidos, inferior ao recebido antes do aumento» — denuncia a estrutura que engloba os sindicatos mais representativos da Administração Pública.

A CNS chama ainda a atenção para o facto de que as propostas de revisão do regime de trabalho apresentadas pelo Governo, «pelas intenções anunciadas e pelo que já se conhece», pretendem agravar o que hoje vigora.

Para cúmulo, protesta-se na nota, «por proposta do Governo, o salário mínimo da Administração Pública continua, ilegal e inconstitucionalmente, inferior ao salário mínimo nacional».

Por tudo isto, «a posição do Governo é irresponsável e força os sindicatos a confirmarem as acções de luta já convocadas», conclui a CNS, referindo a greve da administração local e dos professores do Sul e da Grande Lisboa, e a manifestação nacional de toda a Administração Pública — convocada para amanhã,

em Lisboa (com concentração às 16 horas no Parque Eduardo VII e desfile até à residência oficial do Primeiro-Ministro).

Com estas acções, os sindicatos pretendem «reforçar a exigência de continuação das negociações», de forma a conquistar «aumentos salariais que garantam a recuperação do poder de compra perdido em 1994 e reponham o salário mínimo da Administração Pública em valor não inferior ao salário mínimo nacional, bem como um aumento real de salários em 1995».

Exigem ainda a reestruturação das carreiras profissionais, a estabilidade do emprego público e a revisão do regime de participação e negociação colectiva.

Primeiro sinal

Os índices de adesão dos trabalhadores da administração local à greve de dia 9 «dão já o primeiro sinal da sua recusa ao pseudo-acordo



Os trabalhadores do Estado voltam à rua para exigir aumento real dos salários, estabilidade de emprego e respeito pelos direitos consagrados (foto de arquivo)

subscrito pelo Governo/Fesap/STE/UGT», afirmava ao princípio da madrugada o STAL, numa nota sobre os resultados já conhecidos da paralisação e que apontavam para adesões entre os 70 e os 100 por cento.

O documento recordava, mais uma vez, que os trabalhadores das autarquias «nos últimos anos viram os seus salários reduzidos em cerca de 11,6 por cento» e «sofrem, em 1994, uma perda de cerca de 5 por cento».

Anunciando que a adesão à greve de dia 9 «no período nocturno rondou os 70 por cento» dos trabalhadores da limpeza urbana, o sindicato do Município de Lisboa sublinha que aqueles demonstraram «a sua revolta e a indignidade que sentem pelo acordo assinado entre a Fesap/UGT e o Governo».

Mais de metade dos professores portugueses não deram aulas sexta-feira, cumprindo a jornada de luta convocada pela Fenprof, em protesto contra aquilo a que a federação sindical chama «bloqueio negocial» do Ministério da Educação.

Um membro do Secretariado Nacional da Fenprof disse à Lusa que os números de que aquela organização dispunha ao fim da manhã, embora provisórios, apontavam para uma taxa de adesão global entre os 65 e os 70 por cento.

Este balanço «é muito positivo e indicia boas perspectivas de luta para os segundo e terceiro períodos de aulas», disse em conferência de imprensa o secretário-geral da federação. Paulo Sucena recordou que o Ministério da Educação não responde aos ofícios envia-

dos pela Fenprof e tem recusado receber as delegações negociadoras.

Comentando os aumentos anunciados, afirmou que «nenhum professor pode estar satisfeito com aumentos de quatro por cento, quando, ao fim de um ano sem aumentos, o seu poder de compra caiu cinco por cento».

Igualmente o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses recusou a proposta salarial do Governo, considerando-a «totalmente inaceitável, pois persiste na degradação do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública». «Perante tudo isto, os enfermeiros estão dispostos a demonstrar a sua indignação, integrando as acções de luta previstas», afirma o SEP numa nota distribuída dia 7 à comunicação social.

Primeira greve geral na Portugal Telecom

Com uma adesão superior a 60 por cento, em termos globais, e da ordem dos 85 por cento na parte técnica, a greve geral do passado dia 9 — a primeira na história da Portugal Telecom, empresa recentemente criada que resultou da fusão da Telecom Portugal, TDP e TLP — é considerada «uma grande greve» pelas 14 estruturas sindicais que a convocaram. «Os trabalhadores continuarão a luta pela defesa dos seus direitos e garantias» — afirma-se num comunicado das organizações que integram a comissão negociadora sindical liderada pela Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual.

Até dia 31, «para já», prossegue a recusa de trabalho suplementar iniciada no princípio deste mês.

Estas lutas na Portugal Telecom têm por objectivo combater a «degradante situação laboral que assola hoje» a empresa e para a qual «não se vislumbram sinais de alteração positiva, porque a gestão praticada é o cavaquismo levado ao extremo por Todo Bom, vice-presidente do PSD» nomeado presidente da PT. Os sindicatos acusam a gestão de Todo Bom e seus correligionários de ter por objectivo garantir os tachos a todo o custo, com «consequências desastrosas» para a empresa e o País.

Entre as situações hoje vividas pelos 22 mil trabalhadores da PT e que demons-

tram a «incapacidade» da administração e do Governo, os sindicatos destacam o arrastamento das negociações daquele que deveria ser o primeiro acordo de empresa (uma vez que, por enquanto, vigoram os AE das empresas anteriores à fusão). Ao fim de três meses e meio de negociações, mantém-se o impasse, o que significa:

— o congelamento dos salários desde 1 de Agosto,

— a tentativa de liquidação da generalidade dos direitos e garantias que figuram nos diferentes AE,

— a tentativa de implementar a polivalência generalizada,

— uma proposta de carreiras considerada «uma afronta» aos trabalhadores,

— a tentativa de efectuar promoções com base em decisões das chefias (modelo que no futuro deveria abranger cerca de 70 por cento do pessoal).

No comunicado são ainda denunciadas as ameaças que pairam sobre os sistemas sociais e de saúde das ex-empresas, a «tentativa reforçada de despedimentos» (agora na ordem dos 5 mil), a «completa ausência de um diálogo sério e respeitável», o «completo desrespeito» pela legislação laboral em vigor e o «estrangulamento completo da empresa, através duma gestão ruínosa, incapaz, irresponsável, opulenta».

Vitória no Pingo Doce

Os funcionários dos supermercados Pingo Doce conseguiram uma importante vitória, depois de, nos últimos meses, lutarem pela «aplicação do contrato colectivo que a empresa teimava em não cumprir», como afirma num comunicado à imprensa o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa (CESL).

A administração do Pingo Doce viu-se na necessidade de solicitar uma reunião urgente ao sindicato, com a participação da Comissão Sindical ao ver a determinação dos trabalhadores de lutar na defesa dos seus direitos e interesses. Nesta reunião, dia 25 de Novembro, a empresa comprometeu-se a cumprir o horário de trabalho e o descanso semanal estipulado no contrato colectivo, a analisar o complemento de subsídio por acidente de trabalho, a atribuir até ao fim do ano as categorias do pessoal de acordo com as funções desempenhadas e a liquidar o complemento do subsídio de doença até 60 dias por ano a todos os trabalhadores admitidos até Dezembro de 1979. O sindicato e a Comissão Sindical defendem que este complemento deve ser atribuído a todos os trabalhadores.

O Pingo Doce informou que tem um plano de remodelação das lojas com mais problemas de segurança, saúde e higiene no trabalho e foi acordado que se realizariam reuniões periódicas entre a estrutura sindical e a direcção do pessoal.

O trabalho em dias feriados, trabalho a tempo parcial sem direitos e subsídios de trabalho ao domingo são matérias que foram remetidas para a Comissão Paritária. Os trabalhadores continuarão a lutar para atingir estes objectivos.

Concentração em Lisboa

Foi marcada para ontem na Rua Augusta uma concentração dos trabalhadores do comércio retalhista de Lisboa para reivindicar a actualização das tabelas salariais para todos os trabalhadores, a inclusão de subsídio de refeição no contrato e horário de 40 horas semanais para todo o distrito. Esta concentração destinou-se a exigir a revisão do contrato colectivo de trabalho vertical para 95 e «afirmar bem alto que não estamos dispostos a deixar repetir aquilo que se passou em 94», afirma o CESL.

«Tendo em conta as posições dos patrões nas negociações de 94 e a estratégia do Governo e do patronato de retirar direitos aos trabalhadores e de praticar uma política de baixos salários, é de prever que a negociação do contrato para 95 não vai ser nada fácil». E o sindicato apela: «Só a unidade e a força organizada dos trabalhadores poderá conduzir ao sucesso das nossas reivindicações».

Ajuda aos refugiados timorenses

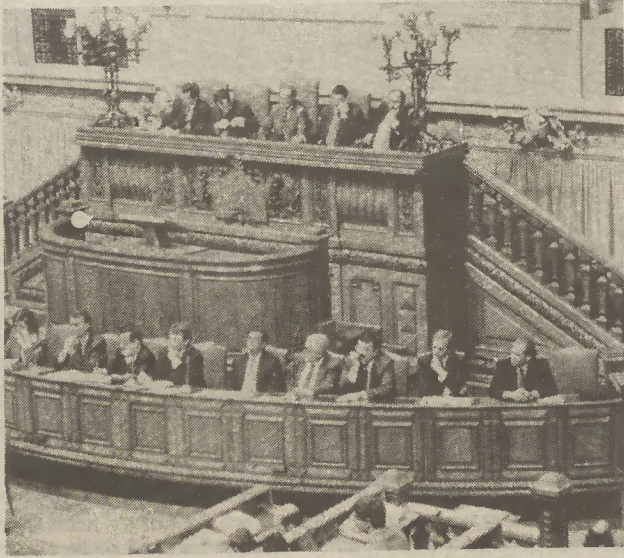
O Grupo Parlamentar do PCP propôs, na Assembleia da República, uma alteração ao Orçamento de Estado para 1995 para que seja atribuído um subsídio equivalente ao salário mínimo aos 29 timorenses que "ocuparam" a embaixada dos EUA em Jacarta. Segundo a proposta de aditamento ao Orçamento, este subsídio seria "acumulável com outros subsídios que já tenham sido atribuídos" aos timorenses a quem foi concedido asilo político em Portugal, após a sua chegada a Lisboa. Estes timorenses receberam na altura, recorde-se, um subsídio de 16 mil escudos e foram instalados em apartamentos na Amadora.

Maior eficácia contra a corrupção

O reforço da dependência funcional dos órgãos de polícia criminal relativamente ao Ministério Público constitui o principal objectivo de um projecto de lei subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP. Com esta iniciativa legislativa, recentemente entregue na Mesa da Assembleia da República, os deputados comunistas pretendem simultaneamente corrigir a Lei Orgânica do Ministério Público e a chamada lei anticorrupção por forma a dotar o Ministério Público da capacidade de coordenação efectiva das acções de prevenção criminal. Objectivos tanto mais importantes e necessários quanto é certo que a aplicação do actual Código de Processo Penal e das últimas alterações à lei Orgânica do Ministério Público vieram confirmar receios anteriormente expressos pela bancada comunista quanto à possibilidade de policiação da investigação criminal e consequentes perigos aos direitos dos cidadãos. Com efeito, como salientam os deputados do PCP na exposição de motivos do seu diploma, ao retirar ao Ministério Público a possibilidade de autonomamente fiscalizar a actividade pré-processual dos órgãos de polícia criminal, o Governo "deixou a descoberto de qualquer fiscalização toda uma vasta área de actuação de investigação criminal que não raro contende com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos". Sucede também que ao mesmo tempo que se multiplicam as situações de corrupção, amplamente noticiadas na comunicação social, é reconhecida a ineficácia e inoperacionalidade da investigação criminal dos crimes de corrupção e fraudes, ineficácia esta que resulta não apenas da falta de meios ao dispor da Polícia Judiciária e do Ministério Público, como também da incorrecta definição das relações entre os órgãos de polícia criminal e as magistraturas.

Orçamento do Estado para 1995

Governo opta pelo grande capital contra os trabalhadores e as famílias



A Assembleia da República aprovou terça-feira, na sua sessão plenária, em votação final, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1995. Após a sua apreciação na generalidade e em sede de especialidade - período durante o qual foram identificados os traços fundamentais dos dois documentos -, nada de relevante veio alterar a leitura então feita, designadamente pelo PCP, de quem partiram desde a primeira hora duras críticas a um Orçamento que, do seu ponto de vista, penaliza as famílias, os trabalhadores e os reformados, não dinamiza nem a economia nem a criação de emprego, constituindo simultaneamente em si mesmo um testemunho eloquente de falta de transparência.

A única novidade acabou por ser a apresentação pela maioria governamental de 26 propostas de alteração do OE em matéria fiscal, facto que mereceu o repúdio enérgico de

comunistas e socialistas, que, a este respeito, assinalaram não haver tempo para reflectir sobre o conteúdo de um tão elevado número de propostas.

Entre as alterações propostas, sobressaem a isenção fiscal aos furgões ligeiros de mercadorias, a redução da taxa de IVA que recai sobre as instituições que se dedicam à construção social para 5 por cento, a diminuição da taxa que incide sobre as despesas confidenciais e não documentadas de 40 para 25 por cento e da que recai sobre as despesas de representação de 30 para 20 por cento.

Comentando tais alterações, que interpretou como sendo uma cedência ao grande patronato, o deputado Lino de Carvalho disse ainda que elas reflectem a "desorientação estratégica do PSD", pondo em causa não apenas a "base argumentativa do Governo", como também "os cenários macroeconómicos que o Orçamento apresenta para 1995 e anos seguintes".

"Mas nada disto preocupa o PSD que nem um mapa alterou para os ajustes nas receitas às alterações introduzidas, o

que dá bem a nota da total falta de rigor e de seriedade com que o Governo apresenta à Assembleia da República o Orçamento e a sua projecção de receitas e despesas", observou a propósito Lino de Carvalho, que não deixou de considerar significativo, por outro lado, que estas alterações em benefício das empresas e do grande capital não tenham sensibilizado o Governo e o PSD para, em contrapartida, apresentar propostas que beneficiassem os trabalhadores e o rendimento disponível das famílias.

Sem alterar minimamente os traços essenciais do Orçamento já explicitados, bem como das opções do Governo nele expressas, nota de realce merece, por fim, o facto de duas das alterações aprovadas terem um significado positivo. Tratam-se, em qualquer dos casos, de propostas subscritas pelos parlamentares comunistas, uma, que modifica as intenções iniciais do Governo quanto ao alargamento do Imposto Automóvel, a outra, que reforça em cem mil contos as dotações para as regiões de turismo.

A insegurança dos cidadãos e o fracasso das opções do Governo

O Grupo Parlamentar do PCP reiterou o desafio recentemente lançado ao Governo para que este proceda à transferência de parte significativa dos efectivos das forças policiais, afectos exclusivamente a missões de intervenção em ordem pública (leia-se acções de repressão sobre quantos se manifestam em defesa dos seus legítimos direitos), para missões de segurança e tranquilidade das populações. A insistência no repto, formulado pelo deputado António Filipe, ganhou renovada força e actualidade por força da matéria que centrou as atenções do Parlamento, na passada semana, em forma de interpelação ao Governo, subordinada às questões da criminalidade violenta e tráfico de droga.

Da iniciativa do PS, este debate acabou por trazer para primeiro plano o estado da Justiça em Portugal, no essencial caracterizado pelas "intoleravelmente altas expectativas de impunidade", para utilizar a expressão do deputado Alberto Costa, que a propósito salientou que "apenas 26 por cento das vítimas participam os crimes", ficando à partida "três quartos da criminalidade sem punição".

Face à situação de insegurança e intranquilidade em que vivem as populações das áreas metropolitanas, demonstrado ficou, por outro lado, o fracasso da política de Administração Interna do Governo PSD e em particular a tão propalada reestruturação das forças de segurança.

Para este aspecto chamou particularmente a atenção o deputado António Filipe ao salientar que a situação das áreas metropolitanas retrata de forma fiel a "ausência de uma política de combate à droga" (a segunda causa de morte de jovens a seguir aos acidentes de viação), bem como do "fracasso e do embuste em que se traduz a rees-

truturação das forças de segurança que o Governo tem levado a cabo".

A este respeito, o deputado comunista não hesitou mesmo em classificar de "opção desastrosa" a "política de superesquadrões com sacrifício de unidades de menor dimensão", acrescentando que já não bastava às forças de segurança a falta de meios e a ausência de condições mínimas para um funcionamento eficaz, para, ainda por cima, serem confrontadas com uma política de administração interna que, "para além de manter as carências, aplica mal os meios e recursos disponíveis".

Ora a verdade é que se as causas da delinquência, da marginalidade e do consumo de drogas têm causas sociais profundas (aumento da pobreza e do desemprego, acentuação das desigualdades sociais, carências do sistema educativo, desumanização da vivência nas grandes urbes, entre outras), não é menos verdade que o combate ao consumo e ao tráfico de drogas - e esta foi uma das questões nodais avançadas por António Filipe - passa também por

uma consequente política de prevenção, com a adopção de medidas sérias e coerentes, com medidas de tratamento e de reinserção social de toxicodependentes, com acções de dissuasão da criminalidade que não podem ser dissociadas de uma política de segurança interna que tenha como um dos seus pilares a presença das forças de segurança junto das populações.

"A segurança dos cidadãos não é só uma questão de polícia, mas é também uma questão de polícia. É sem dúvida uma questão de mais polícia, mas é também uma questão de melhor polícia", concluiu a propósito António Filipe.

Titulares de cargos políticos Não às vantagens na aplicação de lei penal geral

O Grupo Parlamentar do PCP defende que os titulares de cargos políticos sejam equiparados aos funcionários públicos para efeitos de aplicação da lei penal geral. Nesse sentido, apresentou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que formaliza este objectivo, com o qual pretende obviar, tanto quanto possível, à diferença de regimes existente entre funcionários e titulares de cargos políticos, nos casos em que a lei especial é omissa, colocando assim em vantagem aqueles titulares.

Definida no nº 2 do actual artigo 437º do Código Penal, esta lei especial que equipara a funcionário quem desempenha funções políticas não acolhe, com efeito, a tipificação de alguns crimes cometidos por titulares de cargos políticos.

Assim, como explicam os deputados comunistas na exposição de motivos do seu projecto, se certos crimes forem cometidos por titulares de cargos políticos, no exercício das suas funções, estes serão punidos como qualquer outro cidadão, o que não sucede, contudo, se forem cometidos por um simples funcionário, também no exercício das suas funções, que verá a pena ser-lhe agravada.

Em causa está, pois, na perspectiva do PCP, tanto quanto possível, o restabelecimento da equidade, superando a diferença de regimes existente entre funcionários e titulares de cargos políticos, no sentido de levar a que os que detêm funções políticas devam ser punidos como os funcionários em crimes como os de falsificação e de tráfico de influências.

Cimeira de Essen

Adeus e até para a próxima!

A cimeira europeia de Essen, na Alemanha, que reuniu pela última vez 12 chefes de Estado e de governo da União Europeia, assinalou no passado fim-de-semana o fim da presidência do chanceler Helmut Kohl e ficou marcada pelo reconhecimento implícito da incapacidade da União em dar resposta aos principais problemas que afectam os Estados-membros. A partir de 1 de Janeiro de 1995, a UE passará a integrar 15 países, com as adesões da Áustria, Finlândia e Suécia, mas questões como a luta contra o desemprego – que atinge 17 milhões de pessoas no espaço comunitário – ou o relançamento do crescimento continuam sem aparente solução.

Em Essen, os chefes de Estado e de governo dos Doze elogiaram-se mutuamente, no que mais pareceu uma feira de vaidades, e despediram-se dos que nesta data abandonam as lides – caso de Delors e Mitterrand, ou do demissionário primeiro-ministro irlandês, Albert Reynolds –, enquanto os ‘resistentes’, como Major, Gonzalez ou Cavaco Silva se esforçaram por esquecer as crescentes dificuldades que enfrentam em casa.

A cimeira de Essen que, para além dos Doze mais três (Áustria, Finlândia e Suécia), sentou à mesa os seis países de Leste que têm “acordos de associação com a União Europeia (Polónia, Hungria, República Checa, Bulgária, Eslováquia e Roménia), pode bem passar à História como o primeiro passo para a “cimeira dos 21”, mas não deixará também de assinalar o fracasso de um projecto cuja indefinição é cada vez mais evidente e em que a fuga para a frente não consegue fazer esquecer o flagelo de 17 milhões de desempregados e de mais de 50 milhões de pobres.

O entreabrir da porta da UE ao Leste, tão cara às pretensões hegemónicas da Alemanha, teve como contraponto no piscar de olho ao Sul: os Doze decidiram convocar uma conferência ministerial euro-mediterrânica, em 1995, que reforce a cooperação entre os Quinze e os países do Magrebe e Médio Oriente. Uma decisão que visa contrariar a ideia de que a UE está a transformar-se numa “fortaleza”, ao mesmo tempo que acentua o alegado paralelismo definido pela UE nas suas relações com o Leste e o Sul, mas a que falta ainda praticamente todo o conteúdo.

De acordo com o comunicado final, “os países associados da Europa Central e Oriental poderão tornar-se membros da União Europeia, desde que o desejem e logo que possam preencher as condições necessárias”. Quanto ao Sul, foi confirmada que “a próxima fase de alargamento da União incluirá Chipre e Malta”, enquanto para os restantes países do Mediterrâneo será procurada uma forma de cooperação que poderá levar à criação de uma zona de comércio livre em 2010. O comunicado final sublinha que “a Bacia Mediterrânica constitui para a União Europeia uma região prioritária de importância estratégica”, mas não deixa de referir a “preocupação

com o avanço das forças extremistas e fundamentalistas em vários países do Norte de África”. Curiosamente, o fundamentalismo dos muçulmanos da Bósnia não parece preocupar os chefes de Estado e de governo da União.

As propostas de Delors

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, chega ao termo do seu mandato sem que o problema do desemprego dê sinais de vir a ser resolvido, num futuro próximo. Numa espécie de testamento político, não quis no entanto abandonar o cargo sem propor aos chefes de Estado e de governo da UE cinco tipos de medidas concretas para criar empregos.

“A Europa está a sair da crise mas o crescimento não se traduz na criação de mais emprego. O desemprego continuará ao mesmo nível (11 por cento na UE), mesmo que a economia cresça a um ritmo anual de 3 por cento até ao ano 2000”, preveniu Delors na cimeira de Essen. Uma constatação que, lamentavelmente, parece não bastar para chegar à conclusão de que o que faz falta é mudar de política.

De acordo com informações da Lusa, no plano de acção exposto, Delors propõe o investimento na formação e no ensino, uma organização mais flexível do trabalho, a redução dos custos não salariais (despesas sociais e fiscais das empresas com os trabalhadores), políticas de emprego mais eficazes e um programa específico a favor dos jovens.

Tornar o indivíduo mais apto a ocupar um posto de trabalho, combinando a formação prática e a experiência profissional, com a ajuda das empresas e dos parceiros sociais, e propondo qualificações mais próximas das necessidades do mercado é a meta fixada para o domínio-chave da formação/ensino.

No segundo ponto do plano de acção – flexibilização do trabalho – pretende-se modular o tempo de trabalho em função

Crescimento e emprego

Os problemas do crescimento e do emprego foram igualmente aflorados em Essen, mas à parte a insistência nas políticas que não só têm provocado o aumento do desemprego como se têm revelado incapazes de criar novos empregos, nada foi decidido.

O Parlamento Europeu, através do seu presidente, Klaus Hansch, exigiu que a União Europeia aceite o princípio de se endividar para custear os projectos de grandes redes transeuropeias susceptíveis de relançar a competitividade da economia europeia.

Klaus Hansch defendeu a possibilidade de recorrer a “meios de financiamento não ortodoxos”, como por exemplo o recurso ao crédito bancário através de “euro-títulos”.

A proposta não é nova. O ainda presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, mentor do “Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego”, já a defendeu, mas ela foi rejeitada pelo Reino Unido em várias edições do Conselho de Ministros da Comunidade.

Outra exigência do PE visa combater o desperdício de energia, através da cobrança de uma taxa sobre as emissões de dióxido de carbono (CO2), mas também nesta matéria não há consenso, pois há quem considere que uma tal proposta poderá atrasar a execução das redes transeuropeias de transportes, energia e telecomunicações.

A ideia do imposto desagrada a vários Estados-membros, como o Reino Unido, a Espanha e Portugal, por implicar custos agravados para as empresas ou para os países em plena industrialização.

No essencial, a cimeira de Essen limitou-se a reafirmar a intenção de prosseguir as reformas estruturais previstas no Livro Branco, cujos resultados são os que se conhecem.

Em conclusão, pode dizer-se que o futuro da Europa e a preparação da prevista Conferência Intergovernamental de 1996 para a revisão dos tratados de Maastricht e reforma das instituições comunitárias ficaram, em Essen, uma vez mais adiados.

formação ou de qualificação individualizada e o encorajamento dos desempregados na procura de actividades remuneradas.

No quinto e último ponto propõe-se a implementação de um programa que favoreça a qualificação ou a experiência profissional de jovens com poucas habilitações.

Para Jacques Delors, é indispensável rever o próprio conceito de desenvolvimento económico e social, nomeadamente organizando de forma distinta o tempo consagrado ao trabalho. “Não podemos continuar como estamos”, declarou, perante os líderes políticos da União.

Socorrendo-se de 11 gráficos, o ainda presidente da Comissão tentou provar que é preciso ousar investir em áreas inexploradas pelas políticas de emprego e criar recursos financeiros adicionais, aumentando os impostos sobre as actividades que danificam o ambiente e sobre o desperdício de energia e outros recursos naturais.

Na mesma linha do que já fora discutido nos Conselhos europeus de Bruxelas, no final de 1993, e de Corfu, em meados de 1994, Jacques Delors propôs o investimento em actividades como a aquicultura e de âmbito local/regional, a par de novas formas de partilha do trabalho (parcial, férias de longa duração, trabalho doméstico, entre outras).

As propostas, como se pode verificar, não são de molde a causar entusiasmo nos 17 milhões de desempregados da União Europeia.



Conferência de Imprensa do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, no final da reunião do Grupo, em Lisboa

Desassossego europeu - um debate em Lisboa

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, que na semana passada reuniu em Lisboa, divulgou no final dos seus trabalhos, em conferência de imprensa, um documento em que se dava conta das preocupações suscitadas pela situação que se vive na UE e se apontavam as linhas de actuação tidas pelo Grupo como prioritárias.

Fruto de um debate que o Presidente do Grupo, Alonso Puerta, classificou de “paragem no caminho para pensar”, o documento reflecte bem as razões do crescente mal-estar no espaço comunitário: uma retoma económica frágil que se verifica sem verdadeiramente criar empregos; a manutenção de uma taxa média de desemprego que afecta mais de 11 por cento da população activa; a pobreza e a exclusão social em crescimento permanente.

Considerando, entre outros aspectos, que “o desemprego

estrutural é a principal consequência das políticas económicas neoliberais, da implantação autoritária de novas tecnologias e da aplicação rígida de critérios de convergência nominal que sacrificam o desenvolvimento e a estabilidade interna” dos Estados comunitários, o Grupo defendeu que o combate ao desemprego deve ser o “objectivo prioritário da UE” e sublinhou “a responsabilidade dos governos e portanto do Conselho nas políticas neoliberais que produzem o desemprego e agravam as suas consequências sociais”.

O debate pôs ainda a tónica na importância da revisão dos tratados de Maastricht prevista para 1996, sublinhando a necessidade de “do reforço das competências da UE em cooperação com os Parlamentos nacionais, a transparência democrática e a integração no Tratado dos princípios da carta dos direitos sociais fundamentais”.

Desemprego Mulheres e jovens são os mais afectados

As mulheres e os jovens continuam a ser as principais vítimas do desemprego na União Europeia, numa altura em que já ninguém duvida de que a anunciada recuperação económica não está a ter incidências na criação de mais postos de trabalho.

Em Outubro, a taxa de desemprego média na União Europeia situou-se nos 10,7 por cento, ligeiramente abaixo dos 10,8 por cento registados no mês precedente, revelou há dias o departamento de estatísticas comunitário (Eurostat).

O incipiente decréscimo mensal da taxa de desemprego ficou a dever-se a melhorias de 0,1 pontos percentuais no Reino Unido, Alemanha e Espanha, mas ao mesmo tempo verificou-se um aumento do desemprego, da mesma dimensão, em Portugal, Irlanda e Luxemburgo.

A situação está bem longe de ser animadora: o desemprego juvenil (menores de 25 anos) atingia em Outubro quase um em cada cinco jovens (19,5 por cento) na União Europeia, com um máximo de 35,9 por cento em Espanha.

Por outro lado, ainda segundo o Eurostat, as mulheres continuam a ser as mais penalizadas com o desemprego, mantendo-se a taxa de desemprego das mulheres (12,8 por cento) superior à dos homens (9,3 por cento).

Em comparação com as taxas de desemprego em Outubro de 1993, as ‘maiores’ quebras registaram-se no Reino Unido (de 10,3 para 8,9 por cento), Dinamarca (de 10,7 para 9,8 por cento) e a Irlanda (de 18,4 para 17,6 por cento).

Indonésia

Um tribunal indonésio rejeitou um processo movido por ambientalistas e grupos de interesse público contra o presidente Suharto, afirmando que não tem autoridade para o julgar. O processo movido contra Suharto em Agosto passado por este ter desviado fundos destinados à reforestação para um projecto militar, constitui um marco por ser a primeira vez que alguém ousa questionar desta forma o poder ditatorial do presidente. Em causa está um decreto do presidente retirando ao Ministério das florestas a quantia de 190 milhões de dólares do fundo destinado à reforestação das Florestas virgens indonésias para financiar um projecto estatal para a construção de aviões. "O tribunal rejeita o processo contra o presidente porque não tem autoridade para o ouvir, examinar ou decidir sobre o caso", refere o parecer lido pelo juiz Benbyamin Mangkudilaga do Tribunal Administrativo de Jacarta.

Tchetchenia

Várias centenas de blindados russos entraram domingo de manhã na Tchetchenia na sequência de um decreto do presidente russo, Boris Ieltsin, autorizando o recurso à força para "restabelecer a ordem constitucional" nesta república caucasiana que autoproclamou a sua independência da Rússia em 1991. As tropas russas defrontaram-se domingo com uma forte oposição da população local na vizinha república da Inguchia e também a leste, na fronteira entre a Tchetchenia e a república russa do Daguestão. Enquanto isso, uma última tentativa de acordo entre o governo russo e o regime independentista tchetcheno está a decorrer em Vladikavkaz, capital da Ossétia do Norte. O vice-primeiro-ministro russo, Nikolai Egorov, assiste às negociações nas quais participam também o presidente da Ossétia do Norte, Akhsarbek Galazov, uma delegação russa dirigida pelo vice-ministro das Nacionalidades e do governo tchetcheno dirigida pelo ministro da Economia. Significativamente o governo norte-americano considera este conflito como "assunto interno" russo.

Hungria

O Partido Socialista (MSZP, ex-comunista) do primeiro-ministro húngaro, Gyula Horn, renovou o sucesso obtido nas legislativas de Maio último, nas eleições municipais de domingo. Contudo os candidatos independentes ocuparam mais de dois terços das presidências de Câmara e mais de metade dos assentos municipais. Com cerca de 93,3 por cento de votos contados, o MSZP assegura a sua posição de principal formação política do país, com 1614 conselheiros municipais

Turquia

Deputados curdos ameaçados de morte

O Tribunal de segurança do Estado de Ancara pediu a pena de morte para oito deputados do Curdistão da Turquia, entretanto condenados até 15 anos de prisão. O seu "crime" - ter reclamado o respeito pela identidade das populações que representam. Este um exemplo concreto do carácter profundamente repressivo do regime turco. E que assume particular violência em relação às populações curdas.

Leyla Zana, Hatip Dicle, Sirri Sakik, Ahmet Turk, Mahmu Alinak, Orhan Dogan, Sedat Yurtas e Selim Sadak, foram eleitos deputados, em Novembro de 1991, pela população curda da Turquia. Nessa qualidade exigiram o reconhecimento dos direitos culturais dos curdos no "respeito das fronteiras de Estado e da democracia". Nunca lançaram apelos à violência. Facto pelos

incendiadas já se elevava a 30. Era a fase final de uma vasta operação militar destinada a despovoar as aldeias curdas.

Segundo o Human Rights Watch, de Helsínquia, as forças de segurança turcas despovovaram 1400 aldeias e lugares no sudeste da Turquia, na sua ofensiva contra o movimento guerrilheiro curdo do PKK.

Num relatório publicado em 19 de Outubro último pelo

Um total de 420 pessoas foram mortas na Turquia, por motivos políticos, desde 1980.

Entretanto o Estado turco é signatário da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e da Carta de Paris, que garantem a liberdade de expressão e de associação, os direitos das minorias a preservar e a desenvolver a sua língua e a sua cultura.

vistos irrelevante para o tribunal especial. Na acta de acusação afirma-se textualmente: "Não é necessário, segundo o artigo 125 do Código penal turco (que condena com a pena de morte qualquer atentado à "unidade eterna da pátria e da nação turca"), que este acto seja concretizado pela violência, pelo contrário, o artigo em causa não menciona a violência. (...) Não podemos esperar por que o resultado seja alcançado para determinar se houve ou não delito".

Denunciando a actual situação existente na Turquia, a deputada do Parlamento Europeu, Antoinette Fouque, ligada ao Apelo à opinião pública pela vida e pela libertação dos deputados curdos, declarou recentemente que "se pode afirmar que enquanto a Turquia recusa a pluralidade de culturas dos dois povos no interesse da democracia comum, está a alimentar um foco de guerra na Europa que pode degenerar numa situação pior que a existente na ex-Jugoslávia".

A situação imposta aos curdos da Turquia reveste-se de um carácter particularmente dramático.

Em 5 de Outubro, a Reuter relatava que as forças de segurança turcas tinham incendiado 17 aldeias no decurso de uma intensa ofensiva de duas semanas contra os separatistas curdos, nas províncias orientais de Tunceli. Segundo esta mesma agência informativa, em 12 de Outubro, o número de aldeias

Human Rights Watch - "A deslocação forçada da etnia curda no sudeste da Turquia" - são divulgados testemunhos e documentos sobre os abusos



Crianças curdas de uma aldeia destruída pelas tropas de Saddam Hussein no Iraque. As perseguições à minoria curda são uma realidade comum na Turquia como no Iraque

cometidos pelas forças de segurança turcas nos 10 anos de campanha contra os guerrilheiros do PKK. No âmbito do esforço destinado a privar o PKK da sua base de apoio, as forças de segurança usaram da força militar para expulsar os camponeses das suas aldeias, destruindo as suas casas. A tortura e as prisões arbitrarias acompanham frequentemente estas expulsões".

Perseguições que se inserem num quadro repressivo mais vasto, que atinge em geral toda a oposição ao regime.

Segundo o "Dossier sobre a tortura 1980-1994" (entretan-

to confiscado), preparado pela Fundação dos Direitos do Homem da Turquia, um total de 420 pessoas foram mortas em 14 anos, desde o golpe de Estado de 1980. 390 desses assassinatos foram cometidos em centros de detenção, durante os interrogatórios ou na prisão. Outras 13 mortes vieram na sequência de greves de fome nas prisões para exigir o melhoramento das condições de detenção. 17 resultaram de doenças derivadas das torturas ou da impossibilidade de receber uma assistência médica adequada.

Os autores do Dossier alertam para o facto de esta situação se manter, e sublinham: "apesar de tudo o que se diga em declarações ou explicações sobre a tortura, os casos não diminuíram e não parece fazer-se grande coisa para combater isso. As mortes em detenção, os desaparecimentos após as prisões, as doenças resultantes da tortura, e os casos de violação e tortura nunca foram prevenidos nem há qualquer intenção de os prevenir. Os torcionários foram protegidos, encorajados e recompensados".

Namíbia

Esmagadora vitória da SWAPO

Cinco anos após a definitiva retirada das tropas sul-africanas da Namíbia, as eleições realizadas dias 7 e 8 deste mês confirmam um inequívoco apoio popular à SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) e ao presidente Sam Nujoma.

A percentagem de votos agora obtida pela SWAPO é ainda superior à de 11 de Novembro de 1989, nas eleições realizadas no quadro do processo de independência. Os resultados então alcançados deram ao movimento de libertação cerca de 57% dos votos, mas não, como hoje, os dois terços neces-

sários para proceder a alterações na Constituição.

No novo Parlamento, a SWAPO contará com mais de 70 por cento dos deputados, ficando 17 lugares para a Aliança Democrática de Turnhalle (DTA), partido anteriormente apoiado pelo regime de apartheid.

No Parlamento saído das eleições organizadas pela ONU em Novembro de 89, cabiam à SWAPO 42 dos 72 lugares, contra 21 ao DTA e 9 a outras pequenas organizações políticas.

Divulgados os actuais resultados eleitorais, Sam Nujoma afirmou que, apesar da maioria de dois terços obtidos pela SWAPO, a modificação da Constituição seria sujeita a referendo. "Proseguiremos a política prevista no nosso programa - disse, salientando - não haverá ditadura".

Partilhando de uma realidade comum a todo o continente africano, e apesar do potencial de desenvolvimento, para o que contribuem em particular as riquezas do subsolo, os problemas fundamentais da Namíbia são de ordem social e económica. Como sublinhou o presidente Sam Nujoma, os grandes inimigos do povo namibiano são a pobreza, a fome, a doença e a ignorância.

Cinco anos são um curto período para se ultrapassar situações enraizadas de dependência e uma lógica de desenvolvimento económica alheia às necessidades das populações. O ponto de partida da

Namíbia independente é o de um país que produz o que não consome e importa praticamente tudo o que precisa. As desigualdades internas (que estão ainda longe de ter sido ultrapassadas) são gritantes. Os negros (90% da população) consumiam 12,8% do PIB (produto interno bruto), enquanto a parte dos brancos (19% da população) era de 81,5%. Os salários dos brancos eram dez vezes superiores aos dos negros.

A independência e a evolução entretanto registada na Namíbia - em conjunto com a profunda transformação da África do Sul - podem constituir uma base importante para a implementação de formas diversas de desenvolvimento comum e cooperação económica por toda a África Austral.

Importante é lembrar aqui que o impulso na luta de libertação que acabou por levar à conquista da independência pelo povo namibiano, está intimamente ligado à independência de Angola, em 1975, que gerou uma profunda alteração do panorama da luta na zona, ao dotar a SWAPO de uma retaguarda solidária.

PCP saúda SWAPO

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central da SWAPO a seguinte mensagem:

Prezados camaradas,

Enviamo-vos as calorosas felicitações e as fraternais saudações dos comunistas portugueses pela grande vitória alcançada pela SWAPO e pelo Presidente Sam Nujoma nas recentes eleições. Esta vitória confirma o papel decisivo da SWAPO - única e legítima representante do povo namibiano na luta de libertação - na construção da Namíbia independente.

Fazemos votos pelos melhores sucessos à vossa acção na promoção dos interesses dos trabalhadores e do povo namibiano, e pelo progresso e paz em toda a região da África Austral.

Fausto Bertinoti ao "Avante!" Um grande movimento de massas contra a política de direita na Itália

Aproveitando a passagem por Lisboa de Fausto Bertinoti, secretário-geral do Partido da Refundação Comunista (Itália) que, na sua qualidade de deputado ao Parlamento Europeu participou na reunião do Grupo Confederal da Esquerda Europeia que o nosso jornal noticiou na semana passada, o "Avante!" não quis deixar de, em curta entrevista, saber novas de Itália, onde a situação social é agitada por grandes lutas e onde se vive uma intensa luta política.

Assim, uma primeira pergunta surgiu: estiveram marcadas para o passado dia 2 de Dezembro, em Itália, grandes greves que não chegaram a ter lugar por os sindicatos terem conseguido um acordo. Que razões levaram a este recrudescimento das lutas sociais?

O secretário-geral do PRC assinalou, em resposta, um "facto novo", referindo-se ao "nascimento de um movimento de massas de proporções enormes. É preciso recordar", esclareceu, "que em Itália tinha havido uma vitória das forças de direita, na Primavera passada. Uma vitória muito perigosa, que assinala uma viragem à direita do país no seu conjunto, após as grandes perturbações dos anos 80 e perante o ruir do sistema político, processo acompanhado pelas derrotas do movimento sindical e operário.

"O governo da direita propôs-se realizar uma política ultraliberal, facto sem precedentes em Itália. E isto ao mesmo tempo que avança no sentido da criação de um regime totalitário. Entretanto, as lutas contra esta política fermentavam já, principalmente no terreno da denúncia e da oposição política.

"A Refundação Comunista investiu nas possibilidades de uma explosão das contradições sociais. Essa previsão revelou-se justa. E, no Outono, começaram as greves e as manifestações de massas, o que não se havia verificado antes em período tão concentrado."

E o camarada Bertinoti recordou os passos principais dessas lutas:

"Primeiro, houve greves locais organizadas com os sindicatos, nas grandes cidades e regiões. Em 14 de Outubro foi a greve geral, com manifestações em todas as grandes cidades. Três a quatro milhões de trabalhadores e de reformados participaram nessas jornadas. Depois, e durante semanas, registaram-se greves de âmbito sectorial em várias regiões e prosseguiram as greves nas grandes cidades industriais.

"Organizou-se a manifestação de 2 de Dezembro. Um milhão e meio de trabalhadores e de reformados ocuparam as três maiores praças de Roma. Nunca se vira manifestação assim na história da Itália Republicana. E esta descrição não é retórica", sublinha Fausto Bertinoti.

"Este movimento de massas

deve ser interpretado e analisado. É diferente dos que se registaram nos anos 70, e que eram de avanço; é também diferente dos que se verificaram nos anos 80, que eram de defesa. Certamente que é menos radical que nos anos 70, e é um movimento que não surge, como nos anos 80, como expressão das forças políticas de esquerda.

"Todavia, exprime uma grande exigência política, porque exige um reconhecimento da existência de um mundo do trabalho, independente, em que participam tanto os que votaram na direita como os que votaram na esquerda. Um movimento que é fortemente caracterizado pela vontade de defender o sistema público de previdência. O ataque à Segurança Social pública é uma das características essenciais da política ultraliberal do governo.

"Há uma confrontação muito intensa e, de ambas as partes, uma grande necessidade de vitória. Mas o governo foi forçado a reconhecer que não tinha condições para vencer. Desmentindo tudo o que afirmara antes, acabou por assinar um acordo com o movimento sindical.

"É a primeira vez, nestes últimos dez/quince anos, que, na Itália, os trabalhadores tornam a sair vitoriosos. Trata-se, naturalmente, de uma vitória parcial e tempo-

rária. O governo de direita sacrificou as suas propostas de alteração do sistema às exigências da sua própria sobrevivência. Mas voltará ao ataque nos próximos meses. E há que estar preparado para essa ofensiva porque, em paralelo, ocorrem fenómenos de crise na política italiana. O governo faz mover a sua política como um pêndulo. Por um lado, tenta afirmar a sua política ultraliberal no combate às conquistas dos trabalhadores. Por outro lado, tenta relançar uma política de concertação, quando verifica não ter condições para afirmar a primeira.

"Só que, desta vez, não se tratou de concertação. A greve geral foi desconvocada por se ter assinado o acordo. Mas o movimento deve continuar o seu caminho para transformar a vitória temporária em alternativa."

Meio ano após o início do "reinado" Berlusconi, o governo sofreu uma pesada derrota. Fala-se já em novas eleições, e a coligação parece desarticulada. Também se fala numa aproximação entre a direita e o PDS, entre antigos comunistas e o Partido Popular dos antigos democratas-cristãos. Como aprecia esta crise? Que alternativa?

"O Governo entrou em fase de instabilidade. Além de uma crise social e de confiança no governo, abriu-se uma crise no consenso das forças governamentais, em

particular na Forza Itália (de Berlusconi) – evidenciada nestas últimas eleições municipais.

"Abriu-se também uma crise institucional entre o governo e a magistratura, entre o governo e o presidente da República, conflitos agravados por Berlusconi ter sido notificado de acusações de crimes.

"Uma situação como esta é perigosa para a democracia. Por

uma estratégia de aliança com a esquerda, propõe-se favorecer a evolução moderada de Berlusconi, com o seu apoio ou com um sistema político de novo dominado pelo PP (democratas-cristãos), pela Liga Norte e por parte da Forza Itália. É necessário derrotar



Fausto Bertinoti, secretário-geral do Partido da Refundação Comunista (Itália).

isso, batemo-nos pela queda imediata do governo Berlusconi e propomos novas eleições gerais antecipadas, para abrir um novo curso na política italiana. Entre a queda do governo e as eleições, um governo de transição deve assegurar condições democráticas para a realização dessas eleições."

Bertinoti aborda ainda outros problemas da actualidade política italiana, nomeadamente as relações entre as forças de esquerda:

"O governo de direita só pode ser batido e substituído através da unidade das forças de esquerda e progressistas. A razão é simples: na Itália de hoje, a questão da democracia e a questão social encontram-se absolutamente interligadas. Portanto, as grandes questões da democracia só podem ser resolvidas lançando o desenvolvimento económico e social. A base para tal é este movimento de massas. Está também crescendo um movimento entre os estudantes, de considerável importância.

"Na nossa opinião, só um governo de esquerda pode dar respostas a estes movimentos. Nesta matéria estamos em desacordo com os companheiros do PDS - eles pensam no entendimento das forças de esquerda com o 'centro'. Ora, o programa e os objectivos dessa coligação, nas condições actuais, dão a hegemonia às forças do 'centro'. Não se trata de fazer um processo de intenções – os primeiros sinais disso já são visíveis. Foram feitas concessões à escola privada; no terreno das pensões sociais, o PDS é ambíguo; na questão do emprego prevaleceu o liberalismo, embora mitigado.

"De resto, embora embrionária, esta coligação já deu vida ao governo, já preparou a vitória de Berlusconi.

"Por outro lado, a aliança com o 'centro' não tem grandes perspectivas. O 'centro' moderado tem uma estratégia – mais do que

esta perspectiva do PDS, não para criar um fosso, mas para reabrir um caminho unitário com vista à alternativa."

A Refundação Comunista saiu reforçada eleitoralmente. Qual é hoje a actividade e implantação do PRC? Quais as suas principais tarefas no momento actual?

"As condições são muito difíceis. O Partido da Refundação Comunista viu aumentar os seus votos nas eleições gerais e agora também nas municipais. Passámos de 6 para 7,8 por cento dos votos. Se há quem pense que é possível liquidar a experiência da Refundação Comunista na Itália, terá de concluir que estes resultados desmentem tal possibilidade.

"O problema hoje é o de construir um partido comunista de massas. As condições existem. Somos uma força importante no movimento de massas, não como parte separada mas como parte integrante desse movimento. No movimento estudantil e no seu crescimento tivemos também um papel assinalável. A participação dos jovens é muito intensa e há um renovado interesse por nós. São sinais muito encorajadores.

"Também a nível do Partido estamos a crescer. Devemos reconhecer, no entanto, que a nossa actividade é ainda inadequada e insuficiente. Há uma necessidade profunda de renovar a nossa prática e o trabalho de direcção política. Sentimos a necessidade de relançar a actividade teórica, a reconstrução de uma cultura política forte, no interior de um processo de formação de quadros. A solução destes problemas internos é uma necessidade para a construção de um partido de massas.

"As condições existem. Dependem de nós, da nossa capacidade, atingir esses objectivos."

e 107 dos 3253 cargos de presidência de câmara, divulgou o Comité Nacional de Eleições. Nas últimas eleições legislativas, o MSZP alcançou a maioria absoluta com 54 por cento. Os independentes conseguiram eleger 15176 candidatos, mais de metade do total de conselheiros municipais da Assembleia Nacional. Os partidos conservadores são os grandes derrotados do escrutínio. A taxa de participação foi de 43 por cento. O escrutínio decorreu numa só volta, com base numa nova lei eleitoral que permitiu, pela primeira vez, às 13 minorias étnicas da Hungria eleger os seus próprios candidatos. O mandato dos conselheiros e presidentes municipais é de quatro anos.

Armas

A adopção de uma declaração de princípios sobre controlo de armas e segurança no Médio-Oriente deverá centrar as negociações multilaterais que começaram terça-feira em Tunes, no quadro do processo de paz, com a participação de 44 países. O projecto de declaração, elaborado no princípio do ano, prevê o estabelecimento de medidas de confiança entre árabes e israelitas e a criação de uma zona livre de armas de destruição maciça.

Droga

Pelo menos um quarto dos estudantes norte-americanos, com idades compreendidas entre os 13 e os 14, admitem ter consumido droga pelo menos uma vez, indica um inquérito realizado pela Universidade de Michigan. De acordo com o mesmo estudo, financiado pelo Instituto Nacional de Investigação sobre a Droga, o consumo de droga entre a população norte-americana mais jovem aumentou três pontos percentuais em relação ao ano passado. A sondagem foi realizada com base em 52 000 questionários distribuídos por 240 estabelecimentos de ensino público e privado.

Espanha

Uma greve de 24 horas, convocada pelos principais sindicatos dos caminhos-de-ferro espanhóis (Renfe), paralisou quase completamente a circulação ferroviária. Os grevistas protestavam pelo bloqueio das negociações salariais previstas no acordo de empresa. Os sindicatos reclamam um aumento de 3,5 por cento, enquanto a direcção da empresa não fez qualquer contraproposta. O apelo à greve foi lançado por duas grandes centrais sindicais espanholas, a União Geral dos Trabalhadores (UGT, de tendência socialista) e Comissões Operárias (CC.OO., próximas do Partido Comunista), assim como vários sindicatos autónomos, incluindo o dos maquinistas (Semaf).

Mundo 23
Liberazione
Profumo di garofani
A VENTI ANNI DALLA RIVOLUZIONE DEI GAROFANI, I COMUNISTI PORTOGUESI CHIEDONO ALLA SINISTRA EUROPEA UN IMPEGNO CONCRETO PER UN PROGETTO DI ALTERNATIVA. INTERVISTA A CARLOS CARVALHAS, SEGRETARIO DEL PCP.
Incontro tra il Prc e il Pcp
Il Partito Comunista Portoghese
O "Liberazione", jornal comunista italiano, deu particular destaque nas suas páginas à visita do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, publicando nomeadamente uma entrevista com Carvalho e um conjunto de dados sobre o Partido Comunista Português, para além de notícia sobre o encontro entre o PCP e o Partido da Refundação Comunista.

texto Henrique Custódio
fotos Jorge Caria

Bragança

Quando as montanhas sonham

Em Vilas Boas as montanhas trepam ao céu. O seu concelho é de Vila Flor, distrito, o de Bragança, que é como quem diz o Nordeste Transmontano, onde os tíãs deixaram de herança aos homens os excessos da natureza. Ali tudo é grande: as montanhas e o azul do céu, a solidão e os caminhos da terra, a lonjura e a limpidez das coisas. Andar por lá é serpentear, maravilhado e minúsculo, pelo que o país tem de mais belo, bravo e incólume. E duro, no quotidiano de trabalho para arrancar aos despenhadeiros o vinho e o azeite, a lã, a carne e pouco mais. Pelo que viver lá há-de ser a explicação da frase de José Hermano Saraiva, dizendo que em tais serranias "é muito subtil o véu que estabelece a fronteira entre a frugalidade e a fome". Pelo que viver lá há-de explicar por que continua Trás-os-Montes a desertificar-se, face ao desinteresse do poder central em lhe potenciar pólos de desenvolvimento.

Mas Vilas Boas não está desertificada. Os seus actuais 1.600 habitantes transformam-na na freguesia rural mais importante, logo a seguir à sede do concelho. Sobretudo Vilas Boas não continua imobilizada entre as montanhas e a indiferença dos poderes que a desprezam. Meteu mãos à obra e está a desenvenilhar-se de atrasos seculares. Com o trabalho voluntário das populações, já construiu uma sede para a sua Junta de Freguesia, um equipamento muito mais fundamental do que se julga, no Terreiro do Paço. A par disso rasgou e consertou estradas, captou águas, recuperou património, construiu um parque infantil, dinamizou o desporto e a cultura, sempre lutando contra a indiferença da Câmara de Vila Flor. Rompendo, com as suas próprias forças, o marasmo que parece petrificar tantas outras autarquias em redor. Sonhando o que quer e fazendo o que sonha. Não é por acaso que Vilas Boas é a única autarquia de maioria CDU no distrito de Bragança.

Rui Tadeu, com 38 anos de idade, presidente comunista da única autarquia CDU do Distrito de Bragança, é um homem de surpreendente energia e actividade: designer, agricultor e empresário bem sucedido num empreendimento familiar de turismo rural, arranja ainda tempo para dar aulas e presidir à Cooperativa Agrícola de Vila Flor, onde garante que se produz "o melhor azeite do mundo". Recebeu-nos na sua Quinta da Veiguinha, o magnífico empreendimento de turismo rural que ergueu com a mulher, e o nosso encontro foi bem ilustrativo da frenética actividade que desenvolve: nas escassas horas em que se "cruzou" com a reportagem do "Avante!" conduziu jipes, automóveis e camionetas, desembaraçou problemas com o gado, atendeu fomecedores, presidiu a uma sessão da Cooperativa e ainda nos mostrou a Freguesia. E obra! Mas obra, obra, é o que está à vista na Freguesia de Vilas Boas, num trabalho cujo carácter colectivo Rui Tadeu tem em alto apreço. "Tudo isto começou há três mandatos", contou-nos, manobrando habilmente nas curvas intermináveis da paisagem. "Existia uma espécie de ditadura do PSD aqui na Junta de Freguesia, ocupada por gente que já vinha do tempo do fascismo e que se limitava a passar atestado. Organizámos uma lista de cidadãos independentes e conquistámos a

autarquia. Nos dois mandatos seguintes as listas foram formadas pela CDU e cá estamos!"

Estávamos, também, às portas de Vilas Boas, que ele, de imediato, começou a mostrar. Ali a Junta de Freguesia, "construída no anterior mandato com o trabalho voluntário da população: uns davam materiais, todos faziam o que podiam e quando podiam. Demorou três anos mas aí está!". Ao lado via-se um parque infantil. "Foi construído com os dinheiros da AECOD", esclareceu (a AECOD é uma organização de solidariedade autárquica, cujas receitas provêm dos dinheiros que os eleitos da CDU prescindem, na sua actividade no Poder Local). Apondo-nos um fontanário (de água excelente, aliás) que jorra na outra extremidade do muro que bordeja o edifício da Junta, esclareceu: "Parece uma coisa simples, mas constituía um anseio da freguesia: a captação de uma antiga mina de água para abastecimento da povoação!"

A celebração da vida

Entrámos. Por ruas empedradas e labirínticas, fomos ao encontro duma povoação esculpida a granito, aqui e ali alvejando o reboco e a pintura, largos abrindo-se à volta



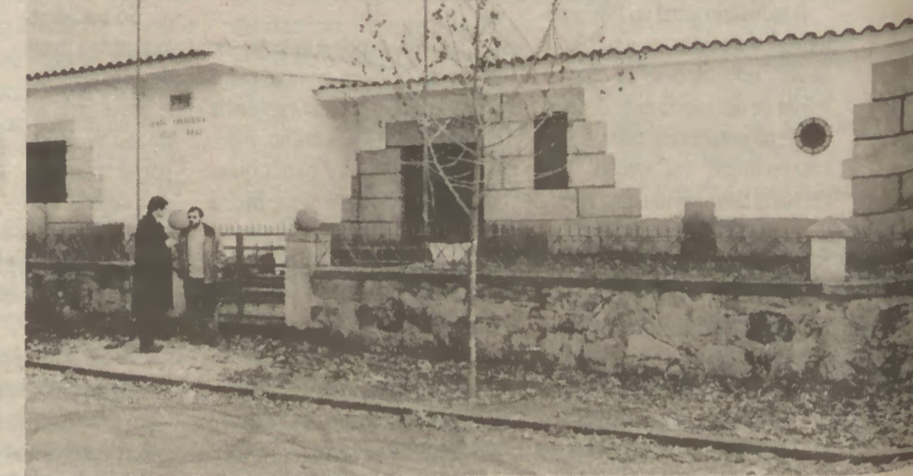
Rui Tadeu, o dinâmico presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas

de igrejas ou casas solarengas, rostos cumprimentando dos balcões e varandins, o trabalho cruzando-se conosco pesado e sorridente, aqui chiando numa carroça ajojada, ali trovejando no aro de ferro dum carrinho de mão, além tamancando cargas de lenha à cabeça. E, de repente, uma matança em plena rua, que é tempo delas por todo o País, o porco a ser desmanchado com uma pequena multidão à volta, vidualhas a fumejar odores na manhã fria, os olhos das crianças a luzir com o fascínio da morte e a celebração da vida. O nosso anfitrião foi calorosa-

mente festejado e quando demos por ela já estávamos de copo na mão, na catacumba dum adegas, a provar um vinho novo, tinto, espesso, de reboilar na boca.

Nas voltas da visita ia-se desenrolando o trabalho realizado pela Junta de Freguesia: o arranjo da área envolvente do pelourinho, a recuperação de fontes antigas, o arranjo de ruas e caminhos, um abrigo para a espera de autocarros, onde houve o cuidado de colocar um expositor de informação autárquica - um mundo de pequenas coisas que se tomam grandes nos pequenos mundos.

Rui Tadeu ia acrescentando o que mais se vai fazendo e não se vê: "damos apoio ao grupo desportivo da terra, mobilizamos as escolas primárias, lutamos, com outras Juntas ribeirinhas, contra a polu-



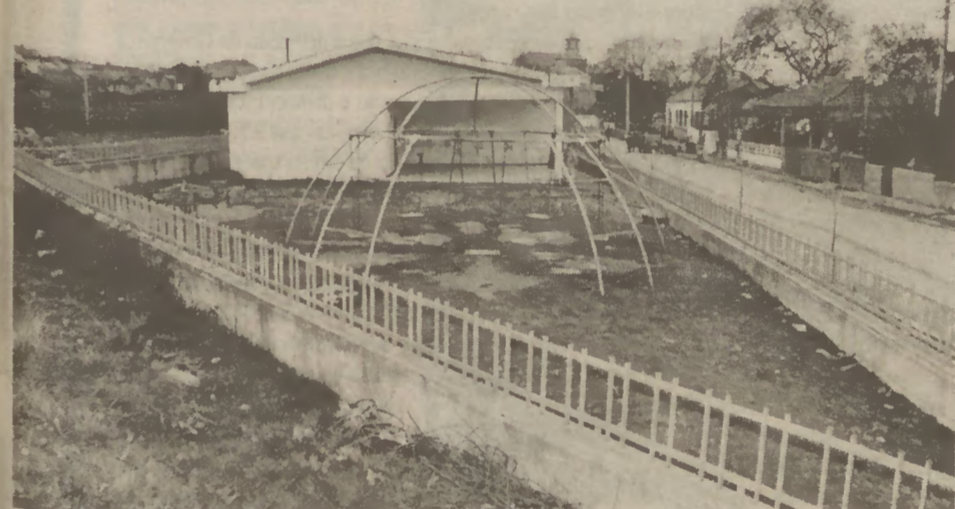
Três flagrantes: a matança do porco em plena rua, a boa água de uma mina que a Junta trouxe ao convívio de um fontanário e a sede da Junta construída com trabalho voluntário da população



ição do rio Tua e o encerramento do caminho de ferro de via estreita entre Foz Tua e Mirandela, enfim, não nos falta que fazer!"

Os projectos para o futuro imediato, o do actual mandato, esses também não páram: "Vamos implantar um projecto de sinalética em toda a freguesia que permita uma boa identificação e sirva de guia para os pontos de interesse histórico e paisagístico, beneficiaremos a principal praça da freguesia, vamos continuar a beneficiação dos caminhos rurais de acesso às propriedades agrícolas, pensamos desenvolver uma campanha contra o lixo, promovendo a higiene e limpeza da freguesia, o que procuraremos articular com intervenções da Câmara no saneamento básico e nas redes de água e luz".

E ponto final. Com Vilas Boas em pleno andamento.



Vilas Boas: ruas labirínticas, uma povoação esculpida a granito, aqui e ali alvejando o reboco e a pintura

Este parque infantil foi construído com dinheiros doados pela AECOD. Está nos terrenos adquiridos pela Junta, junto à sede

Expositor com informação autárquica, num abrigo construído para os passageiros que aguardam as camionetas da carreira

Com a ausência de todas as televisões PCP realiza em Bragança 2.ª Assembleia de Organização

Com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, realizou-se no passado domingo a 2ª Assembleia da Organização Regional de Bragança do PCP sob o lema "Regionalização necessária ao desenvolvimento do Nordeste - Com o PCP Intervir Melhor".

A iniciativa decorreu durante a tarde de domingo no Auditório da Escola Superior de Bragança, que se encontrava repleto, tendo participado 60 delegados e 30 convidados.

Na sua intervenção, o Secretário-Geral do PCP assinalou que "a região de Bragança é um exemplo de uma política que, longe de procurar atenuar e corrigir as assimetrias regionais, as tem acentuado", ilustrando esta crítica directa ao Governo do PSD/Cavaco Silva com exemplos concretos colhidos na visita que havia feito horas antes à região: "A liquidação de serviços públicos e das linhas férreas, a ruína da agricultura e a não promoção de pólos de desenvolvimento, têm levado à crescente desertificação e envelhecimento da região. A região de Bragança é bem um exemplo da necessidade de uma outra política, de uma política ao serviço do povo e do país", sublinhou, acrescentando mais adiante, a propósito dos trabalhos da iniciativa:

"Nesta Assembleia de Organização respirou-se confiança, conhecimento dos problemas, propostas, determinação e vontade para superar debilidades, o que se traduzirá, estamos certos, num significativo impulso para o reforço geral do Partido e da sua intervenção na região."

Foram proferidas diversas intervenções, nomeadamente sobre a agricultura do Distrito (Vitor Martins), o Desenvolvimento Regional (António Morais), sobre Fundos (Antónia Torres), sobre o movimento sindical e a luta dos trabalhadores (Fernando Pilão) e o trabalho autárquico na Assembleia Municipal de Bra-

gança (Lídio Correia), tendo Fernando Pilão falado em nome da Concelhia de Mirandela do PCP e Manuel João apresentado a Proclamação desta 2ª Assembleia da Organização Regional de Bragança do PCP.

A Assembleia de Bragança aprovou o Relatório de Actividades e Tarefas Futuras, a Proclamação e a nova Direcção Regional, além de uma Moção a protestar contra a ausência generalizada das televisões, enviada às direcções de todos os operadores televisivos e à Alta Autoridade Para a Comunicação Social, onde se lê: "No âmbito da realização da 2ª Assembleia Regional de Bragança do PCP, o Secretário-Geral do PCP visitou Bragança e participou nesta iniciativa."

"Do programa constou também um encontro com Associações de Agricultores do Douro, no Pinhão, e viagem no comboio do Tua, para conhecer a realidade desta linha férrea e assim testemunhar o apoio do PCP à continuidade da linha e ao desenvolvimento do transporte ferroviário em Trás-os-Montes.

"Entretanto os vários canais de televisão, a quem se exige imparcialidade de tratamento noticioso, e sobretudo a televisão pública paga com o dinheiro de todos os cidadãos contribuintes, destacaram-se pela ausência, apesar de, naturalmente, convidados."

"Os delegados à 2ª Assembleia Regional de Bragança consideram que este procedimento se insere na estratégia mais geral de tratamento discriminatório e silenciamento às acções e iniciativas do Partido Comunista Português."

E a Moção acrescenta: "Os delegados consideram esta ausência não apenas como acto discriminatório dos comunistas, mas ainda como uma ofensa às populações do Nordeste, cujos problemas estiveram em debate nesta Assembleia de uma grande e representativa força nacional."



Momento dos trabalhos da 2ª Assembleia da Organização Regional de Bragança do PCP, realizada no passado domingo com a presença de Carlos Carvalhas

Era uma vez o Teatro



Momento da peça "Cavalheiro Respeitável", de André Brun, um dos maiores êxitos do Teatro Movimento. Na foto Leandro Vale (ao centro), Helena Vidal e Ramiro Pires

A arte é o sonho por excelência feita realidade de homem. Como em Bragança as montanhas também sonham, quando o fazem são visitadas pelo Teatro. Um Teatro que não fica à espera que lhe abram salões alcatifados para a representação nem de proscrições com as medidas regulamentares: investe montanhas fora, por esse Distrito de Bragança sem fim, ao encontro do público e construindo o espectáculo onde calha: em armazéns ou palheiros, em baracões ou no meio da rua, improvisando palcos e mobilizando plateias num corpo a corpo em que todos ganham - público, artistas e teatro.

A Companhia que anima culturalmente Bragança chama-se "Teatro em Movimento" (TM) - é, aliás, a única formação teatral do Distrito -, tem já 15 anos de trabalho e uma vasta obra concretizada. Leandro Vale é o seu director artístico e o seu impulsor de sempre, juntamente com a sua mulher, Helena Vidal.

"Da nossa acção, falamos os números", diz-nos Leandro Vale. Temos uma média de três montagens por época, uma média de 150/180 especta-

culos/época (nesta última atingindo quase os 400), uma média de 100 espectadores/espectáculo/época. Já temos cerca de 2.550 espectadores apresentados, tocando à volta de 300/400 elementos profissionais, seis deles a tempo inteiro".

A Companhia Teatro em Movimento foi criada em 1980 "com a intenção de se fixar na cidade de Bragança", explicou-nos o seu fundador, o que só foi possível na época 82/83 "quando houve luz verde da SEC, com a atribuição de um subsídio regular, para a instalação em Bragança. Essa instalação teve todo o apoio das entidades locais, desde o Governador Civil à autarquia, passando pelas delegações do FAOJ e INATEL". O subsídio foi mantido até à época 86/87, "além do que, inexplicavelmente, nos foi retirado para ser atribuído a duas companhias em Vila Real, uma das quais já inexistente e que, exactamente por isso, nunca dele usufruiu", denunciou Leandro Vale. O TM viu-se assim forçado a abandonar as ins-

talações onde tinha empatado milhares de contos, valendo-lhe o socorro da autarquia local, que lhe cedeu instalações provisórias e área para a construção de instalações definitivas, presentemente em fase de conclusão.

Todavia o TM não esmoreceu, como nos demonstrou Leandro Vale: "Na época seguinte, e após nos terem retirado de novo o subsídio de montagem sem qualquer explicação, conseguimos a implantação total, não só na área geográfica onde nos encontramos sediados, mas ainda no Algarve e nos Açores, onde há 11 anos consecutivos fazemos digressões, na primeira apoiados pelas autarquias e na segunda pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, autarquias, INATEL e Força Aérea Portuguesa".

E concluiu Leandro Vale: "Nos anos seguintes fomos ampliando o nosso raio de acção a todo o País, num projecto de itinerância único que, nos últimos quatro anos, tem vindo a ter o maior incremento mercê das entidades já citadas e ainda dos Produtos Danone e Projecto Vida".



Escrava do Amor

Realização: Nikita Mikhalkov

Fotografia: Pavel Lebeshev

Intérpretes: Yelena Solovei, Rodion Nakhapetov

Dias de guerra civil na Rússia. Uma equipa de filmagens que estava rodando o melodrama «The Love Slave», protagonizado por Olga Voznesenskaya, foge em pânico da Moscovo «vermelha» para uma pequena aldeia do sul ocupada pela guarda «branca». O habitual «co-star» que é o ídolo do cinema mudo Makasakov, violou o seu contrato e permaneceu em Moscovo. Este facto surpreendeu de tal forma Olga, que pela primeira vez ela começou a reflectir sobre os acontecimentos correntes.

Na cidade onde eles filmavam, actuava um grupo «subterrâneo» de revolucionários que é comandado pelo operador Victor Pototsky. Arriscando a própria vida, ele filma secretamente todas as actividades arbitrarias de Fedotov, cabecilha da contra-espionagem da Guarda Branca.

Pototsky apaixonou-se por Olga e tenta revelar-lhe o significado dos recentes acontecimentos na Rússia. Demonstrando sensatez e honestidade, Olga começa a ajudar os revolucionários chegando a salvar a vida ao próprio Pototsky.

Entretanto, Fedotov arma uma armadilha ao operador de câmara, que é morto em frente da actriz. A partir deste momento, Olga não tem dúvidas acerca do caminho a seguir. Com a ajuda dos revolucionários, ela mata Fedotov.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

O grande desafio

É enorme a bagunça que por aí vai. Por um lado crescem e agudizam-se as tensões e os conflitos entre os órgãos de soberania, criando um clima de autêntica instabilidade institucional.

Por outro lado, saltam para a rua outras e diversas manifestações de crise política. Todos os dias rebentam novos e graves escândalos. O líder parlamentar do partido do Governo anuncia a sua auto-suspensão desse cargo na sequência de acusações gravíssimas que lhe são feitas num semanário. Proliferam situações concretas de compadrio, de nepotismo, de amiguismo. Alastram as práticas mafiosas (que nalguns casos assumem, já, dimensões «europeias», no mínimo...). Multiplicam-se os fumos, fogachos e incêndios de corrupção.

Enquanto tudo isto e muito mais acontece e vem a público, o Governo e o partido do Governo, em estado de baralhação generalizada, dizem e desdizem, confirmam e negam, voltam a dizer e voltam a desdizer, voltam a confirmar e voltam a negar, num desnorte total, num destrambelho patético e pateta. E para completar este cenário surrealista, o Primeiro e os restantes ministros exibem preocupantes sintomas de agravamento da moléstia autista que os invade e os leva a repetir e repetir a história de um Portugal paradisíaco que só existe nas suas imaginações e que seria produto do Chefe genial com que o reincidente destino nos brindou.

Na verdade, à excepção do Primeiro-Ministro e dos seus ecos, toda a gente informada sabe que os problemas do povo e do País se agravam todos os dias: o desemprego aumenta (e esse aumento é superior ao aumento verificado no conjunto dos países da Comunidade Europeia); agravam-se as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores; cresce o número de trabalhadores com salários em atraso; aumenta o trabalho infantil; aumentam a repressão, a intimidação, a chantagem, a violação dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos; o SIS — polícia política privada do Governo PSD, contando entre os seus membros ex-agentes da EXPIDE — vigia e persegue dirigentes políticos, sindicais, associativos; está institucionalizada a prática do «quero, posso, mando» traduzida numa postura de crescente arrogância, propotência e autoritarismo; acentuam-se cada vez mais a marginalização e a exclusão social; aumenta a insegurança nas ruas; agravam-se problemas de enorme dimensão social como a saúde, a habitação, o ensino; os jovens deparam com muros cada vez mais espessos barrando-lhes o futuro; os reformados e pensionistas são humilhados e ofendidos com pensões e reformas abaixo dos mínimos indispensáveis para uma vida digna; a desindustrialização do país acelera; a agricultura está em processo de liquidação; importantes e lucrativas empresas passam ou regressam às mãos dos antigos sustentáculos económicos do fascismo num processo que constitui um autêntico saque de bens do Estado, etc., etc., etc.

Esta é a realidade. Uma realidade brutal que só pode surpreender quem não quis ver que assim seria,

quem — colocando interesses partidários e eleitoralistas à frente dos interesses do povo e do país — defende a continuação deste Governo e não só não combate esta política como se identifica, de facto, com as suas linhas essenciais. Refiro-me, obviamente, ao Partido Socialista, à sua prática «oposicionista» que mais não visa do que substituir o PSD no Governo para levar por diante a mesma política de direita: esta política de direita que está na origem, que é causa da crise que assola o país; esta política de direita que os trabalhadores e as populações rejeitaram e têm combatido com determinação e firmeza; esta política de direita que está, agora, no banco dos réus com o Governo e o partido do Governo; esta política de direita cujas nefastas consequências são, agora, tão generalizadamente reconhecidas que a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a antecipação de eleições legislativas (com a garantia de isenção e democraticidade do processo eleitoral) se apresentam como medidas que a situação impõe com evidente urgência; esta política de direita que é necessário e possível derrotar e substituir por uma política de esquerda nas próximas eleições.

Uma questão importa desde já sublinhar: derrotar esta política não passa apenas pela derrota do PSD. Mostra-a a realidade nacional e confirma-o a situação existente noutros países da Europa, onde nada distingue as políticas levadas à prática por partidos da direita daquelas que são conduzidas por partidos sociais-democratas ou socialistas.

E, em Portugal, o PS não tem uma política alternativa à política de direita, antes pelo contrário.

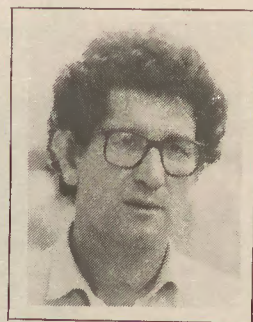
Assim, derrotar esta política implica votar expressivamente na alternativa, votar expressivamente numa política de esquerda. Só assim se derrotará, simultaneamente, o PSD e a política de direita.

É preciso, por isso e para isso, que o voto numa política de esquerda ganhe maior expressão.

É necessário e possível demonstrar a significativos segmentos do eleitorado que quanto maior fôr a votação no PCP — partida da alternativa, grande partido da Esquerda — mais fácil e rápida será a concretização de uma política de esquerda no nosso país.

É este o grande desafio que se nos coloca.

Desafio que aceitamos e que esperamos vencer.



■ JOSÉ CASANOVA

Membro da Comissão Política

Uma questão importa desde já sublinhar: derrotar esta política não passa apenas pela derrota do PSD. Mostra-o a realidade nacional e confirma-o a situação existente noutros países da Europa, onde nada distingue as políticas levadas à prática por partidos da direita daquelas que são conduzidas por partidos sociais-democratas ou socialistas.



Onde pára a polícia?

O Governo PSD e a insegurança dos cidadãos

■ António Filipe

A situação de insegurança e intranquilidade em que vivem as populações das áreas metropolitanas não deixa margem para quaisquer dúvidas quanto ao fracasso em que se traduz a política de Administração Interna do Governo PSD e em particular a tão propagandeada reestruturação das forças de segurança.

As estatísticas da Justiça, os Relatórios sobre Segurança Interna e as estimativas oficialmente assumidas sobre o consumo e o tráfico de drogas são, a esse respeito, esclarecedoras. Tem aumentado a criminalidade violenta, a delinquência juvenil, o tráfico de drogas. A droga é a segunda causa de morte de jovens, a seguir aos acidentes de viação. Não há dia que passe sem que a droga faça uma vítima mortal.

Estes factos estão, estatisticamente comprovados. Mas, com, mais veemência do que as estatísticas, falam as pessoas, os dramas pessoais, a situação destruída de muitas famílias. A criminalidade, a delinquência urbana e o tráfico de drogas alastram impunemente. Muitos cidadãos refugiam-se em casa, perdem hábitos de convívio, de sociabilidade e mesmo de participação cívica. A segurança urbana é hoje, mais do que nunca, uma preocupação das populações. Mas mais do que isso, tornou-se também uma reivindicação que mobiliza crescentemente os cidadãos.

É uma evidência que a delinquência, a marginalidade e o tráfico têm causas sociais profundas, que só encontram respostas no plano da luta por uma sociedade mais justa e por uma nova política económica, social e cultural. Mas não é menos evidente que, no presente, o combate ao consumo e ao tráfico de drogas tem de passar também pela adopção de medidas sérias e coerentes de prevenção, de tratamento e de reinserção social de toxicodependentes, e que a dissuasão da delinquência tem de passar também por uma política de segurança interna, em que a acção e a presença das forças de segurança junto das populações não pode deixar de assumir um papel de grande importância. A segurança dos cidadãos não é só uma questão de polícia, mas é também uma questão de polícia. Sem dúvida de mais polícia, mas também de melhor polícia.

Manifestar preocupação com a situação de insegurança dos cidadãos, com a gravidade da dimensão que o tráfico e o consumo de drogas assumem, com a ausência de uma política determinada de combate à droga e com as carências gritantes de policiamento das áreas metropolitanas, não é uma posição injustificada ou alarmista.

Não é preciso invocar as situações dramáticas dos chamados hipermercados da droga como o Casal Ventoso ou a Pedreira dos Húngaros. Basta conhecer a situação de Camarate, onde cada escola é devassada dezenas de vezes por ano, a situação da Baixa da Banheira ou do Vale da Amoreira, da Venda Nova, da Brandoa, de Sesimbra ou de Queluz, para citar só alguns casos da área metropolitana de Lisboa, para compreender a plena justificação das preocupações que manifestamos e a justeza das reivindicações das populações destas áreas quanto à sua própria segurança.

O fracasso das «superesquadrões»

A situação das áreas metropolitanas é hoje o retrato fiel da ausência de uma política séria e determinada de combate à droga, bem como do fracasso e do embuste em que se traduz a reestruturação das forças de segurança que o Governo tem levado a cabo. Embuste, porque, apesar dos retumbantes anúncios de mais polícias na rua, os cidadãos sabem que não há mais polícias na rua e que a gritante carência de meios das forças de segurança para o policiamento urbano continua, sem que se vejam perspectivas de alteração. Fracasso, porque o tempo decorrido de reestruturação já permitiu verificar que é um erro crasso fechar esqua-

dras, em que as populações se apoiavam e que funcionavam como garantes locais de tranquilidade e de dissuasão da delinquência, trocando-a por superesquadrões concentradas, longe das populações e longe da criminalidade. Já não bastava às forças de segurança a falta de meios e a ausência de condições mínimas para um funcionamento eficiente, só faltava uma política de administração interna que, para além de manter as carências, aplica mal os meios e recursos disponíveis.

A política de superesquadrões que o Governo está a pôr em prática, com sacrifício de esquadrões e postos de menor dimensão é uma opção desastrosa que os cidadãos estão já a pagar com a sua própria segurança. É que entretanto, o Governo não assegura meios adequados ao funcionamento das esquadrões existentes. Não constrói, por exemplo, a esquadra da Brandoa que foi criada em «Diário da República» há vários anos e nunca passou do papel, como não constrói a esquadra de Camarate que está há três anos em PIDDAC sem que tenha sido lançada sequer a primeira pedra (talvez seja agora, em ano de eleições). Importante seria,



pois, construir novas esquadrões da PSP e quartéis da GNR onde eles se revelam mais necessários, dotar as forças de segurança com meios e condições dignas para o cumprimento das suas missões e assegurar de facto a sua presença onde ela é indispensável, junto dos cidadãos, convivendo com os seus problemas e contribuindo para a sua segurança e tranquilidade.

Demagogia no combate à droga

As intervenções mais recentes de membros do Governo em matéria de combate à droga, não são mais do que a transposição para este domínio da defunta teoria do oásis ou da já desacreditada teoria da retoma. O próprio Primeiro-Ministro não teve pudor em anunciar recentemente uma redução do consumo de drogas que todos os dados conhecidos desmentem e de prometer para o futuro novas acções. Tudo para esconder a evidência de que os meios de prevenção e combate à droga disponibilizados pelo Governo são notoriamente insuficientes, deficientemente articulados e decorrem de opções políticas, em muitos casos, incorrectas. É chocante verificar que em todo o país o Estado dispõe apenas de 50 camas para internamento prolongado de toxicodependentes e que seis distritos continuam sem qualquer centro de atendimento. E não é aceitável que, em vez de investir na criação de uma rede nacional, pública, geral e gratuita, para atendimento e tratamento de toxicodependentes, tal como o PCP propõe, o Governo opte por disponibilizar avultadas verbas do Joker exclusivamente para o apoio a entidades privadas, alienando as suas próprias responsabilidades.

Desde que o PSD é Governo que não temos visto outra coisa em matéria de combate à droga que não seja o anúncio de novidades. Desde o Primeiro-Ministro até ao ministro Marques Mendes, passando pelos ministros da Saúde, da Justiça e da Administração Interna, todos concorrem entre si na apresentação de novi-

dades nesta área. Primeiro, foi a criação do Projecto VIDA, depois foi a reformulação do Projecto VIDA e a nomeação do respectivo Coordenador. Depois foi a demissão do Coordenador e a nomeação do Alto Comissário. É sistematicamente o anúncio de novos programas para substituir idênticos programas já velhos. São protocolos sobre protocolos, são leis orgânicas que multiplicam chefias. São promessas incumpridas e é agora, a ameaça de uma medida concreta que é a desarticulação do CAT do Restelo.

Já era tempo de o Governo deixar de se limitar aos apelos à responsabilização da «sociedade civil» e assumir de uma vez por todas as suas próprias e pesadas responsabilidades. Porque é o Governo PSD que tem de assumir a responsabilidade pelo atraso gritante na resposta ao agravamento sistemático do consumo e tráfico de droga, ao não pôr em prática uma política coerente de prevenção da toxicodependência que vá para além do esforço propagandístico.

O PSD recusou já por duas vezes na Assembleia da República um Projecto de Lei apresentado pelo PCP propondo a adopção

de medidas de prevenção do consumo de drogas. Invocou a desnecessidade da sua aprovação face às medidas que o Governo se propunha tomar. O país não dispõe de uma rede pública de tratamento de toxicodependentes e de comunidades terapêuticas que cubram minimamente o território nacional, porém o PSD tem recusado a proposta da sua criação, apresentada pelo PCP, invocando a sua desnecessidade. O PSD recusou a proposta do PCP de levar a cabo uma audição parlamentar sobre a coordenação das forças de segurança no combate ao tráfico de drogas, considerando-a um falso problema. Meses depois, veio o Governo reconhecer o problema e promover

a assinatura de um protocolo de coordenação. Entretanto, ao que se sabe, os problemas subsistem.

Por mais segurança e menos repressão

No domínio da segurança das populações, o actual ministro da Administração Interna reconhece agora que o PSD, há tantos anos no Governo, deixou a degradação das instalações e equipamentos das forças de segurança chegar a um ponto inconcebível, inviabilizador do cumprimento das suas missões mais elementares. Mas se o Governo chegou a essa conclusão, quando a situação é tão evidente que não se pode esconder, não retirou daí as devidas ilações. As forças de segurança continuam a ser negados os meios para garantir a segurança das pessoas e bens. Continua a ser adiada a construção de instalações de prioridade e necessidade reconhecidas. No entanto, o Governo reforça o investimento nos meios repressivos e nos instrumentos de intimidação e de vigilância ilegal sobre os cidadãos.

O Grupo Parlamentar do PCP lançou há dias publicamente um repto ao Governo: que de imediato seja estudada e decidida a transferência de parte significativa dos efectivos das forças policiais, afectos exclusivamente a missões de intervenção em ordem pública, para missões de segurança e tranquilidade das populações.

É absolutamente inaceitável que enquanto a criminalidade alastra nas ruas vitimando as populações, existam largas centenas de agentes policiais sem outra função atribuída que não seja a de estarem prontos para reprimir as lutas sociais contra a política do Governo. Os cidadãos portugueses não precisam de centenas de homens fechados nos quartéis à espera das ordens do Governo para reprimir trabalhadores, agricultores ou estudantes que se manifestem em defesa dos seus legítimos direitos. Os cidadãos pagam a polícia com os seus impostos para que esta cumpra a função de garantir os seus direitos e a sua segurança. É isso que se exige ao Governo que garanta.

Quadros técnicos e sector público

A incorporação crescente da ciência e da tecnologia no processo produtivo confere cada vez mais importância à camada social constituída pelos quadros técnicos, nomeadamente nas empresas que têm constituído o Sector Empresarial do Estado.

Surgem no entanto, entre eles, contradições mais acentuadas do que noutras camadas de trabalhadores. Por um lado, a sua crescente proletarização como criadores directos de mais-valia aproxima-os objectivamente dos demais trabalhadores produtivos. Por outro lado, a possibilidade de acesso a postos de direcção e de gestão propicia o seu aliciamento pelo grande capital mediante excepcionais e diversificadas regalias, o que objectivamente os aproxima aos interesses do grande capital e do patronato.

A consciencialização difusa destas contradições explica alguma indecisão e desmobilização na luta em defesa dos seus próprios interesses e por uma sociedade mais justa.

O notório descalabro económico e social gerado pelo triunfo pretensamente definitivo do capitalismo está a confirmar que o motor da luta revolucionária pela sua superação continua sendo a classe operária, mesmo tendo em conta as suas transformações.

No entanto, os quadros técnicos comunistas podem e devem dar importante contributo em dois aspectos essenciais: a afirmação do PCP como partido que defende os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores e perspectiva a construção duma sociedade socialista; a adequação e luta do Partido às adversas condições actuais de domínio do grande capital internacional no qual rapidamente se integram os grupos capitalistas em avançada fase de reconstituição.

Estas condições adversas não escondem, no entanto, um já visível desgaste quer a nível nacional, quer internacional, das teorias neo-liberais, bem como a constatação da necessidade do retorno da intervenção do Estado na economia.

A participação dos quadros técnicos pode ser um suporte valioso nas lutas que se avizinham em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos próprios quadros técnicos e dos interesses nacionais, face às reestruturações das empresas, à sua destruição como empresas públicas e ao perigo de sectores produtivos importantes virem a ser dominados pelo capital internacional.

A participação activa dos quadros técnicos é de grande importância em áreas como: impacto da Revolução Científica e Técnica na organização do trabalho, métodos de gestão, reestruturação das empresas, aspectos técnicos e científicos, relacionamento entre empresas e instituições de I&DE; impacto da integração na UE, do aprofundamento do Mercado Interno e da internacionalização da economia nos moldes da economia capitalista, tendo em conta as consequências para a economia e desenvolvimento sustentado do país e as consequências relativas às condições materiais e sociais dos trabalhadores e dos próprios quadros técnicos.

Dada a realidade da integração na UE, mais se impõe garantir: o aumento da produtividade mas não em exclusivo proveito do capital; a melhoria da qualidade de serviço como característica a preservar de «serviço público» nas actuais empresas públicas ou delas resultantes; estratégias a desenvolver que dêem grande peso à defesa do meio ambiente e economia de recursos naturais.

Também os quadros técnicos estão em posição privilegiada para definir meios de compatibilizar a aplicação de novas tecnologias e métodos de gestão eventualmente mais flexíveis e mais ágeis com os princípios fundamentais de garantia dos direitos dos trabalhadores e dos interesses e real independência nacionais no contexto da UE.

Podem ainda colaborar em acções de organizações de trabalhadores a nível da UE em defesa dos seus direitos e condições de trabalho.

Torna-se portanto indispensável mobilizar esta camada de trabalhadores e encontrar, com imaginação, formas organizativas que enquadrem o seu trabalho nas acções gerais do Partido para uma nova política para o país que ponha cobro à acção devastadora dos governos PSD.

■ **António Pimentel**
engenheiro,
membro do Executivo
do Sector Público da ORL

Encontro Mundial de Solidariedade

• depoimentos de participantes

Concluimos nestas páginas do "Avante!" a publicação de depoimentos de participantes portugueses no Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba, de que demos notícia alargada no número anterior.

Nesta nossa edição incluem-se os depoimentos de Manuel Lopes, dirigente da CGTP-IN, Rui

Godinho, vereador do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, e Alexandre Araújo, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

O nosso destaque vai para o depoimento de Carlos Costa, da Comissão Central de Controlo do CC, que representou o Partido Comunista Português no Encontro de Havana.

Não teria sido possível à Revolução resistir sem o apoio da juventude

- sublinha Alexandre Araújo

Foi agora por ocasião do Encontro Mundial de Solidariedade que visitei Cuba pela primeira vez. O tempo foi pouco. Ainda assim foi possível contactar com muitos jovens cubanos e de outros países da América Latina que participaram no Encontro e para quem Cuba surge como um exemplo, um incentivo, na luta pelo progresso e pela libertação dos seus povos do imperialismo norte-americano.

O Povo e a Juventude cubana enfrentam hoje grandes dificuldades, devido ao bloqueio imposto pelos EUA há já 35 anos e que se agravaram devido ao intensificar do bloqueio e à queda do socialismo no Leste europeu. O Governo tem vindo a tomar medidas para procurar resolver algumas das carências que atingem a ilha. Na discussão dessas medidas fomenta-se a participação popular. As organizações de massas e o Povo participam na discussão e na aplicação dessas medidas por isso as aceitam, as defendem e as aplicam.

A Revolução Cubana está perto do seu 35.º aniversário. Cerca de metade da população de Cuba tem menos dessa idade. São jovens que não viveram a Revolução, nem o período que a antecedeu. Ainda assim é também a sua Revolução e participam na sua defesa. Não teria aliás sido possível à Revolução Cubana resistir durante 35 anos, 5 dos quais no período especial sem esse apoio. Apesar disso muitas das conquistas da Revolução, como o direito ao ensino gratuito, são hoje entendidas pelos jovens como direitos adquiridos e a União dos Jovens Comunistas de Cuba tem entre as suas prioridades o aumento da discussão entre a Juventude das medidas que têm vindo a ser tomadas e da importância da defesa da Revolução.

A Juventude e o Povo cubanos estão conscientes dos grandes avanços conquistados, no campo da saúde, da educação e por isso mesmo empenham-se no desenvolvimento do País e na defesa da sua soberania nacional, da sua Revolução e do caminho para o socialismo que escolheram.

As pessoas têm uma grande consciência da independência nacional

- diz Manuel Lopes

O que mais ressalta no contacto com o povo cubano é a sua grande determinação em lutar pela autonomia, pela independência de Cuba.

Naturalmente a situação actual gera internamente um conjunto de problemas, mas para além dos problemas, as pessoas são altivas, e têm uma grande consciência da independência nacional — e esse é um facto importante.

Com um bloqueio que dura há mais de 30 anos, Cuba precisa efectivamente da solidariedade. Este o elemento fundamental que uniu os mais de 3000 delegados desta Conferência, que proclamam o direito dos povos a escolher o seu próprio destino. E é isso que está em causa.

Há resoluções da ONU nesse sentido. Há resoluções recentes do Parlamento Europeu e mesmo do Parlamento português. Penso que é importante continuar a campanha — que começa já a fazer-se sentir nos Estados Unidos.

O simples facto de pessoas como Jimmy Carter — figura importante na política externa dos Estados Unidos — terem já admitido o fim ao bloqueio, é de assinalar.

Não pode parar a acção da solidariedade internacional no sentido de pressionar os Estados, e principalmente os Estados Unidos,

para que a actual situação se altere. Será então possível viver em condições diferentes, e ter uma economia mais dinâmica, uma economia melhor.

Todas as intervenções na Conferência foram, a seu modo, importantes e uma afirmação de grande solidariedade. É significativo o facto de Fidel Castro ter estado presente e acompanhado com o máximo interesse a Conferência ao longo dos quatro dias.

Eu creio que quem presta solidariedade não pode colocar condições. Essa foi uma tônica extremamente importante — "Estamos aqui, estamos solidários, vocês é que têm de escolher o caminho por onde querem andar".

Uma outra coisa que gostaria de acrescentar — Cuba é hoje extremamente importante para toda a América Latina. Isso sentia-se na Conferência. As delegações da América Latina eram as mais numerosas. Cuba é como que um estímulo para uma luta extremamente difícil que os povos prosseguem numa zona que os Estados Unidos não deixam de considerar como "quintal". Uma situação a que eles querem naturalmente pôr termo. É isso que está em causa. No fundo, a libertação dos povos, o problema da justiça social, o problema da independência nacional.

lial le com Cuba

O bloqueio económico é uma total aberração

- afirma Rui Godinho

O recente Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba, que teve lugar em Havana, mostrou uma vez mais, a quem nele participou ou a ele se associou, a total aberração que constitui a manutenção do bloqueio económico imposto pelos EUA.

Ai se viu e se sentiu de forma vibrante, serena e firme a solidariedade de representantes de 109 países de todos os continentes — incluindo Portugal —, manifestada por razões políticas, afectivas, morais ou simplesmente pessoais, a um País e a um Povo que resistem com uma dignidade, uma coragem e uma altivez, que só os que traçam e constroem os seus destinos com as suas próprias mãos são capazes de assumir.

O bloqueio a Cuba viola os mais elementares direitos humanos e as regras fundamentais do Direito Internacional e do relacionamento pacífico entre Estados e povos soberanos.

É porque é disso que se trata. O Povo Cubano é um povo soberano a quem foi restituída a dignidade de ser ele mesmo e de ter adquirido, com a Revolução, o inquestionável direito de trilhar os caminhos que bem entender.

Os que, como nós, estiveram em Havana no Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba, obviamente que não foram dar conselhos, propor ou sugerir aos cubanos os caminhos que devem seguir. Eles e os seus dirigentes sabem-no bem e demonstram-no há 35 anos.

Os que aí estiveram, fizeram-no por um indeclinável dever de solidariedade e por respeito pelas opções de Cuba. O protesto pela manutenção do bloqueio e a imensa onda de solidariedade que esteve em Havana, reunindo, segundo Fidel, o que de melhor há no mundo em matéria de valores humanistas e de luta pelos direitos e pelo progresso dos povos, revela o que pensam e sentem milhões de pessoas em todo o Mundo face ao processo cubano.

Os efeitos do bloqueio, agravados com o desaparecimento dos países socialistas da Europa e conseqüente alteração das relações económicas com Cuba, estão patentes em Havana e na sua população e foram abertamente analisados no Encontro por altos dirigentes do Estado Cubano.

Apesar disso e das grandes dificuldades que representam convivemos com um povo que olha a vida de frente, com uma enorme verticalidade e sem dar o ar de quem carrega às costas todos os problemas do Mundo.

Não é admissível que um País, os EUA, onde se acentuam dia-a-dia as desigualdades sociais e os processos de exclusão social (30% dos americanos, segundo dados recentes, estão excluídos de qualquer esquema de segurança social), insista em querer impor pela força, pela asfixia económica, pela fome, os seus modelos político e económico, quando sabe que não é essa a vontade dos povos que procura dominar.

É necessário que a solidariedade e o protesto contra o bloqueio prossigam e se ampliem por forma a que sejam respeitados os direitos do povo cubano a construir, como entender, o seu destino, sem ameaças, sem garrotes permanentes sobre a sua cabeça, num quadro de pacíficas e vantajosas relações entre povos e Estados independentes e soberanos.



Cuba resistirá e permanecerá independente e socialista

- afirma Carlos Costa

O Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba foi a expressão da existência de um vasto e muito diversificado movimento, à escala mundial, de condenação do criminoso bloqueio dos Estados Unidos a Cuba independente e socialista. Criminoso bloqueio que, nas condições de desaparecimento da União Soviética e de outros países socialistas europeus, representou uma diminuição de 70% das importações, com as respectivas conseqüências no consumo da população e nas possibilidades de produção.

Este Encontro dará, por sua vez, uma nova dinâmica e combatividade ao belo movimento de solidariedade humana que ali sentimos vibrar intensamente, naqueles dias.

Porquê este tão amplo movimento de solidariedade com a Revolução cubana?

Porque a independência e a soberania nacionais ligadas à emancipação social são, desde há muito, as maiores aspirações dos povos da América Latina (e do Mundo), contra a ingerência, o aviltamento e a exploração dos povos pelo imperialismo americano.

Cuba ousou fazer frente ao novo império e decidir do seu próprio destino, que escolheu ser a luta pelo ideal de pôr fim à exploração do homem pelo homem.

E a partir do triunfo da sua Revolução, Cuba passou a ser um pólo de irradiação de uma espantosa acção de solidariedade a muitos outros povos no terreno da luta revolucionária, militar, da saúde, da educação, do desporto, etc., etc. Isto, apesar das próprias dificuldades e das suas limitadas forças, pois Cuba revolucionária considerou sempre a solidariedade e o internacionalismo como um princípio sagrado.

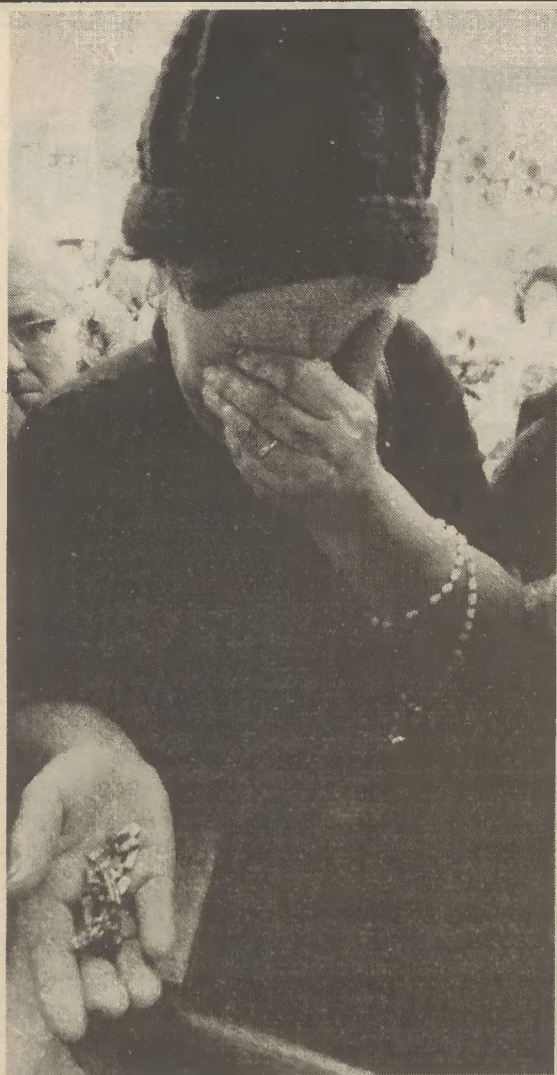
Cuba é hoje exemplo e esperança viva para os povos ocidentais, depois dos erros, ingerências e traições que levaram à derrocada do socialismo na ex-União Soviética e nos países do leste europeu.

Actualmente, diminuir as conseqüências do bloqueio e pôr-lhe fim, defender as conquistas sociais e políticas da revolução são objectivos centrais do Partido Comunista de Cuba e do Estado cubano, e são também as aspirações mais profundas e sentidas da população. Por isso, os trabalhadores cubanos e a generalidade do povo cerram fileiras num apoio combativo e inquebrantável à sua Revolução, garantia da independência nacional e do caminho para o socialismo.

Cuba resistirá e permanecerá independente e socialista.



O bloqueio norte-americano a Cuba tem graves conseqüências na vida quotidiana dos cubanos, provocando múltiplas faltas, mesmo de produtos básicos. A solidariedade e o esforço na produção são as respostas imediatas possíveis à criminosa política dos EUA



Contradições doutrinárias e Mundo do Trabalho

Há coincidências verdadeiramente curiosas. Quando nos preparávamos, esta semana, para solicitar a atenção do leitor para os temas centrais da doutrina social católica — nomeadamente as posições da Igreja sobre a luta de classes e a sua proposta de reconciliação — abrimos, ao acaso, as páginas do «Correio da Manhã» e lá deparamos, nos fundos de uma coluna sem tratamento especial, com uma notícia intitulada «Igreja aceita conflito como situação normal».

O texto descrevia passos da sessão de encerramento da «II Semana Social», da iniciativa da Conferência Episcopal Portuguesa. E transcrevia parte das declarações públicas de D. António Marcelino, Bispo de Aveiro e membro do Conselho Permanente da CEP: «Temos de aceitar o conflito como uma situação normal da vida cristã. Resistimos à tentação de unir os contrários... O sistema hiperliberal funciona hoje segundo uma lógica autista, alheio a qualquer finalidade que não seja da competitividade máxima. A exclusão não é nova, novo é o contraste entre as capacidades inimagináveis da produção de riquezas e as inimagináveis injustiças da sua distribuição».

As palavras do bispo estavam referidas, na altura em que as pronunciou, à Família, como núcleo social, e não directamente ao mundo do trabalho. Mas todos sabemos que, nas sociedades modernas, não há lugar para compartimentos estanques. Aliás, os bispos bem sabem que as suas palavras públicas fazem doutrina e que esta nunca é estritamente pontual. De entre os actuais bispos portugueses, D. António Marcelino será, eventualmente, aquele que em mais alto nível possui a consciência do carácter universal e responsável da doutrina social da Igreja.

Mudaram, de facto, os bispos portugueses de ideias e comportamentos acerca das lutas de classe dos trabalhadores e quanto às consequências benéficas que se deveriam esperar da «solidariedade» dos países ricos ou do «desenvolvimento» produzido pelo capitalismo liberal?

A ver vamos. A prática o dirá.

■ Jorge André

Três questões sobre a Comuni

Foi-me sugerido que neste nosso encontro abordasse o que constitui, sem dúvida, um dos temas cruciais da actualidade política e social: a questão da Comunicação Social. Mais em concreto, foi-me sugerido que, delimitando utilmente um tão vasto assunto, nos centrássemos sobre a questão da concentração da posse e propriedade dos grandes meios de Comunicação e dos reflexos desse processo no quadro democrático das sociedades europeias.

Gostaria contudo de dizer — e isto decorrerá talvez de tentar aqui introduzir a perspectiva também de um profissional — que considero que o problema da concentração e da posse material dos meios de Comunicação Social, tendendo a ser considerado como o Alfa e Ómega dos problemas do sector, tem talvez contribuído para atrasar a consideração de outros aspectos igualmente gravosos da problemática da Comunicação de Massas nas sociedades contemporâneas.

O problema da concentração dos meios de Comunicação Social é, antes de tudo o mais, um problema do sistema, mais concretamente, do sistema capitalista. É mais um dos aspectos a incluir no debate sobre a organização da sociedade e o papel nela do Estado.

A verdade é que confluem para este processo de concentração factores subjectivos e objectivos, entre os quais, como sempre, estes últimos são determinantes.

É óbvio que, em abstracto, qualquer classe social, força política ou interesse económico visando exercer ou influenciar o poder está interessado no controlo da Comunicação Social e que este controlo possa ser tão vasto quando possível.

Mas tal desejo não seria seguramente suficiente se as próprias características objectivas, as componentes tecnológicas e económicas da Comunicação Social, não favorecessem, inevitavelmente, essa concentração no quadro de um sistema que a impõe a toda a actividade económica.

Quando falamos, em termos europeus, da concentração da posse dos meios de Comunicação Social, referimo-nos ao facto dessa concentração se fazer na mão dos grandes grupos capitalistas, nacionais ou transnacionais. Ora, a razão por que tal concentração se faz neste sector é idêntica à que preside a outros: as necessidades de investimento em equipamento e pessoal nos meios de comunicação contemporâneos são de tal dimensão que geram situações em que quase exclusivamente o grande capital dispõe de condições económicas e financeiras para lhes corresponder.

E é esta a razão por que esse mesmo grande capital pode, a jusante da posse dos meios e no quadro do mercado da informação, impor normas que o beneficiam e estrangulam inevitavelmente os meios de Comunicação Social que não dispõem do mesmo suporte económico.

Poder-se-á ir mesmo um pouco mais longe e verificar que, de um ponto de vista de sistema, o interesse económico da Comunicação Social tende até a ser indirecto, ou seja, poucas vezes um órgão de Comunicação Social é economicamente um bom investimento em si, frequentemente nem sequer é directamente rentável para o seu proprietário. Acontece sim que ou lhe é possível extrair economias e rentabilizações de escala pela multiplicação e articulação de órgãos diversos e até de índole diversa (os grupos multi-media), ou então a rentabilidade é obtida indirectamente, seja através de processos no quadro da publicidade e da promoção de produtos comerciais, seja pelo uso da Comunicação Social na estratégia global económica e política do grupo onde a contabilização dos seus custos adquire, naturalmente, um perfil diverso.

No referente à questão da concentração, encontramos assim essencialmente perante um problema de ordem política, de intervenção política de alteração, rectificação e regulamentação do sistema — para não dizer substituição.

Esta intervenção não pode ser feita sem que o Estado seja chamado a desempenhar um papel de garante democrático. A Comunicação Social constitui, a meu ver, exactamente um dos campos em que melhor se demonstra a total falácia do ataque generalizado que a ideologia liberal conduziu nas últimas décadas associando «menos Estado a mais democracia». A realidade demonstra com toda a clareza que deixar a sociedade à lógica pura e simples dos mecanismos de mercado não tende a assegurar o pluralismo, a abertura intelectual, científica e artística, a democracia em suma, mas, pelo contrário, conduz à concentração e ao monolitismo informativo.

Entre a governamentalização e a manipulação de sectores públicos da Comunicação Social que igualmente conhecemos e o demissionismo advogado pela vaga liberal, há que definir os instrumentos regulamentadores que visem disciplinar o proces-

so económico tendente à concentração e encontrar as formas de apoio em que o Estado assumira a responsabilidade colectiva de proporcionar ao curso das ideias e da informação caminhos que não sejam exclusivamente pautados e condicionados pela lógica económica da rentabilização capitalista.

Efeitos da Televisão

Não me parece, contudo, que constitua para qualquer de nós uma novidade o que atrás ficou dito! Em cada caso, em cada País, as soluções poderão configurar-se diferentemente, ao nível europeu poder-se-á — e dever-se-á — encontrar perspectivas comuns para este problema. Mas o essencial está definido, o problema acaba a ser tão só o de dispor de força política para implementar medidas e princípios que a própria realidade se encarrega de tornar quase consensuais.

Mas, julgo determinante que este problema fulcral da concentração da posse dos grandes meios de Comunicação Social



não nos faça perder de vista outras mutações e problemas que igualmente requerem atenção e intervenção.

No escasso tempo de que disponho, gostaria de sublinhar apenas dois que, até pelo facto de travarmos um debate a uma instância eminentemente política, se configuram de particular importância.

Uma primeira questão relaciona-se com a necessidade de um aprofundamento da investigação na Europa dos resultados da generalizada exposição à Televisão e à tendencial hegemonização por ela exercida não exclusivamente do ponto de vista do conteúdo que os actuais canais de televisão veiculam, mas

■ Ruben de Carvalho

ação Social hoje

também dos próprios resultados de fundo para as populações.

Aprofunda-se hoje nos Estados Unidos, que conhecem a generalização do fenómeno televisivo com duas décadas de avanço sobre a Europa, o estudo do que a *mass communication research* chamou de **efeitos cognitivos da televisão**.

Segundo numerosos investigadores, a transformação da televisão no *media* determinante de mediação entre o cidadão e a realidade tende não apenas a colocar poderosos meios ao serviço da veiculação de ideias ou da manipulação informativa, mas também a **modificar o próprio processo de acesso ao conhecimento**.

Substituindo progressivamente e condicionando metodologicamente os processos tradicionais de transmissão de conhecimento — a oralidade e a palavra escrita — o discurso televisivo

mento e de o enquadrar. O isolamento do acontecimento dificulta a sua compreensão e ao dificultar a sua compreensão gera um sentimento de impotência face a ele próximo do estado de anomia que Durkheim receava ao evoluir das sociedades ocidentais.

O problema do aprofundamento do uso da linguagem televisiva em todas as suas vertentes constitui, a meu ver, um elemento básico da capacidade de dominarmos num futuro próximo

voltamos à questão do sistema — pautada essencialmente por lógicas de mercado e de eficácia económica.

É um problema de responsabilidade política colectiva, bem dentro da área dos problemas que aqui temos vindo a debater.

Imprensa de informação

Finalmente, se me permitem, da multidão de problemas que o tema suscita, gostaria de sublinhar um outro, este mais perto do nosso trabalho, da acção política e quotidiana dos nossos Partidos e organizações na área da Comunicação Social.

Pelas próprias condicionantes de ordem económica já tão abundantemente aqui referidas, é essencialmente — ou mesmo quase exclusivamente — através da Imprensa que a nossa opinião se manifesta de forma autónoma e clara.

Os nossos jornais integram-se assim no conjunto da Imprensa de cada país, não podendo, naturalmente, escapar também à influência que sobre todos faz sentir a concorrência com os outros *media*, e com a televisão em particular.

Esta concorrência tem determinado mutações importantes em toda a imprensa, mas permitia-me sugerir que de nós se exige uma dupla atenção sobre tais mutações: na verdade, interessa-nos saber se as respostas da imprensa em geral à pressão televisiva contêm elementos positivamente rectificadores dos traços mais negativos da influência daquela ou se, pelo contrário, acabam a ser uma potenciação de linguagens e métodos, para além de ideias e informações e desinformações.

Mas, para além disto, interessa-nos igualmente verificar se tais soluções correspondem às específicas necessidades de quem, como nós, trava uma batalha em condições de terrível desigualdade de meios.

Muito particularmente, gostaria de chamar a atenção para o que me parece ser uma tendência generalizada na imprensa europeia do acentuar de uma clivagem entre uma imprensa altamente politizada, que faz da actividade política e dos seus incidentes o quase exclusivo conteúdo das suas páginas e, por outro lado, o desenvolvimento e alargamento da *yellow press*, da imprensa sensacionalista que me excuso de adjectivar.

Esta dicotomia corresponde, quanto a mim, ao crescente desaparecimento daquilo que há poucas décadas designávamos por «imprensa de informação geral», o tipo de jornal de grande informação que abarcava nas suas páginas a actividade política e o *fait divers* quotidiano, constituindo assim não apenas um órgão de informação mas também um facto estruturante e capilar da própria realidade social.

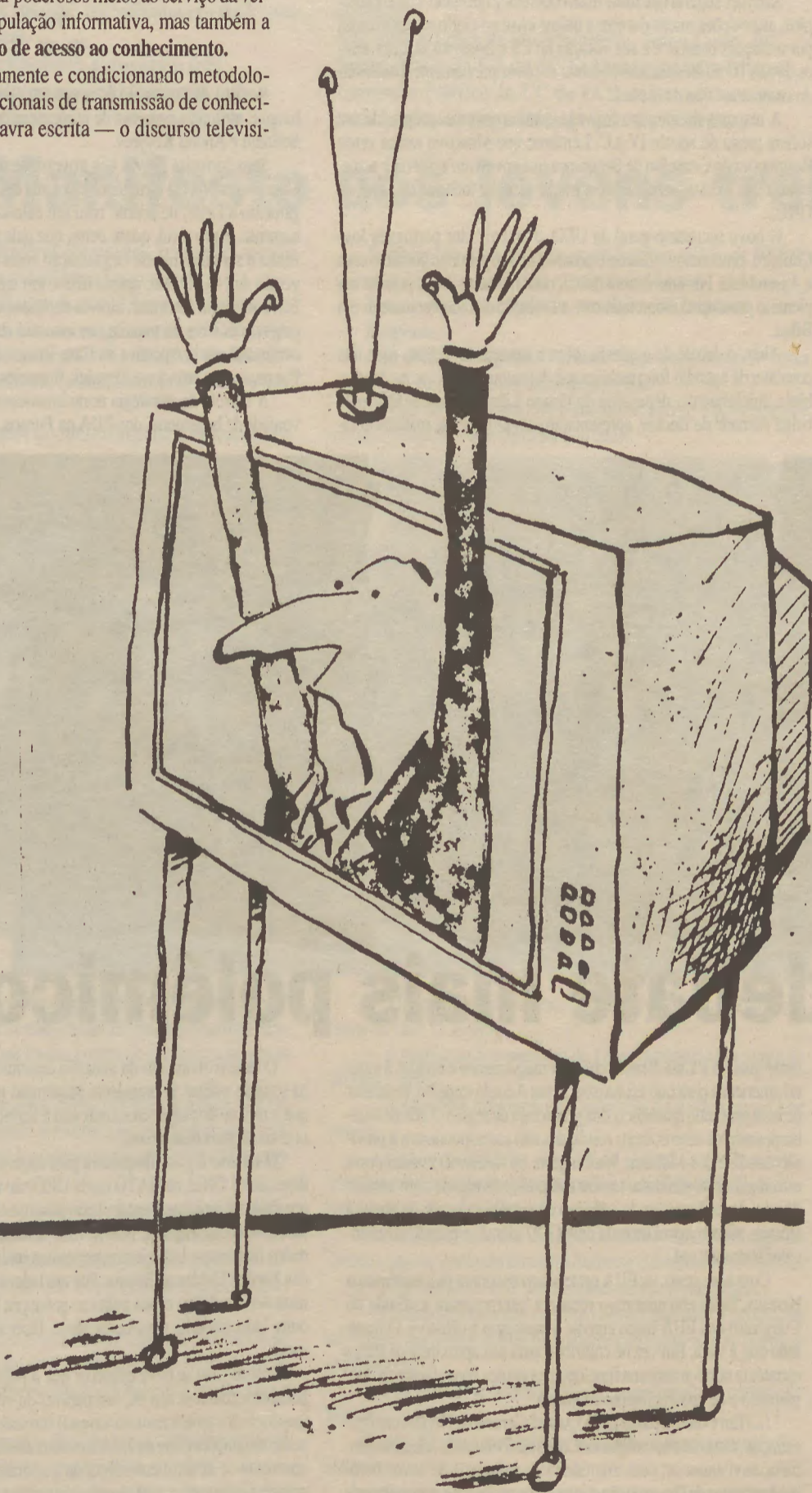
A pressão noticiosa-factual das televisões — e também das rádios — tem conduzido a imprensa de maiores exigências éticas a politizar-se crescentemente e a dedicar um crescente espaço ao noticiário desenvolvido e comentado da vida na área do poder. Se tal facto é compreensível, taz consigo o perverso resultado de deixar à *yellow press* o quotidiano, a vida de todos os dias do cidadão comum.

Este facto comporta em si o perigo de aumentar a capacidade de penetração de tal imprensa, desde sempre um elemento politicamente perigoso, pela correspondência nas suas páginas a uma vida de todos os dias que o cidadão comum vê desaparecer das páginas da restante imprensa que se deixa envolver numa linguagem codificada, acentuando ainda a sua integração estreita no círculo do exercício do poder, não como elemento vigilante e divulgador, mas como parte integrante e funcional.

Por contraditório que possa parecer, penso que à nossa imprensa, uma imprensa cujo empenho político é básico e assumido, se coloca exactamente a responsabilidade de um regresso ao quotidiano, um regresso ao enquadramento político e humano de um quotidiano e a um enquadramento quotidiano da política.

E esse é, sem dúvida, um terreno onde nos encontramos bem à vontade, nós os jornalistas, nós os homens e mulheres de esquerda, nós os comunistas: é que para todos nós — o homem é o mais importante.

(Intervenção do camarada Ruben de Carvalho, membro do Conselho Nacional do CC e chefe de Redacção do «Avante!», no debate promovido pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, em Lisboa, nos dias 5, 6 e 7 de Dezembro)



vo tende a modificar a apreensão *processual* da realidade substituindo por uma aproximação *fragmentada, cumulativa, não relacionada* e tendencialmente caótica e inexplicável.

A formação de um processo de apreensão de conhecimentos condicionado pela linguagem televisiva tende a alterar a consciência da evolução dos acontecimentos no tempo e, em consequência, o seu próprio nexos causal, deixando o público informado factualmente, mas confuso quanto aos significados e nexos dos factos ou acontecimentos.

A própria rapidez informativa traduzida positivamente pelos novos *media* amplia a dificuldade de situar o aconteci-

mo o que possam ser as consequências da generalização do mais poderoso *media* até hoje criado pelo homem. Há um evidente desequilíbrio — nomeadamente na Europa — entre o aprofundamento tecnológico e de aprendizagem e manipulação técnica do equipamento de informação e a investigação e reflexão teórica das linguagens, dos códigos e dos seus impactos.

O problema adquire uma tanto maior complexidade quanto decorre da própria lógica de uma linguagem fortíssima, mas cujo desenvolvimento tende a ser feito empiricamente e — lá

Balladur e Kosyrev na tribuna da UEO

■ Miguel Urbano Rodrigues

A 40ª Sessão Ordinária da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental — UEO ficou assinalada em Paris por mais um desfile de estrelas. Duas delas, de primeira grandeza, atraíram muita gente: o francês Balladur e o russo Kosyrev. Os presidentes da Roménia e da Eslovénia, que pertencem a outra constelação, passaram quase despercebidos.

O primeiro-ministro francês, Edouard Balladur, transmitiu alguns recados. O primeiro foi inesperado: informou que a França aproveitará a sua próxima presidência da União Europeia para tentar a dinamização da UEO, que definiu como «peça fundamental» da defesa europeia. «A França — disse — decidiu inscrever a segurança entre as prioridades da sua Presidência.»

Em vários trechos do discurso, Balladur incluiu referências ambíguas à complexa relação com os EUA. «Será preciso — perguntou — que os europeus estejam permanentemente à espera de uma decisão americana para saberem o que podem fazer no terreno da segurança?»

«Urge — afirmou mais adiante — que os europeus possam decidir por si mesmos e agir por conta própria.»

O complemento dessa intervenção salpicada de notas marciais e de desconfiança do aliado americano foi a referência minuciosa aos esforços da França para dar pernas ao Corpo Europeu, lançar as bases de entendimentos com a Espanha e a Itália para a criação de projectos nas áreas militares aérea e terrestre, e para estruturar com o Reino Unido o Grupo aéreo franco-britânico.

Sobre eventuais alargamentos, limitou-se a reafirmar que o da UEO deve ser levado adiante em íntima ligação com a NATO.

Não respondeu a perguntas; estava apressado.

Andrei Kosyrev, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, tentou e conseguiu conquistar os aplausos de uma assembleia na qual a maioria aproveita todas as oportunidades para extravasar os seus sen-

timentos anticomunistas. Mas o seu discurso foi pobre. No fundamental repetiu o que já se sabia sobre a pretensão russa de ver a CSCE assumir um papel mais relevante na organização da segurança europeia. Mostrou simpatia pela UEO e uma desconfiança latente relativamente à NATO.

No decurso do debate com os deputados consultou os assessores (para ganhar tempo) quando lhe pedi que clarificasse as contradições entre os princípios defendidos pela Rússia no tocante a questões fundamentais da sua política externa e o sentido do seu voto no Conselho de Segurança da ONU onde, em vez de sustentar as posições antes assumidas, costuma acompanhar os EUA.

Kosyrev sugeriu que fosse mais concreto. Citei então, como exemplos, as posições russas durante a última crise no Golfo caracterizadas por mutações bruscas e a sua votação no CS a favor dos ataques aéreos da NATO na Bósnia, não obstante se haver previamente manifestado contra esse tipo de acções.

A resposta do ministro foi vaga e inconvincente, própria de um sofista grego do século IV a.C. Lembrou que Moscovo nunca vetou Resoluções do Conselho de Segurança que envolvam a Sérvia e acrescentou que a Rússia espera que o Iraque respeite todas as decisões da ONU...

O novo secretário-geral da UEO, o embaixador português José Cutileiro, pronunciou o discurso possível no seu primeiro contacto com a Assembleia. Foi uma estreia difícil, num momento mau, perante um plenário preocupado sobretudo com a evolução dos acontecimentos em Bihac.

Aliás, o debate de urgência sobre a situação na Bósnia (que não constava da agenda) foi o assunto que dominou o interesse da Assembleia. Inicialmente, deputados do Grupo Liberal, encabeçados pelo belga Armand de Decker, apresentaram um projecto de matizes ultra-

belicistas sugerindo «o envio imediato de uma força europeia de interposição para Bihac». Os autores salientavam que as últimas decisões da NATO prevêm que as forças de acção rápida da Aliança Atlântica sejam colocadas à disposição da UEO quando tal for considerado necessário.

Houve quem chegasse ao extremo de exigir um «ultimato» aos sérvios da Bósnia.

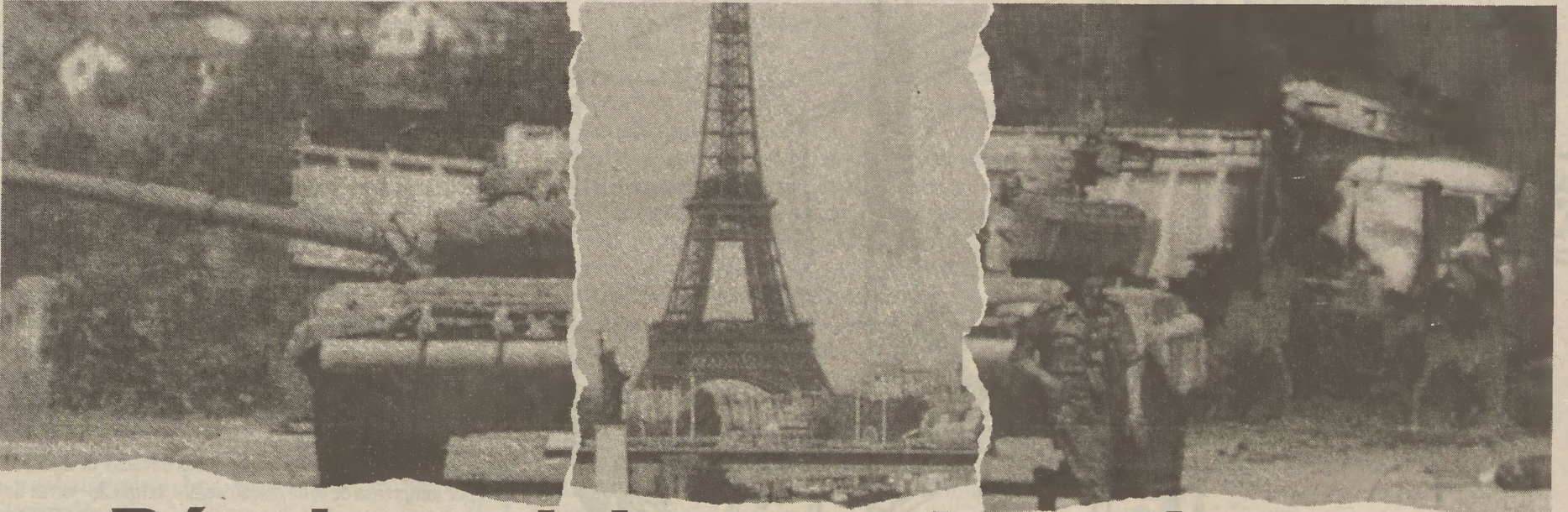
A tendência ultra, porém, não passou na Comissão Política e o plenário acabou por discutir um texto de compromisso que deixa, entretanto, a porta aberta a eventuais intervenções da UEO e (ou) da NATO.

*
* *

No dia 1 de Dezembro ficou patente a pouca importância que Washington atribui às opiniões de esperanças de políticos como Edouard Balladur e Andrei Kosyrev.

Sem consulta prévia aos governos europeus (e menos ainda a Moscovo) a NATO tomou pública a sua decisão de concretizar o alargamento a Leste, de acordo com um calendário a estabelecer oportunamente. É provável, quase certo, que país algum da Europa Oriental venha a ser admitido na Organização antes do final do século. Mas a gestão da NATO tem, apesar disso, um significado transparente. Os EUA quiseram reafirmar, através da Aliança, por eles dominada, que a palavra decisiva no tocante aos assuntos da «Segurança» na Europa continuará, na perspectiva da Casa Branca e do Pentágono, a ser sua. Por muito que isso doa a alemães, franceses e russos.

A derrota da estratégia norte-americana na Bósnia não afectou a vontade de hegemonia dos EUA na Europa.



Bósnia, o debate mais polémico

Publicamos abaixo passagens de intervenção do deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues, na Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental durante o debate de urgência sobre a situação na Bósnia, o mais polémico e participado da sessão:

«As primeiras reacções dos governos europeus, das instituições e de personalidades políticas com responsabilidades especiais só têm um denominador comum: o reconhecimento de que as principais potências da Europa, a NATO, e os EUA têm pesadas responsabilidades na tragédia cujos episódios se desenvolvem no espaço geográfico da ex-República Federal da Jugoslávia.

Permito-me citar como aspecto caricatural da crise que tem o seu pólo, nestes dias, no enclave de Bihac, a opinião do senador Roberto Dole, futuro líder da maioria do Senado dos EUA e provável candidato à Casa Branca. Segundo ele estamos "a assistir ao afundamento completo da NATO". Simultaneamente, o secretário da Defesa norte-americano, William Peery, sugere a retirada dos capacetes azuis da Bósnia. O inventário das responsabilidades é tão incómodo que os governos da União Europeia preferem ignorá-lo. Na origem da actual crise encontramos o desmembramento da Jugoslávia, um projecto planeado e organizado com muitas complicitades. O papel da Alemanha, convém sublinhar essa evidência, foi decisivo para o reconhecimento da Eslovénia e da Croácia.

Inicialmente distanciadas do debate sobre a evolução da crise balcânica, os EUA passaram, de repente, com a Administração Clinton, de uma atitude de quase espectadores para uma, oposta, de ingerência galopante. Podemos situar a viragem, em Bruxelas, em Janeiro de 1994, durante a Cimeira da NATO, referência fundamental para as relações com a UEO. O anúncio dos bombardeamentos cirúrgicos dirigidos contra os sérvios da Bósnia funcionou como prólogo de iniciativas que vieram confirmar a decisão de Washington de assumir o papel de árbitro na Bósnia e em toda a Região Balcânica, mas sem tropas no terreno. Essa política ficou mais transpa-

rente quando a Casa Branca chamou muçulmanos e croatas à capital americana para que assinassem aí um Acordo imposto, revelador de uma profunda ignorância dos problemas da região. Após os bombardeamentos aéreos, cujos resultados não corresponderam à previsão dos Estados-Maiors, Washington, no desenvolvimento dessa estratégia de hegemonia, tomou a decisão, divulgada com antecedência, de se distanciar do embargo que proibia a venda de armas à Bósnia, atitude agora imitada pela CDU alemã, o partido do chanceler Helmut Kohl.

Com esse gesto, os EUA pretendiam encorajar os muçulmanos bósnios. Estes entenderam o recado e interpretaram a atitude do Congresso dos EUA como convite à passagem à ofensiva. O resultado está à vista. Em vez de contribuir para nos aproximar da Paz, a estratégia norte-americana funcionou na prática como factor de alargamento e de apodrecimento da guerra.

(...) Em Outubro passado, no Quartel-General da NATO, em Bruxelas, tal como outros colegas da Comissão Política da nossa Assembleia, ouvi anunciar, com triunfalismo, a iminência de novos bombardeamentos da Organização contra alvos múltiplos e sem aviso prévio. Contra os sérvios da Bósnia, obviamente. Essa decisão, sublinho o facto, foi tomada antes de o Conselho de Segurança na ONU haver tomado conhecimento oficial dela e de ter dado sinal verde ao projecto. Recordo o episódio por ser expressivo da postura cada vez mais subalterna das Nações Unidas perante a NATO, isto é, os EUA.

(...) Alguns dos nossos colegas são favoráveis a soluções de força na Bósnia, ou seja a um papel protagonista da UEO no terreno operacional, com forças de países da União Europeia ou com forças da NATO colocadas sob o seu comando no âmbito das decisões tomadas em Bruxelas em Janeiro de 94. Por outras palavras, a UEO faria o trabalho que a NATO não quis ou não pôde fazer.

É difícil, reconheço, responder à pergunta "O que fazer?". Mas é fácil responder à pergunta "O que se não deve fazer?"

O desenvolvimento da situação demonstra que na Bósnia não há solução militar. O presidente Mitterrand tem razão ao sublinhar que a missão dos capacetes azuis não é acrescentar a guerra à guerra como alguns desejariam.

O recurso à grandiloquência para sugerir a opção militar sob a direcção da ONU, da NATO ou da UEO não me merece respeito. O resultado de uma intervenção desse género na Bósnia seria um aprofundamento da tragédia. Não devemos, aliás, esquecer que os soldados franceses e britânicos representam mais de metade das tropas das Nações Unidas na Bósnia. Por um lado, a escalada intervencionista desencadearia crises políticas graves na Europa Ocidental; por outro lado, poderia, simultaneamente, fazer explodir o paiol balcânico.

Insisto: não se deve esquecer que a política irresponsável dos bombardeamentos aéreos, inseparável do sistema da dupla chave (ausência dos americanos no terreno) somente contribuiu para envenenar as relações entre os EUA e os seus aliados europeus. A NATO apresenta-se actualmente dividida por contradições tão graves e complexas que um jornal tão atlantista como «Le Figaro», de Paris, emprega a palavra «esquizofrenia» para as definir...

Não obstante reconhecer o grande esforço que o relator — o deputado Pedro Roseta — fez para apresentar um texto de compromisso sobre a situação na Bósnia, votarei contra o projecto de recomendação. Todo e qualquer projecto que possa deixar entreaberta a porta à intervenção militar da NATO ou da UEO na Bósnia aparece-me como inaceitável. Qualquer intervenção — repito — levaria a um enorme desastre político e social, e talvez militar. O caminho da Paz na Região passa pela negociação política, por mais difícil e lenta que ela seja. A barbárie não se deve responder com a barbárie. Somente uma Conferência Internacional para a Segurança e a Reconstrução, com a participação de todos os países europeus envolvidos na crise poderá aproximar-nos da Paz na Região.

II Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas

«Vale a pena lutar porque sem emprego, nada feito»

Cerca de centena e meia de jovens trabalhadores comunistas, de todo o país, reuniram-se em Braga no passado sábado para discutir os problemas que afectam esta camada juvenil e as formas de intervenção da Juventude Comunista Portuguesa nesta área.

Nas cerca de meia centena de intervenções proferidas, os jovens presentes abordaram as questões que têm a ver, particularmente, com o desemprego juvenil, com a precariedade, trabalho infantil, trabalhadores-estudantes ou formação profissional.

Os participantes neste Encontro aprovaram três documentos: uma resolução (que publicaremos para a semana) sobre a situação social e sobre as linhas de

orientação para o trabalho junto dos jovens trabalhadores; uma moção sobre o trabalho infantil e um manifesto aos jovens trabalhadores.

O manifesto será entregue esta semana no Parlamento Europeu, por uma delegação de jovens trabalhadores, que aí se desloca para o efeito, sendo depois entregue ao ministro do Emprego, aquando da entrega dos cinco mil votos que a JCP recolheu na sua campanha pelo emprego.

Nas intervenções de encerramento, Nuno Costa, do Secretariado da DN da JCP e Domingos Abrantes, da Comissão Política do CC do PCP, deixaram uma vez mais bem marcada a ideia de que os problemas

existentes são muitos e graves, mas que é possível e justo uma nova política, uma vida melhor para os jovens trabalhadores, mas, para isso, é necessário, é indispensável lutar. Só com a luta dos trabalhadores será possível.

Também o reforço da JCP e da sua intervenção nesta área mereceu a atenção dos oradores que consideraram ser fundamental manter a linha iniciada com a campanha pelo emprego e que permitiu a realização de dezenas de iniciativas, de esclarecimento e recolha de votos, à porta de centenas de empresas, escolas nocturnas, centros e escolas de formação profissional.

Manifesto aos jovens trabalhadores

Somos jovens trabalhadores comunistas, integramo-nos nos quase 1 milhão de jovens trabalhadores portugueses.

Denunciamos a actual situação social dos jovens trabalhadores: a precarização alastra; o desemprego juvenil cresce; a segurança no trabalho degrada-se; os salários praticados são baixos; o salário mínimo nacional não é respeitado; a instabilidade e a frustação aumentam.

Denunciamos a hipoteca do futuro do país: a formação profissional não funciona: os fundos comunitários são desbaratados; o aparelho produtivo vai sendo destruído.

Denunciamos o agravamento das desigualdades: de um lado uma pequena minoria que tudo tem e goza e ainda recebe indemnizações e subsídios de isenção, do outro, uma esmagadora maioria com enormes dificuldades de acesso às mínimas condições de vida, habitação, saúde, cultura, etc.

Responsabilizamos o Governo de Cavaco Silva por esta situação: por prosseguirem uma política ao serviço dos capitalistas contra os trabalhadores; por servirem os interesses dos grandes multinacionais contra os interesses do nosso país.

Responsabilizamos também o PS, por esta situação; por em momentos chave, se ter aliado à direita; por prosseguir uma oposição de fachada recusando a construção de uma política diferente para Portugal.

Manifestamos o nosso empenho na transformação desta situação: desenhando o caminho dos interesses e direitos dos trabalhadores; construindo e implementando uma alternativa democrática para o Governo do País que leve a cabo uma política diferente ao serviço do nosso povo.

Afirmamos o trabalho como factor base da produção de riqueza: como alavanca do desenvolvimento e da realização humana; como pilar do desenvolvimento harmonioso da vida e do país.

Somos jovens exigimos o direito a um trabalho estável
Temos direito e exigimos: uma política de efectivo desenvolvimento que garanta a todos os jovens o direito a um emprego digno e estável.

O fim da utilização abusiva dos contratos a prazo com a passagem a vínculos definitivos de jovens em situação precária.

A revogação da norma legal que possibilita a contratação a prazo de jovens, só porque procuram o 1º emprego.

A revogação do «Pacote Laboral» nomeadamente: da norma que permite o despedimento do jovem trabalhador com base no critério da inadequação «ao posto de trabalho».

Condições efectivas para a promoção na carreira profissional.

Aumento dos salários, em todos os sectores de modo a permitir a efectiva melhoria das condições de vida dos jovens.

Aumento do salário mínimo nacional para 60 contos.

O cumprimento do princípio «trabalho igual, salário igual», eliminando as discriminações salariais em função da idade ou sexo.

A revogação da norma que estabelece um salário de 80% do salário mínimo nacional para menores de 18 anos.

Temos direito e exigimos condições de trabalho
Exigimos:

— A definição rigorosa dos horários de trabalho de 40 horas como horário máximo semanal de trabalho.

— Fim da exploração do trabalho infantil e a aplicação de penas exemplares às entidades patronais.



— 35 horas como horário máximo para os trabalhadores entre os 16 e 18 anos.

— A proibição dos menores de 18 anos trabalharem entre as 20 e as 6 horas.

— A efectiva aplicação do subsídio de desemprego aos jovens.

— A reformulação do subsídio de inserção na vida activa, aumentando a remuneração que atribui para 80% do SMN e alargando os seus critérios de aplicação.

— A reformulação dos critérios do cálculo do desemprego de forma a que se tenha um correcto dimensionamento do problema.

— A garantia a todos os trabalhadores de férias pagas.

— O desenvolvimento de uma política que vise a protecção adequada aos jovens contra os acidentes de trabalho e as doenças profissionais.

— Um local de trabalho condigno, respeitando as normas de higiene e segurança.

Temos direitos e exigimos o direito à formação profissional

— O desenvolvimento de um efectivo plano nacional para a formação profissional.

— O desenvolvimento de uma rede pública de centros de formação profissional adequada às necessidades regionais e nacionais.

— Definição de um sistema de Formação Profissional, articulado entre si, com o sistema educativo e com as necessidades de formação profissional indispensáveis à modernização e desenvolvimento nacional.

— Cumprimento e mais rigorosa definição do estatuto geral do formando, garantido designadamente o direito a: bolsas condignas; celebração de contratos de formação onde se definam os direitos e deveres do formando, regalias sociais, garantias de colocação profissional.

— A garantia de acesso pelos Trabalhadores-Estudantes a cursos de formação profissional.

— A adopção de 75% do Salário Mínimo Nacional, como mínimo para os jovens em formação profissional e definição de critérios transparentes que levem à real e completa concretização dos pagamentos aos jovens em Formação Profissional.

— A atribuição de certificados de formação com equivalências definidas aos jovens que completem os cursos de formação profissional.

— A responsabilização das entidades patronais pela garantia dos direitos de formação profissional dos respectivos trabalhadores dentro ou fora da empresa.

— Aproveitamento integral, produtivo e transparente dos fundos comunitários destinados ao desenvolvimento da formação profissional.

— Combate a todas as formas de corrupção e designadamente às que são cometidas à sombra de fundos comunitários envolvendo o seu desvio para fins diversos dos previstos.

Comprometemo-nos a empenharmo-nos na luta em defesa dos direitos e aspirações dos jovens trabalhadores e no envolvimento de mais e mais jovens nesta luta.

Comprometemo-nos e empenhamo-nos no reforço da unidade dos trabalhadores, no reforço da capacidade de acção da única força social capaz de transformar nesta sociedade: a força dos que produzem riqueza.

Manifestamos a nossa confiança na vitória, conscientes da força que temos e da justiça da luta.

Braga, 10 de Dezembro de 1994

Moção sobre trabalho infantil

Considerando que em Portugal a exploração do trabalho infantil continua a afectar muitas crianças, vítimas de patrões sem escrúpulos, e constitui mais um sintoma da sociedade desequilibrada e injusta em que vivemos — um oásio para os exploradores e oportunistas;

Considerando que as causas principais do trabalho infantil são as dificuldades económicas das famílias, a insuficiência do apoio social escolar, a má qualidade do ensino e a falta de formação profissional adequada;

Considerando que as medidas tomadas, algumas de relevância importante, como a elevação da escolaridade obrigatória para o 9º ano e outras, menos importantes, como as «62 medidas» ou «tempo para crescer...» poderiam atenuar o problema, mas que os seus resultados só serão visíveis quando as famílias tiverem rendimentos para uma vida digna e reconhecerem na Escola ou formação profissional o futuro dos seus filhos — que não tem sido possível com a actual política social do Governo PSD.

Os jovens presentes no Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas reclamam do Governo:

Elevação dos rendimentos das famílias, nomeadamente nas zonas onde predomina a exploração de mão-de-obra infantil;

Elevação do abono de família, ajustando-o às despesas reais de uma criança;

Melhoramento no apoio social escolar;

Melhoramento no ensino e formação profissional;

Efectivação dos 16 anos como idade mínima para trabalhar, sem excepções;

Criação de programas de formação profissional remunerados para os jovens que concluem a escolaridade obrigatória e não tenham ainda 16 anos;

Dotação dos organismos competentes dos meios materiais, humanos e financeiros necessários para o combate mais eficaz do problema no terreno;

Combater o problema com seriedade, nomeadamente tipificando como crime a exploração do trabalho infantil e denunciando, publicamente, quem o pratica.

PONTOS CARDEAIS

Vender saúde

Não apenas em Portugal, mas por essa Europa fora, o ataque à Segurança Social vai de vento em popa. Há mesmo quem diga que vai tão bem que vende saúde. Governos conservadores e ultra-liberais ou governos socialistas que se preocupam muito em afirmar a solidariedade social como valor intrínseco das suas atitudes políticas começaram já ou preparam-se para retirar aos trabalhadores e suas famílias direitos e regalias que duramente conquistaram. Alguns desses direitos, para muitos povos, já duram há décadas, fruto da luta política contra o capitalismo, ajudados pelas conquistas sociais que a Leste do mundo se desenvolveram a partir da Revolução de Outubro. Mas foram direitos

“oferecidos” pelo patronato e pelos políticos? Nada disso. Os dinheiros que pagam cuidados de saúde e pensões foram e são arrancados ao trabalho de cada um. E as contas que agora surgem — por se verificar, dado o envelhecimento da população, que cresce o número de pensionistas em relação ao número de trabalhadores activos — não colhem se não junto dos que querem continuar a usar os dinheiros da Segurança Social para fins próprios, como em Portugal se verifica ao reparar-se nas pesadas dívidas das empresas de dinheiros que entretanto os trabalhadores foram descontando. Receitas milagrosas têm os patrões e os governos. Privatizar é a palavra mágica. Comprar um seguro, pagá-lo ao longo da vida.

Que é afinal o que o trabalhador faz, descontando no seu salário. Será que as empresas de seguros são mais sérias a pagar que os governos eleitos? Será que em todo o lado as empresas arrecadam para si próprias os descontos? Será que o dinheiro das prestações sociais não rende em investimentos? Será que o aumento do número de desempregados não tem nada a ver com a pretensa desproporção actual entre trabalhadores activos e pensionistas?

Barretes

A gente nunca há-de deixar de surpreender-se com alguns jornais e com alguns



articulistas. E neste tempo conturbado em que se elevam vozes — entre as quais sobressai a voz dos comunistas — reclamando a demissão do Governo, vamos certamente ter

oportunidade de ler as mais espantosas afirmações e ouvir as mais contraditórias proposições. No “Público” do passado domingo, no mesmo jornal, pudemos ler a opinião do inefável António Barreto, afirmando que “o PCP não quer eleições”. Na última página, o “Público” desmente o seu articulista, revelando que “O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, afirmou ontem que o actual conflito institucional só pode ser resolvido através da realização de eleições antecipadas”. A questão é esta: Barreto, que de vez em quando escreve certo, engana-se sempre quanto ao PCP. Desamores antigos.

Reforçar à direita

O “Expresso” do passado fim-de-semana faz a revelação retumbante — “um grupo de cerca de 30 ex-dirigentes do MRPP” analisou a possibilidade de entrar no Partido Socialista. “Querem”, diz aquele semanário, “discutir a possibilidade de criação de um espaço de independentes dentro do PS como forma de intervenção no novo quadro eleitoral”. Vai assim o PS enchendo o seu saquinho, à direita — com José Augusto Seabra, por exemplo — e à “esquerda”, com esta “adesão maciça”. A vida dos últimos vinte anos diz-nos, entretanto, que os ventos que sopram dessa “esquerda”, que de resto nunca andou longe do PS e sempre lá teve um “espaço”, serve apenas para reforçar a vertente direita e anticomunista desse partido. Em tempos de preparação para eleições, o PS prepara-se para disparar à esquerda. Com a direita reforçada.

FRASES da SEMANA

“É impossível ser feliz sozinho.”

☞ (António Carlos Jobim, citado em «Público», 09.12.94)

“Neste final de século, o poder e o dinheiro foram os substitutos técnicos que arranjámos para Deus. Ambas as coisas trouxeram o domínio da matéria e vivemos quase na idade do terror.”

☞ (Carvalho Rodrigues, pai do satélite português — explicando porque aderiu ao PSD — citado em «Público», 11.12.94)

“É uma acusação que ainda está por provar, mas, além de tudo mais, nada tem a ver com a sua vida de parlamentar.”

☞ (Rui Carp, PSD — «Semanário», 10.12.94)

“(Duarte Lima) sempre declarou ter ganho muito dinheiro na Bolsa e como advogado.”

☞ (idem)

“Não quero que esta reunião sirva para o testemunho de qualquer prova de solidariedade da vossa parte.”

☞ (Duarte Lima, durante a reunião do grupo parlamentar do PSD, citado em «Público», 13.12.94)

“Caso Duarte Lima atinge Trás-os-Montes. Apreensão e angústia no Nordeste.”

☞ (título — «Público», 14.12.94)

“PS teme governo presidencial”

☞ (título — «Diário de Notícias», 14.12.94)

“Espero que compreendam as razões.”

☞ (Jacques Delors, ao divulgar a decisão de não se candidatar ao Eliseu — «Público», 12.12.94)

PONTOS NATURAIS



Lembrando Marx

A existência de uma categoria de operadores culturais que produzem para as massas, usando na realidade as massas com finalidades lucrativas, em vez de lhes proporcionar boas ocasiões de experiência crítica, é um facto assente. A operação cultural é julgada pelas intenções que manifesta e pelo modo de estruturar as suas mensagens.

Mas ao julgar estes fenómenos, deve-se sempre opor aos fundamentalistas da Cultura a única decisão que eles não assumem, aquela mesma que Marx sempre opunha aos teóricos da massa: «Se o homem é o produto das circunstâncias, é preciso tornar humanas as circunstâncias».

(Umberto Eco, «Cultura de Massa e Níveis de Cultura»)

Ligações perigosas

No momento em que escrevo, está na berra o caso de Duarte Lima. Agora vem tudo ao de cima: as suas origens humildes, a riqueza acumulada ao longo dos últimos anos em que subiu no mundo partidário. Centenas de milhares de contos!

Não gosto de bater em quem está por terra. Ao Duarte Lima não faltará quem o

escoicinha agora muitos que antes deliraram com as suas «fulgurâncias» parlamentares. Apenas recordarei algumas das razões que invocou para ter de tal modo enchido a burra: jogos na Bolsa, advocacia, cargos em várias empresas.

Também há tempos soube-mos de um alto dirigente do CDS que trabalhava (que ser-

via) uma grande empresa. E há mais deputados, e mais dirigentes partidários com ligações perversas. Não diga um partido que não serve os grandes interesses quando tem na Direcção quem o faça. Não diga outro que respeita as bases do seu partido quando advoga contra as tais bases. Dir-se-á que o faz «fora» do partido. O que não

está definida é a fronteira entre o fora e o dentro. Que eu saiba, ser só outra coisa depois da meia-noite, só os vampiros. Aos políticos é vedado serem vampiros em part-time. Mas a hipocrisia não dá bons dividendos. A não ser aqueles com que se compram casas e quintas.

De repente vem o Diabo e leva tudo.

Mário Castro

Entrevista

Quem és tu? — O que for conveniente.

A quem queres servir? — A quem mais der.

O que pensas? — O penso que tiver.

Que desejas? — Ser mais que toda a gente.

Terás agora um ideal? — Que ideia!

Já tiveste? — Curei-me desse mal.

És feliz? — Como, bebo, etc. e tal.

Mudarás? — Sim, se vir a coisa feia.

É o patrão quem te dita a peça? — Não.

Porquê? — Porque já sei sua vontade.

Então és livre? — Viva a liberdade!

Qual? — Invocar o Santo Nome em vão.

O futuro onde está? — No meu jantar.

Que vais fazer depois? — Vou arrotar.

para
uma nova
política **PCP**

• COIMBRA

«O sentido da alternativa»

No Instituto da Juventude
sexta-feira, dia 16,
às 21h30

com a participação de
CARLOS CARVALHAS
e de **Aníbal Almeida,**
António Avelãs Nunes,
Jorge Vicente,
Pezarat Correia

• LISBOA

«Integração social, exclusão,
racismo e xenofobia»

No Centro de Trabalho Vitória
sábado, dia 17,
às 14h30

com a participação de
CARLOS CARVALHAS
e de **Manuel Correia,**
Padre Constantino Alves,
Paulo Sucena,
Sérgio Ribeiro

• BARREIRO

«Uma nova política
e a alternativa democrática»

Nos Penicheiros
quinta-feira, dia 15, às 21h00
com a participação de
Paulo Trindade

• BARREIRO

«Funções do Estado,
os cidadãos
e a democracia participada»

Na colectividade
«O Paivense»,
Alto do Seixalinho
sábado, dia 17, às 16h00
com a participação de
Odete Santos

• BRAGA

«As alternativas culturais
para uma nova política»

Na Casa dos Crivos
sexta-feira, dia 16, às 21h30
com a participação de
Manuel Gusmão e
José Manuel Mendes

• CARNAXIDE

«O PCP e a alternativa»

Na Sociedade Filarmónica
sexta-feira, dia 16, às 21h00
com a participação de
José Casanova

• PORTO

«Acesso ao Direito.
Direito à Justiça»

No Hotel Tuela
sexta-feira, dia 16, às 21h30
com a participação de
João Amaral,
Jorge Sarabando,
Mário Brito,
Macedo Varela

SINTRA

Reunião dos camaradas que trabalham
em empresas do concelho
sobre questões de Organização
com a participação do camarada
ÁLVARO CUNHAL

Sábado, dia 17, das 15 às 18h
na Junta de Freguesia de Aigualva-Cacém

LISBOA

Beato - plenário de militantes da freguesia para discussão
da situação política e Resolução da última reunião do CC
e de questões de Organização e Direcção:
terça-feira, dia 20, às 21h30,
no CT do Beato (Calç. do Teixeira, 14).

Colina da Graça (freguesias de Sta. Engrácia, S. Vicente e Graça)
plenário de militantes da freguesia para discussão da situação política
e Resolução do CC e de questões de Organização:
sexta-feira, 16,
às 21h30, no CT da Graça.

SETÚBAL

Célula da SOLISNOR - Reunião para balanço da VII Assembleia
da Organização concelhia e discussão da situação na empresa:
hoje, quinta-feira, às 18h00, no CT de Setúbal.

3ª Assembleia da Organização de Sacavém do PCP

Sábado, dia 17, a partir das 14h30,
na Cooperativa «A Sacavenense»
com a participação do camarada
José Casanova

8ª Assembleia da Organização dos Bancários da ORL

Sábado, dia 17, das 9h30 às 18h00
no Hotel Plaza,
com a participação do camarada
Henrique de Sousa

XV ASSEMBLEIA DA PAZ

Sábado, 17 de Dezembro, das 9h30 às 18h00
no Auditório do Padrão dos Descobrimentos
(Belém - Lisboa)

ALMOÇO-CONVÍVIO DE NATAL

das freguesias de Alcântara,
Campolide e St.ª Condestável

Domingo, 18, às 13h • no CT de Alcântara • (R. Alcântara, 27, 1º)

Sábado e domingo

(dias 17 e 18)
a partir das 10h30
na Fac. de Letras
de Lisboa

Sessão de encerramento:
domingo
às 14h30

com intervenção
do camarada
CARLOS CARVALHAS



PROGRAMAÇÃO

Quinta, 15

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Telenovela
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.15 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.50 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade me Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.50 Isto Só Vídeo
22.15 Concurso 1, 2, 3
00.05 24 Horas
00.35 Kung Fu
01.25 Atenção, Bandidos
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Capitão Johnno
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.10 Rua Sésamo
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.30 A Dança
20.45 Magazine - «Ver Artes»
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.20 Remate
22.30 Reportagem
23.20 Alta Frequência
00.20 Amor em Perigo
(ver «Filmes na TV»)
01.55 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Lá em casa Mandá Ela
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buérré
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 O Café do Surdo
22.15 Ponto de Encontro
23.15 A Noite da Má Língua
00.15 Último Jornal
00.35 Internacional Sic
01.35 Mensagem do Vietnam

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 O Fabricante de Sonhos
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Novo Jornal
01.20 Fora de Jogo

Sexta, 16

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Telenovela
14.30 Origens
15.05 Blossom
15.30 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.15 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.50 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.15 Fera Ferida
22.35 A Filha da Cornélia
00.15 24 Horas
00.50 Na Rede de Intrigas
02.20 O Senhor das Trevas
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
12.55 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Achado Arqueológico
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
19.00 Basquetebol
20.00 Armas Secretas
20.45 Histórias Que o Tempo Apagou
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.15 Remate
22.30 Palmeiras Bravias
23.20 Músicas da Terra
00.20 O Inimigo
(ver «Filmes na TV»)
01.40 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Sob o Céu de Roma
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buérré
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
20.40 A Viagem
21.50 Chuva de Estrelas
23.00 Último Jornal
23.20 Os Donos da Bola
00.20 Playboy
01.20 Os Contos de Lisboa
02.00 Made in USA
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Mentos Que Brilham
24.00 Novo Jornal
01.00 Fora de Jogo

Sábado, 17

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Parlamento
13.00 Notícias
13.05 Telenovela
13.50 Made in Portugal
14.25 Clube Disney
16.05 Danças de Salão (Concurso)
16.30 Arca de Noé
17.20 Táxi
18.00 História Interminável II
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
20.45 Noite Mágica
21.45 Pátio da Fama
22.50 Parabéns
01.00 24 Horas
01.20 Na Rede de Intrigas
02.50 Sem Pecado
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Uma Família Feliz
12.50 Viagem ao Maravilhoso
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
14.55 TV2 Desporto
18.45 As Aventuras de Sherlock Holmes
(ver «Filmes na TV»)
19.25 O Treinador
20.00 Forum Musical
21.05 12 Minutos
21.30 TV2 Jornal
21.50 De Lisboa com Amor...
21.55 Quem Conta Um Conto
23.00 Praia da China
24.00 TV2 Desporto
00.35 Percursos

SIC

11.30 Buérré
13.15 Portugal Radical
13.30 Dra. Quinn
14.35 Nunca Digas Banzai
15.15 Os Bárbaros do Séc. XX
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Obras em Casa
18.00 Os Imortais II
19.00 Muita Lóco
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Minas e Armadilhas
23.00 Partir o Cêco
24.00 Walker - O Ranger do Texas
01.00 Último Jornal
01.20 O Impulso
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra-ataque
15.00 Telemotor
15.30 Top 25 RFM / TVI
16.00 A Grande Aposta
17.30 Queridos Inimigos
19.30 Telejornal
20.00 Trocado em Miúdos
20.30 Projecto Viper
21.30 Confissões de Adolescente
22.10 Quem Casa Quer Casa
23.30 Últimas Notícias
23.45 Jornal do Mundo
00.15 Uma Noite Aconteceu
(ver «Filmes na TV»)



Emma Thompson

Domingo, 18

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.05 Top +
14.15 86-60-86
14.55 Novas Aventuras do Super-Homem
15.45 Emoções Fortes
16.15 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
17.05 A Grande Pirâmide
17.50 Futebol: Portugal-Liechtenstein
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.45 Casa Cheia
21.35 Eu Tenho Dois Amores
22.35 Com Peso e Medida
23.55 No Calor da Noite
00.45 24 Horas
01.10 O Comando Suburbano
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.05 O Homem e a Cidade - «Porto»
13.30 TV2 Desporto
15.00 Euronews
15.30 TV2 Desporto
17.15 Os Vingadores
18.05 Gente Remota - S. Tomé e Príncipe (II)
19.05 Música: «Mitsuko Uchida toca Mozart»
20.30 Domingo Desportivo
21.30 TV2 Jornal
22.00 Artes e Letras: «Io Sono Anna Nagnani»
23.45 Bellissima
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Buérré
11.45 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.45 National Geographic
14.45 A Vida Não Pode Esperar
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Um Trovão no Paraíso
19.00 Os Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.30 O Memorial de Maria Moura
21.30 Labirinto
22.30 O Pestinha
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Último Jornal
00.30 Mensagem do Vietnam

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Missa e Informação Religiosa
13.30 Jornal do País
14.05 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telejornal
20.10 Trocado em Miúdos
20.30 Ficheiros Secretos
21.30 Confissões de Adolescente
22.00 Doutores e Engenheiros
23.20 Melrose Place
00.20 Últimas Notícias
00.35 Jornal Negócios



Pátio da Fama

Segunda, 19

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Animação
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.20 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.20 Batman
17.45 Missão Impossível
18.45 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 74.5 Uma Onda no Ar
22.30 Nico d' Obra
22.55 Zona + Carlos Cruz
00.30 Coisas da Vida
01.40 24 Horas
02.25 Longa Metragem

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Longa Metragem
17.00 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.15 As Investigações da Clorofila
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.50 À Descoberta de Um Novo Mundo - A Magia do Cinema
20.40 Paletas
21.15 Ver para Ler
21.25 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.20 Remate
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 Teatro - «Knuckle»
01.10 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Buérré
15.00 Praça Pública
18.20 Sonho Meu / Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 A Viagem
21.40 Ora Boas, Marina
22.20 Aonde É que Para a Polícia? - II
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Último Jornal
00.25 Flash Back
01.25 Cuidado com as Aparências / Apoia o teu Homem

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.40 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.30 Diz-me Com Quem Andas
23.30 Novo Jornal
00.10 Prolongamento
00.40 Novos Ventos
01.10 Top 25 RFM / TVI

Terça, 20

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Animação
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.30 Batman
17.45 Missão Impossível
18.45 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 74.5 Uma Onda no Ar
22.30 A Mulher do Sr. Ministro
23.00 Cabaret
00.20 Prova Oral
02.10 24 Horas
02.45 Longa Metragem

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Longa Metragem
17.00 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.50 Monty I
20.20 Terra X
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.15 Remate
22.25 Magazine - «Cinema»
22.50 Longa Metragem
00.20 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Buérré
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu / Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Destino X
22.50 Terça à Noite
23.55 Último Jornal
00.10 O Senhor que se Segue
01.10 Cuidado com as Aparências / Apoia o Teu Homem

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Amigos para Sempre
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo
01.00 Sinais e Leis

Quarta, 21

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Animação
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.15 Malha de Intrigas
17.00 Culinária
17.30 Batman
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 74.5 Uma Onda no Ar
22.30 S6 Riso
23.05 Longa Metragem
01.45 24 Horas
02.20 Longa Metragem

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.35 Euronews
15.00 Princesa Kate
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.45 Roanok
20.45 Magazine - «Saúde»
21.15 Desenhos Animados
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.15 Remate
22.20 Remate
22.30 Última Oferta
23.25 À Roda do Mundo
23.55 Rock Rendez-Vous
00.05 Módulos de Música Portuguesa

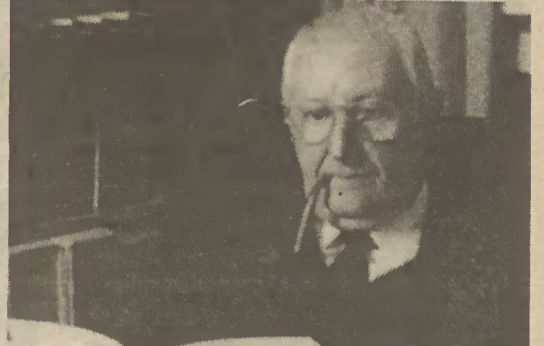
SIC

11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.25 Olhos nos Olhos
15.00 Buérré
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu / Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Perdoa-me
22.40 Casos de Polícia
23.40 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões
01.00 Cuidado com as Aparências / Apoia o teu Homem

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Picket Fences
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo

O Inspector Varatojo



Nota:

A programação do Canal 1 e TV2 referente aos dias 19 a 21 - segunda a quarta-feira - sai aqui prejudicada pelo facto de só na quarta-feira de manhã, estando esta edição já na tipografia, a RTP ter finalmente disponibilizado a informação respectiva, embora outras publicações, nas bancas desde as primeiras horas do mesmo dia, a inserissem com todo o pormenor.



Anna Magnani



Melrose Place



74.5 Uma Onda no Ar

Por isto e por aquilo...

Amor em Perigo

(Quinta, 00.20, TV 2)

Foi extremamente diversa e contraditória a reacção da crítica a este filme de Jonathan Deeme, chegando alguns a considerar frustrante esta tentativa de elaborar um tal retrato das mulheres que, durante a II Grande Guerra, ficaram na pátria enquanto os seus familiares enfrentavam no terreno os perigos do trágico conflito mundial. Mas é preciso dizer-se que o filme conheceu as maiores tropelias engendradas pelo sistema de produção dos grandes estúdios, com inúmeras cenas a ser de novo rodadas, remontadas e, mesmo, uma nova banda sonora a ser produzida - o que, dizem as crónicas, ficou claro a quem viu uma «cassete» pirata que foi editada com a versão original tal como fora imaginada pelo seu realizador, justamente considerada (ela sim) uma sensível e delicada obra-prima. Não é assim de estranhar que o filme resulte artificialmente sincopado e estropiado na sua montagem e que as personagens, face às agruras do tempo, nos surjam adocicadas e algo apatetadas na sua personalidade, assim a modos que saídas das fotos e dos relatos das revistas dos anos 40 que serviam de suporte ao moral dos que ficaram na retaguarda. Mas não deixa de tratar-se de uma curiosidade.

Mentes que Brilham

(Sexta, 22.00, Quatro)

Há algo de biográfico - é ela própria que o reconhece - na história do «herói» deste filme. É que o pequeno génio que se esconde atrás da personagem principal desta primeira obra realizada por Jodie Foster - brilhante nas aulas de matemática ou na maturidade quase concertística com que aborda as suas experiências pianísticas - não faz esconder a fragilidade e a necessidade do apoio materno que experimenta ao contactar com o mundo dos adultos, ao que parece a mesma maturidade e fragilidade que rodearam os primeiros passos de uma carreira de actriz (e agora realizadora) iniciada muito cedo, aos três anos de idade. Uma obra muito bem escrita por Scott Frank e em que uma inteligente Jodie Foster aborda com intensa sensibilidade os «problemas» dos superdotados. Um filme sem dúvida americano mas com um perfume algo europeu e particularmente francês, a lembrar um certo Truffaut.

O Inimigo

(Sexta, 00.20, TV 2)

Quem dificilmente escreveria ou dirigiria um filme em Hollywood seria Yılmaz Güney, actor e realizador turco, já falecido em meados dos

anos 80, e cuja filmografia apenas foi conhecida a partir de 1981, ano em que, tendo fugido ao regime ditatorial do seu país, concorreu ao Festival de Cannes com um filme autobiográfico cujo argumento escreveu - «Yol», realizado quase na clandestinidade por Serif Goren, seu assistente - que, nesse ano, arrebatou a Palma de Ouro. Güney faz parte de um grupo de cineastas que, em finais dos anos 50, deram origem ao «novo cinema» turco, um cinema empenhado em tratar os problemas do seu povo e em pugnar pela liberdade, a democracia e as transformações sociais - as mesmas preocupações cívicas que o levaram, durante vários anos e em diversas ocasiões, aos cárceres da ditadura. O filme que agora a TV 2 transmite parte de mais um argumento escrito por Güney na prisão, foi realizado pelo seu colaborador Zeki Okten e debruça-se, mais uma vez, sobre os problemas da afirmação da dignidade humana numa Turquia totalitária.

Made in USA

(Sexta, 02.00, SIC)

Inspirado nos acontecimentos que rodearam o assassinio de Ben Barka, Jean-Luc Godard conta-nos a história de uma jovem que, desesperada por saber que o seu namorado, um jornalista, fora morto por causa de um segredo, resolve fazer justiça pelas suas próprias mãos, assassinando várias pessoas que lhe pareciam suspeitas do crime. Um thriller de ressonâncias políticas que, como era às vezes pecha do realizador, resulta bastante embrulhado arrastando atrás de si um filme menor na sua notável carreira.

Uma Noite Aconteceu

(Sábado, 00.30, Quatro)

Que dizer deste filme de Frank Capra, o primeiro que, na História dos Óscares, arrancou nada menos que cinco desses troféus? Que vai entreter, às maravilhas, esta noite de sábado, com a história de uma rica herdeira (Claudette Colbert) fugindo de casa do pai para casar com um aviador e que no trajecto da fuga se cruza com um jornalista (Clark Gable) pelo qual subitamente se apaixona. Mas, tal como deve ser nas comédias românticas, eis que, por falta de confiança no tal jornalista, ela decide

regressar à primitiva ideia de casar com o aviador. E eis senão quando é o próprio pai que a aconselha a abandonar a cerimónia do casamento para, numa nova reviravolta, regressar aos braços do repórter. A sequência no autocarro de província e as «muralhas de Jericó» ficaram lendários no cinema. É Capra, do melhor!

Belíssima

(Domingo, 23.45, TV 2)

Construindo uma admirável sátira acerca dos bastidores dos estúdios de cinema da Cinecittà, o mestre Luchino Visconti dá-nos a ver neste terceiro filme da sua carreira, em tom de calorosa comédia, a história dramática de uma mãe que quer à viva força que a sua filha de cinco anos entre para o cinema, fazendo-a participar num concurso em que se pretendia encontrar «a criança mais bela de Roma». Anna Magnani enche o écran com o fulgor do seu talento histriónico e ao lado dela podem reconhecer-se, ainda, o cineasta Alessandro Blasetti, um precursor do neorealismo italiano (fazendo dele próprio) e, ainda, o saudoso cómico Walter Chiari.

Onde É que Pára a Polícia? 2 1/2

(Segunda, 22.20, SIC)

Constituindo uma continuação do original Naked Gun, este filme é mais uma das tresloucadas obras da parelha David Zucker / Jim Abrahams, conhecidos pelas suas paródias aos filmes policiais ou de catástrofe. Exageradamente repleto de cenas hilariantes (algumas delas algo forçadas e de gosto duvidoso face aos hábitos do espectador europeu), o filme é mais um exemplar do cinema do absurdo, continuando a explorar o tipo de personagens já encarnadas por Leslie Nielsen a partir de Airplane. Se está chateado com o que o rodeia (e não deve ser pouco!) dê uma olhadela. Mas se não gostar, não vem nenhum mal ao mundo se deixar o televisor em merecido descanso...



Jodie Foster, realizadora de «Mentes que Brilham» e Anna Karina, intérprete principal de «Made in USA» - estrelas femininas desta semana



Anna Magnani, intérprete principal de «Belíssima», de Luchino Visconti



Clark Gable e Claudette Colbert, pedindo boleia em «Uma Noite Aconteceu», de Frank Capra

Sinais de desleixo e incompetência

Como o leitor poderá constatar pelos poucos destaques que esta semana fazemos dos filmes oferecidos pelos diferentes canais, acentua-se progressivamente (com a notória e casual excepção da semana que passou) uma flagrante degradação da oferta televisiva, também neste domínio da programação. Já não basta à generalidade dos operadores de televisão escolherem as horas de menor audiência (tardes ou madrugadas) para transmitirem os poucos filmes merecedores de menção positiva, numa atitude que é cada vez mais reveladora de um verdadeiro desprezo pelo espectador e pela cultura cinematográfica. O que em definitivo passou a marcar nos nossos dias essa programação reflecte-se, por exemplo, no completo anonimato dos realizadores e dos produtos cinematográficos abastardados que, em grande percentagem vindos da produção massiva para consumo dos vídeo-clubes, agora invadem o pequeno écran, deixando de constituir uma possível alternativa à restante e já de si desacreditada programação.

É por isso que, procurando manter critérios de recomendação sem dúvida subjectivos e discutíveis mas que se pretendem minimamente exigentes em relação à excep-

tativa do leitor, esta semana apenas podemos destacar, da avalanche de lixo que nos é proposta, apenas pouco mais de meia dúzia de filmes. Mas não apenas por isso. É que, por exemplo, no que se refere aos filmes a transmitir pelo Canal 1 e pela TV 2 a partir de segunda-feira 19, estamos objectivamente impedidos de prestar qualquer informação suplementar pela simples razão de que, à hora de fecho desta edição, a RTP ainda não tinha disponíveis os habituais Boletins de Programação!

Quer dizer: à impunidade com que continuam a ser sistematicamente alterados os horários dos programas ou dos seus conteúdos (uma situação que há muito se tornara «normal» e constituiria nefasto exemplo para os operadores privados desde o início da sua actividade) vem agora somar-se o puro desprezo pela pontual informação à Imprensa, numa atitude de desleixo que, colocando em xeque a esforçada prontidão e disponibilidade do Gabinete de Imprensa, não pode esconder o descrédito e a incompetência de uma Direcção de Programas que manifestamente não corresponde ao que seria minimamente exigível de um «serviço público» de televisão.

Os indesejáveis

■ Correia da Fonseca

Os porta-vozes da TV privada, assumidos ou encobertos, têm andado irritados e agressivos nestas últimas semanas. Compreendo-os lindamente. Em primeiro lugar porque as estações privadas de Televisão parecem cada vez mais condenadas ao triste destino de perderem dinheiro, mesmo que para minorarem essa perda tenham de resignar-se, aliás sem desgosto visível, ao expediente de largarem como lastro inútil a credibilidade, a vergonha e os princípios, sendo mais visível e chocante, quanto a este terceiro e último «peso», o pragmatismo da TVI, que era para ser «de inspiração cristã». É claro que o possível encerramento das TV's privadas, por economicamente inviáveis, a prazo porventura nem sequer muito distante, é um susto muito grande que não implica todas as absolvições mas explica respeitáveis movimentos de mau-humor.

Porém, há mais e, num certo plano, pior: é que já está irremediavelmente desacreditado no espírito do público o boato, atempadamente lançado, de que a chegada na Televisão privada resultaria numa substancial subida de qualidade na TV fornecida à população. Só relativamente ao estrito sector da Informação essa convicção resiste, e ainda assim só aos que não vêem, ou mais provavelmente não querem ver, que o suposto pluralismo informativo se suspende quando se trata dos comunistas, do comunismo, ou de quantos possam parecer-se com uns ou com outro. Aí, todas as pretensas isenções se organizam numa frente comum que não recua perante exclusões, calúnias ou infâmias. As raras e honrosas excepções, que só servem para confirmar a regra, acabam por tornar-se globalmente irrelevantes. Ora, a ruína do mito segundo a qual a TV privada seria um decisivo factor de melhor qualidade pode ser perigoso: pode levar os cidadãos a reflectirem e da reflexão pode nascer a suspeita de que o que era mentira para a Televisão pode ser mentira para outros sectores. Será escusado insistir em que este processo pode ter funestas consequências políticas para os fundamentalistas da entrega da sociedade, do mundo, da vida, à iniciativa privada.

Fogo sobre a crítica

Estamos, pois, num ponto em que as estações comerciais de Televisão (e neste lote se inclui, infelizmente, a RTP estatal através do seu Primeiro Canal e da lógica que lhe foi imprimida, embora pareça estar agora em fase de atenuação) se sentem desmascaradas e prisioneiras da necessidade de venderem teléxico como única e já desesperada esperança de sobreviverem. Daí o ódio que votam aos indesejáveis que podem ajudar o público a libertar-se da hipnose que a TV lança

sobre ele e o leva a aceitar, grato e por vezes rejubilante, todos os venenos e outras drogas que lhe levam a casa. Hostilizam e agridem Maria Barroso porque a mulher do Presidente da República ousou denunciar o tráfico da violência que é uma das mercadorias de mais rendosa colocação no mercado audiovisual. Hostilizam e agridem a crítica, toda a crítica, porque o seu trabalho passa inevitavelmente pela rejeição de quanto a Televisão tenha de mais repugnante e, indo um pouco mais longe, pela pública desmontagem dos métodos de condicionamento das audiências de forma a que o comércio de teledrogas possa invocar uma suposta democraticidade do crime pelo expresso consentimento dos próprios drogados.

Esta batida aos críticos atingiu nos tempos mais recentes níveis de desaforo muito significativos. Não sendo já possível, como nos bons velhos tempos do fascismo, acusá-los a todos de serem comunistas (embora continue a ser reservado para estes uma maior severidade), diversificam-se os pretextos. Há, para os caceteiros a mando das TV's, os que «não

podem» merecer crédito por razões de parentesco ou por funções que exerçam (Alfredo Barroso), os que já «não contam» não por terem lucidez a menos mas porque têm idade a mais (Mário Castrim), os que ficam sob suspeita porque não fazem outra coisa que não seja ver Televisão (Castrim), mas também os que incorrem no mesmo défice porque, precisamente, fazem muito mais coisas (os jornalistas do «Diário de Notícias» e do «Público»), outro por também ser professor e crítico de Cinema (Jorge Leitão Ramos). Todos os pretextos, mesmo os piores, servem. É óbvio que o que interesse é desacreditar a crítica perante os telespectadores, de modo a que a comercialização dos vários nojos fique ao abrigo de objecções incómodas.

que se diz na Televisão», o que, em seu entender, não é fazer crítica de Televisão. Quando, com alto índice de má-fé, finge confundir previsão com crítica para, falsissimamente, afirmar que eu lhe critiquei um programa antes de ele ser emitido. Quando forja de si próprio um cartaz de isenção e depois arranja vistosos tempos de antena ao seu patrão e ao seu director, com eles obviamente partilhando os dividendos do arranjo (!).

Deixemos isso, contudo, e fixemo-nos no essencial: a tentada destruição da crítica, liderada pela SIC e por alguns dos que lá ganham a vidinha, visa afastar o eventual obstáculo representado pelos que, na Imprensa, tendem a escrever que o rei, que aliás não é rei, mas traficante de droga, vai nu. Antes de Abril, a crítica era perseguida, vítima privilegiada da quotidiana censura do lápis azul, porque se esforçava por denunciar o clorofórmio que ajudava o encobrimento dos crimes da guerra colonial, da polícia política assassina, da castração cívica, do obscurantismo militante.



O medíocre e o outro

Seja-me permitido referir, de passagem, que a mim coube o argumento menos falso: Miguel Sousa Tavares informou a população, através da revista «TV Mais», de que sou «um medíocre». É verdade: sou medíocre, sim senhor. Em compensação, porém, se de compensação pode tratar-se, não sou um embusteiro. Ora, é de embuste que se trata quando Miguel Sousa Tavares utiliza a sua função de animador de debates, isto é, de interveniente supostamente neutral, como uma tribuna de anticomunismo militante. Quando lança para opção do público perguntas armadilhadas que suscitam respostas irremediavelmente viciadas. Quando já, em período eleitoral, escolhe como tema de emissão a suposta limitação cívica e democrática de um grande partido português. Quando, sendo ele próprio autor de uma rubrica que vive exclusivamente de palavras e num tempo em que as palavras inundaram a TV portuguesa para o melhor e para o pior, censura a Mário Castrim o «quase só fazer crítica ao

Agora, sem guerra nem PIDE, os crimes são outros mas estão aí, e a TV continua a ser clorofórmio. Com a agravante complementar de ser também agora, para alguns, negócios de cifrões e de dividendos políticos.

Os crimes estão aí, mas há quem não queira que se saiba: também nisto o segredo é pelo menos uma das almas do negócio (que tem outras, que é de sete fôlegos). A vaga de agressões à crítica e aos críticos tem de ser entendida neste contexto.

(1) Aproveito para registar a atitude de Herman José. Depois de eu o ter tratado com a rudeza que, creio, as circunstâncias impunham, veio dizer à mesma «TV Mais» que sou «vertical, sério e politizado». Ou Herman se parece com o prof. Cavaco e não leu nenhum dos vários jornais em que me referi aos seus desatinos ou, hipótese que me agrada bem mais, é de um já raro «fair play». O que, aliás, condiz com os seus melhores momentos.

de FOICE

Miau!

*No princípio não era o verbo, não senhor!
No princípio, fiquem sabendo, era o desconhecido.
Basta olhar para a sociedade portuguesa, onde nos últimos anos se têm registado sucessivos milagres da multiplicação dos pães, para confirmar o acerto da asserção inicial.*

Veja-se o caso dos nossos governantes. No princípio, eram todos - ou quase todos - uns ilustres desconhecidos. Nascidos nas santas terrinhas, de famílias de bolorentos pergaminhos uns, de plebeias famílias outros, calcorream os primeiros anos de vida como o comum dos mortais, pontapeando bolas, ensaiando com Bics as primeiras escritas, papagueando verbos e declinações, assoando moncos às mangas da camisa, chocalhando berlindes em bolsos rotos, sonhando moedas para o primeiro cigarro, uma caneta a sério, uma pasta de cabedal ou uma prenda para a menina do 2º C do prédio amarelo.

É possível que alguns tenham conhecido os tormentos dos fatinhos de marujo, a risca ao meio, os calções a meia perna, a chacota dos colegas, os infundáveis chás com as amigas gordas da mãe e os beliscões nas bochechas dados pelos amigos dos pais, enquanto sonhavam liberdades de pé descalço, expedições aos ninhos e vinganças terríveis.

Fosse como fosse, lá chegaram aos bancos da Universidade mais ou menos vergados com o peso da responsabilidade de resgatar as frustrações da família, arrastaram o fundo das calças por cafés de esquina, provaram sabores de rebeldia, curvaram a cerviz face a autoridades espúrias e acabaram por entrar na vida com um canudo no bolso e uma mão à frente e outra atrás.

Muitos casaram com meninas outras que não as dos 2ºCs da sua infância, outros mantiveram-se fiéis aos amores antigos, assentaram arraiais nos escritórios dos tais amigos paternos dos beliscões ou de padrinhos da primeira comunhão, alugaram um andarzinho no 6º esquerdo de bairros económicos e começaram a cozinhar voos altos em banho-maria.

O destino abriu-lhes as portas no dia em que decidiram inscrever-se no partido, sorriu-lhes quando a fidelidade canina os elevou a dirigentes concelhios ou distritais, bafejou-os quando lhes tocou um lugar de deputados, abensonhou-os com um cargo no governo.

Foi aí que se acenderam as luzes da ribalta, algumas demasiado fortes para modestos gostos. Enquanto o diabo esfrega um olho, ou qualquer meia dúzia de anos à mesa do orçamento, e adeus anonimato, adeus 6º esquerdo, adeus bairro económico.

Como já não há galinhas, o sucesso não vem grão a grão. Os tempos mudaram e agora, a fazer fé nas distintas palavras, o que está a dar - melhor dizendo, o que já deu - é mais bolsa. Que local mais indicado, afinal, para encher os bolsos? Pelo menos até que uma voz mais alto se levante a clamar que alguém está a vender gato por lebre.

Homem avisado vale por dois e o oásis, quando chega, é para os amigos.

Os milagres não duram sempre, como se sabe, e os gatos têm o péssimo hábito de miar. Com o coro que para aí vai, até parece que estamos em Janeiro.

■ AF

CNES da JCP Outra política para o Ensino Superior

A avaliação da política educativa, do movimento associativo, perspectivar a intervenção dos estudantes comunistas, reforçando a sua intervenção nas escolas, valorizar e aumentar o contributo desses estudantes na luta contra a política de direita e reforçar a organização da JCP e a sua capacidade de actuação são os grandes objectivos da próxima Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES), que se realiza no próximo fim-de-semana na Faculdade de Letras de Lisboa.

Em discussão estará um documento que centra as suas atenções em três grandes áreas: política educativa, movimento associativo e direcção, organização, actividade e intervenção própria da JCP. Tal como nos disseram Ricardo Oliveira e Margarida Nunas, dois estudantes comunistas, respectivamente ISEG e Faculdade de Letras, membros do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP, «a Conferência tem a particularidade - única entre as organizações partidárias congéneres - de ser aberta a outros estudantes, não comunistas, nomeadamente alguns que se destacaram no movimento associativo nas escolas e na luta que todos temos vindo a desenvolver contra a política do Ministério». A esses convidados é pedida não só a simples presença, mas a sua participação activa em toda a discussão.

A militância

Reconhecendo dificuldades na conciliação entre o envolvente trabalho que os estudantes comunistas têm desenvolvido nas Associações de Estudantes e a atenção que deveria ser dada à actividade específica da JCP, Ricardo Oliveira destaca no entanto o facto de nos últimos tempos ter sido desenvolvido um grande esforço de remodelação da própria Direcção, que se completará agora nesta CNES, com mais elementos directamente envolvidos no movimento associativo, nos órgãos de gestão e em colectivos de estudantes, que tem permitido uma maior ligação entre as duas vertentes da forma de estar dos estudantes comunistas.

«O problema é que o tempo de frequência de um curso superior é relativamente curto, o que faz com que sucessivamente as direcções que elegemos sofram com o facto de alguns dos eleitos terem deixado a Universidade, obrigando-nos a esta renovação constante e a períodos de perda de uma ligação perfeita entre o trabalho de militância, a escola e a Direcção da JCP».

Diz-nos Margarida Nunas que, «de qualquer maneira, se estamos ligados ao Movimento Associativo é porque somos comunistas, isto é, temos uma forma de estar que implica uma intervenção desta forma activa»,

influência, de forma a contribuir para o bom sucesso das batalhas eleitorais que se avizinham. Para tal contribuirá a cada vez maior influência que os jovens comunistas têm nas tomadas de posição geral dos estudantes: «quando nas escolas os estudantes comunistas, conhecidos como tal, são eleitos nas listas para os órgãos de gestão da escola, esta-



Ricardo Oliveira e Margarida Nunas explicaram ao «Avante!» os objectivos da próxima CNES

destacando igualmente a renovação dos próprios colectivos recentemente efectuada em Lisboa, Coimbra e Setúbal.

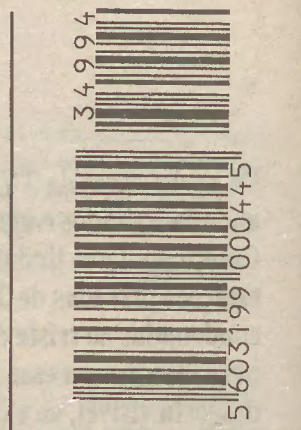
Em destaque nesta Conferência estará o reflexo de a influência dos jovens comunistas junto dos estudantes - de resto crescente nos últimos anos - não se centrar unicamente nas grandes faculdades Lisboa e Coimbra, mas chegar agora a outros pólos universitários do país, como o Porto e o ensino politécnico.

Por outro lado, pretende-se dar ênfase e expressão a essa

mos perante um reconhecimento generalizado do seu trabalho e das suas propostas. Isto tem um reverso da medalha que é não ter chegado às escolas de uma forma autónoma, a propaganda e a informação sobre as posições próprias da JCP».

A política de direita

Uma deficiência que se pretende alterar, para o qual se admitem dificuldades mas cujo



primeiro passo para as ultrapassar, «o reconhecimento dos comunistas como elementos fundamentais no desenvolvimento da luta estudantil», está dado.

A JCP considera que, ao contrário do que por vezes é voz corrente, existe uma política educativa coerente por parte do Governo: «no que diz respeito ao Ensino Superior Público essa política é a da degradação constante, dos cortes orçamentais, das ameaças à autonomia, da desresponsabilização do Estado».

Para os comunistas o que está em causa é a democratização do ensino conquistada com o 25 de Abril e a tentativa da sua elitização.

Em análise estará também nesta Conferência o Ensino Superior Privado e Cooperativo, que tem crescido muito, mas cuja qualidade é muitas vezes fraca, sendo necessário uma real fiscalização para que não ocorram situações de extrema gravidade. Depois, impõe-se que o Estado invista mais no ensino público e faça uma distinção entre este e o privado, entre a política para um e para outro.

É a luta por outro Ensino Superior que vai reunir este fim de semana os jovens comunistas na Faculdade de Letras.

JAE apresenta multa impossível Passar a ponte sem pagar duas vezes em três minutos!

Passar a ponte 25 de Abril, sem pagar, duas vezes, em três minutos e na mesma viatura, foi feito que a Junta Autónoma das Estradas (JAE) diz ter sido praticado por um utente que no passado dia 15 de Outubro aderiu à jornada de luta pela abolição das portagens. Nem mesmo a evidente impossibilidade física de em três minutos passar-se a portagem, ir a Alcântara, voltar a Almada e tornar a passar na portagem demove a JAE de tentar cobrar duas vezes a multa de três contos por não pagamento da portagem, mais duas vezes 25 contos por não respeitar «o sinal N.º C19 (Portagem) da Portaria N.º 46-A/94 de 17/01 que regulamenta o Cód.

Estrada», tal como burocraticamente informam as duas notificações recebidas pelo automobilista em causa.

O utente, que mostrou ao «Avante!» essas notificações, em tudo iguais, excepto nos minutos da ocorrência (17 horas e 18 minutos a primeira e 17 horas e 21 minutos a segunda), disse-nos que de facto participou na caravana que naquele dia passou a ponte sem pagar às 17 horas. Para ele, esses documentos «são comprovativos da "competência" e "eficácia" dos serviços do Governo». Uma questão para ser resolvida, pacientemente, em Tribunal.



No Natal
ofereça
livros!

edições
Avante!